

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
Instituto de Ciências Humanas e Letras
Programa de Pós-graduação Sociedade e Cultura na Amazônia

MÁRCIA GREID BRITO MOREIRA

**A FORMAÇÃO DE LEITORES E A PERSPECTIVA DE POLÍTICAS PÚBLICAS
PARA A LEITURA EM MANAUS.**

Manaus - AM
2013

MÁRCIA GREID BRITO MOREIRA

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Sociedade e Cultura. Linha de Pesquisa: Sistemas simbólicos e manifestações socioculturais.

Orientadora: Prof^ª Dra. Iraildes Caldas Torres

Manaus - AM

2013

MÁRCIA GREID BRITO MOREIRA

Banca Examinadora:

Prof^a Dr^a. Iraildes Caldas Torres - Presidente
(Orientadora)

Prof. Dr^a. Marilene Corrêa da Silva Freitas
Universidade Federal do Amazonas

Prof. Dr. Edgar de Assis Carvalho Pontifícia
Universidade católica de São Paulo

DEDICATÓRIA

Para Maximillian Nascimento da Costa
e Máximus Moreira da Costa,
minhas vidas meus amores.

AGRADECIMENTOS

Expresso meus agradecimentos às pessoas e instituições que, de várias maneiras e em diversos momentos, contribuíram para a realização deste trabalho:

À orientadora desta pesquisa, Professora Doutora Iraíldes Caldas Torres, especialmente por não medir esforços ao assumir mais uma orientanda em meio a tantos outros, permitindo que eu não ficasse à deriva no meio do meu curso de mestrado. Agradeço-te professora pela atenção, pelo carinho e pela forma simples de compartilhar o seu saber com serenidade e competência.

Ao meu marido e filho, companheiros em todos os momentos, capazes de tornar esta caminhada mais significativa, pela parceria, dedicação, compreensão e incentivo.

Aos meus familiares que mesmo longe não deixaram de acreditar em mim.

A todos os professores, mestres e educadores que passaram na minha vida e deixaram sua semente.

Aos professores do Programa de Mestrado Sociedade e Cultura, cujas aulas foram fundamentais para a concretização desta etapa em minha vida.

A Alberta Amaral, ex-secretária do PPGSCA, que sempre lutou e torceu por mim no programa.

Agradeço aos professores que estiveram em minha banca de qualificação e contribuíram com o meu trabalho.

Agradeço ao meu comandante e ex-comandantes do Colégio Militar de Manaus, por serem compreensivos comigo nos momentos de minha ausência em prol do Programa de Pós-Graduação.

Agradeço aos amigos e colegas de trabalho, que, por diversas vezes, cobriram minhas aulas no Colégio Militar, proporcionando, segurança aos meus alunos.

Agradeço a minha secretária, Jane Raimunda Barros de Araújo, pela dedicação e responsabilidade no trato com minha família e meu lar que, por diversas vezes, excedeu suas obrigações laborais.

Aos meus amigos pelo apoio, paciência e amizade.

RESUMO

Este estudo assume o propósito de empreender uma análise sobre as políticas públicas destinadas à leitura em nosso país, destacando sua promoção em uma escola pública. Procuramos investigar o porquê do baixo índice de proficiência das habilidades leitoras e escritoras dos alunos, já que cada ano mais e mais programas, projetos e ações são criados em favor da leitura. Este trabalho apresenta a constatação de que as práticas de leitura delineadas por essas políticas públicas têm se constituído em ações ineficientes diagnosticadas nos exames de avaliações oficiais como o PISA, Prova Brasil, IDEB, ENEM que trazem índices sobre o educando frente à prática da leitura. Os programas específicos acabam, paradoxalmente, inviabilizando a formação leitora compatível com as competências que é preciso desenvolver para formar, preparar e capacitar os alunos ao exercício da cidadania. Apresentamos aqui concepções e execuções de políticas públicas voltadas para a leitura, assim como a implantação dessas políticas em uma escola pública que é o Instituto de Educação do Amazonas - IEA. A pesquisa demonstrou que há uma descontinuidade no desenvolvimento das políticas públicas de incentivo à leitura. Os resultados apontam para a necessidade de a escola buscar o envolvimento da comunidade escolar nas políticas públicas participando de programas eficazes no estímulo ao hábito da leitura e da escrita. Também é necessário fazer a aquisição de livros para os professores, diretores, agente de leitura e bibliotecários. Os investimentos em ações em prol do livro e da leitura devem ser priorizados por aqueles que acreditam que a leitura poderá levar o país ao desenvolvimento nacional e à cidadania, que o caminho percorrido será longo, mas que é preciso fazer algo imediatamente para mudar essa realidade. No caso da escola pública o que pudemos observar é que a escola tem conhecimento sobre as políticas públicas para a promoção da leitura, mas muitos não têm acesso a essas políticas por desconhecê-las. É necessário estimular a todos dentro do espaço escolar, é preciso também que a escola possua uma boa biblioteca, que é o espaço privilegiado para o desenvolvimento do hábito de leitura.

Palavras chaves: LEITURA. POLÍTICA PÚBLICA. INSTITUTO EDUCACIONAL DO AMAZONAS.

ABSTRACT

This research aims to reflect upon the public policies regarding reading in our country, focusing on the promotion of reading in state schools. Thus, we intend to comprehend the reasons for the low proficiency in reading and writing skills of the students, since every year, more and more programs and projects are created to motivate reading habits. Before this situation, this research shows that reading practices designed by these public policies have been being inefficient, which can be seen by means of official evaluations on reading proficiency such as PISA, Prova Brasil, IDEB, and ENEM. The programs specifically formulated for reading in a country of people who study and read actually, end up, paradoxically, frustrating reading formation compatible with the competencies necessary for preparing and capacitating the students for the practice of their citizenship. Therefore, this research presents conceptions and executions of public policies concerning reading, as well as an analysis of the implementation of such policies in a state school, Instituto de Educação do Amazonas - IEA. This study, thus, showed a lack of continuity in the development of public policies for reading. Therefore, it is necessary that the school community also be the target of these policies with efficient programs for motivating the reading and writing habits, and the acquisition of books for teachers, directors, reading agents in general, and librarians. We think that programs for encouraging the acquisition of books and reading habits must be prioritized by those who believe that reading can lead our country to improvements and citizenship; and, even though there is a long way ahead, something has to be done in order to immediately change this difficult reality. In state schools, it is possible to observe that, even though these schools know about the public policies for reading, many people do not have access to these policies because they simply are not aware of them; so, there is need for stimulating everybody in school for reading, as well as for the school to have a library, a privileged environment for the improvement of reading habits.

Key-words: READING. PUBLIC POLICY. INSTITUTO EDUCACIONAL DO AMAZONA

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 01 – Exposição cultural em homenagem aos 132 anos do Instituto de Educação do Amazonas.....	60
FIGURA 02 – Fachada do Instituto de Educação do Amazonas.....	88

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 - Médias de Proficiência em Língua Portuguesa.....	25
--	----

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 - Trajetória do Livro Didático.....	44
QUADRO 02 - Programas do governo federal em prol do incentivo à leitura no Brasil.....	52
QUADRO 03 - Projetos do governo federal em prol do incentivo à leitura no Brasil.....	54
QUADRO 04 - Ações em prol da Leitura na esfera estadual, municipal e sociedade – Região Norte.....	62

LISTA DE SIGLAS

ABDL – Associação Brasileira de Difusão do Livro
ANL – Associação Nacional de Livros
CBL – Câmara Brasileira do Livro
CETAM – Centro Tecnológico do Amazonas
DLLL - Diretoria do Livro, da Leitura, da Literatura e das Bibliotecas
ECT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
EPT – Educação Para Todos
FIPE – Fundação Instituto de Pesquisa Econômicas
HTPCs – Horas de Trabalho Pedagógico Coletivo
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBOPE – Instituto Brasileiro de Opinião e Estatística
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IEA – Instituto de Educação do Amazonas
INAF – Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira
INL: Instituto Nacional do Livro Didático
IPT – Instituto de Pesquisa Tecnológica
LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC – Ministério da Educação
MEC: Ministério da Educação e da Cultura
MinC – Ministério da Cultura
ONG – Organização Não Governamental
PCN: Parâmetros Curriculares Nacionais
PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação
PISA – Programa for International Student Assessment
PLIDEF: Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Fundamental
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNBE - Programa Nacional de Livro Didático
PNLD – Programa Nacional do Livro Didático
PNLD: Programa Nacional do Livro Didático

PNLEM: Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio

PNLL - Plano Nacional do Livro e da Leitura

PNLL – Plano Nacional do Livro e Leitura

PROLER – Programa Nacional de Incentivo à Leitura

PRONAC – Programa Nacional de Apoio à Cultura

SAEB – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica

SNEL – Sindicato Nacional das Editoras e Livros

UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO I – A LEITURA COMO FERRAMENTA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO	
1.1 – A prática leitora como um desafio à sociedade brasileira.....	17
1.2 – O lugar da leitura no cotidiano do jovem.....	29
1.3 – O livro didático: quem produz, seleciona, edita e difunde.....	36
CAPÍTULO II – A LEITURA COMO POLÍTICA PÚBLICA	
2.1- Concepção e execução das políticas públicas.....	47
2.2 – Os programas de leitura existentes no Instituto de Educação do Amazonas	60
2.3 – O livro e a leitura no setor editorial.....	71
CAPÍTULO III – PROMOÇÃO DA LEITURA NOS DOCUMENTOS OFICIAIS	
3.1 – O lugar da leitura nos PCN’S.....	78
3.2 – Promoção da leitura pelo Instituto de Educação do Amazonas.....	88
3.3 Perspectivas futuras da leitura no Brasil.....	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
REFERÊNCIAS	106
ANEXOS.....	116

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como tema central as políticas públicas para a promoção da leitura. Descrevemos e analisamos as políticas públicas de fomento à leitura em uma escola pública de Manaus que é o Instituto Educacional do Amazonas – IEA, a partir de um estudo sobre a própria leitura como ferramenta de desenvolvimento humano nos documentos oficiais.

O interesse em investigar as políticas públicas destinadas à leitura veio, primeiramente, de nossa própria experiência como professora no ensino fundamental. Na época, a escola na qual lecionava era inserida nos programas governamentais em favor da leitura. Esses programas, no entanto, não traziam o resultado esperado que consistisse em melhorar as habilidades de leitura e escrita. Tempos depois, já no ensino médio, como professora do Colégio Militar de Manaus, ocorrem os mesmos problemas e um grande desafio: Como ensinar os alunos a serem leitores críticos diante do mundo informatizado? Por que as políticas públicas destinadas à leitura não atingem a todos? Tornou-se mister mergulhar nas políticas públicas de nosso Estado concernentes à leitura procurando pesquisar projetos de sucesso para iniciar um trabalho pedagógico de incentivo à leitura aos alunos, sem sucesso, por encontrar dificuldade em desenvolver as políticas na escola ao mesmo tempo em que sentimo-nos despreparada para tal tarefa.

A leitura é uma atividade permanente da condição humana, uma habilidade a ser adquirida desde cedo e treinada em várias formas. Lê-se para entender e conhecer, para sonhar, viajar na imaginação, por prazer ou curiosidade; lê-se para questionar e resolver problemas. O indivíduo que lê participa efetivamente na construção e reconstrução da sociedade e de si mesmo, enquanto ser humano na sua totalidade. Há, no entanto, um déficit de leitura que não é só no Brasil, mas também em outros países como a França, por exemplo, onde os índices de proficiência em leitura e escrita estão longe de atingir o esperado. De acordo com Petit (2008,p.17) “a causa seria a seguinte: aos livros, os jovens preferem o cinema ou a televisão, que identificam com a modernidade, a rapidez e a facilidade”.

A escola é o espaço mais importante de formação de leitores. No entanto, dada a ainda a insuficiente qualidade da educação básica no Brasil há necessidade de políticas públicas voltadas especificamente para o incentivo à leitura. No que concerne à leitura constata-se que ela é ainda pouco explorada pela literatura de políticas públicas no país, o que indica o estágio incipiente da incorporação da promoção da leitura por parte do Estado brasileiro. Para Galeno (2006, p. 20),”este processo é iniciado como verdadeira peregrinação por todo o país”, com o

objetivo primeiro de difundir a ideia e, principalmente, ouvir – em mais de uma centena de encontros – opiniões, sugestões, críticas e fazer com que a leitura atinja a sociedade brasileira.

Independentemente de a escola brasileira possuir suas falhas deve-se considerar que, para formar leitores, é necessário formar um ambiente propício à leitura e gerar a necessidade da utilização de textos escritos no cotidiano. “É nesse diálogo que as atividades de leitura adquirem sentido e podem, agora sim, tornar-se práticas significante.” (LAJOLO, 2006, p.17). Os brasileiros leem pouco e os alunos, geralmente, só o fazem quando é solicitado pelo professor e porque sabem que se não fizerem a leitura o resultado é negativo em sua nota.

A condução metodológica de nossa pesquisa seguiu as orientações das abordagens qualitativas sem exclusão dos aspectos quantitativos. Os dados foram coletados por intermédio da entrevista com grupos focais compostos de 03 alunos do ensino médio, 03 do ensino fundamental, 02 professores do ensino médio, 02 professores do ensino fundamental e 02 gestores (supervisores e diretores) do Instituto de Educação do Amazonas.

O Instituto de Educação do Amazonas (IEA) foi criado em 04 de novembro de 1880 pela Lei 506, na então Província do Amazonas que o instituiu com o nome Escola Normal, a qual teve uma vitoriosa história. No de 2009, o Instituto de Educação do Amazonas passou a ser escola de tempo integral e formou seus primeiros alunos de nível técnico em parceria com o Centro de Educação Tecnológico do Amazonas – CETAM. Hoje a escola possui aproximadamente 1200 alunos, aproximadamente 48 professores, 28 funcionários, 9 coordenadores pedagógicos e uma diretora. Localiza-se no Centro da cidade de Manaus na rua Ramos Ferreira s/n.

A dissertação está estruturada em três capítulos. No primeiro capítulo realizamos uma abordagem sobre a leitura como ferramenta do desenvolvimento humano, dando destaque à prática leitora como um desafio posto à sociedade brasileira. Evidenciamos o lugar da leitura no cotidiano do jovem, o livro didático e todas as suas implicações: produção, seleção, difusão e edição.

No segundo capítulo centramos a análise na leitura como política pública e seus percalços, como: concepção e execução dessas políticas, os programas de leitura existentes no IEA (Instituto de Educação do Amazonas) e sobre o livro e a leitura no setor editorial.

Por último, no terceiro capítulo realizamos uma discussão acerca da promoção da leitura nos documentos oficiais, o lugar da leitura nos PCN's, a promoção da leitura pelo IEA e as perspectivas futuras da leitura em nosso meio.

Os resultados desta pesquisa remetem-nos para a reflexão sobre o papel do Estado indagando-o se essas políticas públicas destinadas à promoção da leitura estão, realmente, contribuindo para reverter o quadro alarmante do baixo índice de proficiência leitora do brasileiro, e de que forma podemos realmente formar, preparar e capacitar os alunos para o exercício da cidadania.

CAPÍTULO I - A LEITURA COMO FERRAMENTA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

Lê-se para entender o mundo, para viver melhor. Em nossa cultura, quanto mais abrangente a concepção de mundo e de vida, mais intensamente se lê, numa espiral quase sem fim, que pode e deve começar na escola, mas não pode (nem costuma) encerrar-se nela.

Marisa Lajolo

1.1 A prática da leitura como um desafio posto à sociedade brasileira

Comunicar-se com o mundo, com uma sociedade egocêntrica através da linguagem escrita é uma prática cada vez mais desafiadora. No dia a dia nos deparamos com situações cotidianas que exigem leitura. Necessitamos desde cedo ler o mundo que nos cerca para que possamos nos sentir pertencentes a uma sociedade, a um grupo social, para podermos ter acesso a um bom trabalho, à saúde, à educação e principalmente para podermos ser um indivíduo participativo e atuante em decisões políticas e sociais de nosso país.

Para Lajolo (2006), a leitura deve ser encarada como a grande ferramenta no que diz respeito às práticas sociais. É preciso entender o mundo para viver melhor através da leitura, não só a leitura produzida na escola, mas também a leitura que nos cerca, a leitura como fonte de sabedoria e prazer, a leitura capaz de modificar o homem, modificar o estático. É por esse motivo que a leitura adquire importância: porque ela transforma a prática social.

Em uma sociedade como a brasileira, em que a divisão de bens, de rendas e de lucros é tão desigual, não é de se estranhar que a desigualdade também presida a distribuição de bens culturais, já que a participação em boa parte destes bens é mediada pela leitura, habilidade que não está ao alcance de todos, nem mesmo de todos aqueles que foram à escola.

Hoje em dia, ainda cai-se no erro de que ler é simplesmente a habilidade de decifrar signos, mas não, o ato de ler vai além, é um diálogo entre o leitor e os códigos verbais e não verbais, que se transforma em um espaço de elaboração e construção do ser social e individual. É uma prática que entrelaça o texto escrito e o uso da linguagem tornando-se um ato comunicacional, uma prática social e vital, situada na interação pessoal. A leitura é capaz de dar sentido à vida por meio de práticas cotidianas, em que a ficção ou a metáfora se

transformam em ferramentas de exceção “para ler o entorno e interpretar a realidade”. Por isso é necessário formar leitores como habitantes do mundo, como diz Goldin¹ (2006).

É entender que a leitura é uma ferramenta indispensável à vida em sociedade. Por isso aprender a ler na sociedade é uma necessidade básica para nela se viver, ser aceito e participar nos recursos que ela disponibiliza (SOUZA, 1999). Um analfabeto é de certo modo discriminado na sociedade porque nunca chega a alcançar uma completa autonomia pessoal por depender dos demais para tarefas tão simples como viajar de metrô ou de carro, escrever um recado, tratar dos seus documentos ou escrever cartas. É, também, a leitura que permite o acesso à cultura, quer literária, quer científica (CRUZ, 1999).

Em nossa sociedade, os conteúdos informacionais circulam quase exclusivamente via meios escritos, através da Internet, da televisão, dos outdoors com informes publicitários, dos jornais, das revistas, dos panfletos, dos catálogos e muitos outros veículos de comunicação. O processo de apropriação da informação e da construção de novos conhecimentos se configura como um processo ativo que está intimamente ligado à leitura. Por isso, o uso social da leitura é algo contextualizado que acontece em diferentes espaços e não obedece a nenhuma regra específica e nem a um padrão sociolinguístico pré-definido.

Segundo Santa Rosa²(2005,p.4)

Quando estamos em um ponto de ônibus a esperar o transporte que irá nos conduzir a um determinado lugar e conseguimos ler e compreender o itinerário do coletivo que se aproxima estamos, mesmo que inconscientemente, fazendo o uso social da língua. Quando lemos a bula de um medicamento a fim de verificar se sua indicação coincide com a prescrição feita pelo médico, estamos fazendo o uso social da língua; quando procuramos uma vaga de emprego nos anúncios classificados de um jornal ou até mesmo quando verificamos se o nome de um amigo consta na lista de aprovados no vestibular, estamos fazendo o uso social da língua. É assim que a leitura enquanto prática social adquire um caráter dinâmico que se incorpora de uma forma natural às atividades cotidianas dos indivíduos.

Para Kleiman (1998), ao lermos um texto, qualquer texto, colocamos em ação todo o nosso sistema de valores, crenças e atitudes que refletem o grupo social em que se deu nossa socialização primária, isto é, o grupo social em que nascemos e fomos educados. Por isso, podemos afirmar que a leitura enquanto prática social é algo bastante complexo, pois está

¹ Escritor, editor e ensaísta mexicano, Daniel Goldin é o criador do projeto editorial para crianças e jovens do Fundo de Cultura Econômica.

² Artigo apresentado às Faculdades Jorge Amado - FJA, como trabalho de conclusão do curso de graduação em Normal Superior Anos Iniciais do Ensino Fundamental, realizado através da parceria FJA/SMEC. Aprovado em junho de 2005. Professora da Rede Municipal de Ensino de Salvador, licenciada em Anos Iniciais do Ensino Fundamental (Curso Normal Superior) pelas Faculdades Jorge Amado - SSA /BA. Graduanda em biblioteconomia pelo Instituto de Ciência da Informação - ICI/UFBA. Pós-graduanda no curso de Especialização em Novas Tecnologias Aplicadas à Educação pela Faculdade São Salvador - SSA/BA

intimamente ligada às nossas raízes socioculturais e conseqüentemente à formação da nossa cidadania. Ler é essencial.

A leitura não é só para aqueles que desejam fazer parte da produção cultural mais sofisticada, ou fazer parte das descobertas científicas ou tecnológicas. A própria sociedade de consumo utiliza-se muito da linguagem escrita e chega às vezes a transformar em consumo o ato de ler, os rituais da leitura e o acesso à ela. Assim, em nossa sociedade a busca pela informação, pelo conhecimento tem sido um processo contínuo. Torna-se pertinente que as pessoas desenvolvam as habilidades leitoras, pois é de extrema importância para quem quer procurar emprego através de anúncios, para quem quer ou precisa ler jornais, assinar contratos de trabalho, solicitar documentos na polícia, enfim, para todos aqueles que participam, mesmo que à revelia, dos circuitos da sociedade moderna, que fez da escrita e da leitura seu código oficial.

Cabe frisar que formar leitores é uma prática ancorada em sólidas premissas sobre a leitura. Constitui-se num elemento inevitável na hora de educar para a vida democrática e participativa, tornando-se um espaço para a formação do cidadão responsável.

É preciso construir o leitor crítico capaz de posicionar-se no mundo, um leitor que transcenda o mero deciframento e seja capaz de abordar a leitura informativa e estética, enfrentando o texto, questionando, sentindo-o.

Para isso é necessário que as pessoas desenvolvam tais habilidades leitoras desde cedo. As crianças, por exemplo, fazem a leitura do mundo que a rodeia, sem ao menos conhecer palavras, frases ou expressões, pois é próprio do ser humano desejar e conhecer, decifrar a curiosidade, de modo a adquirir novos conhecimentos.

Não devemos esquecer que a aprendizagem da leitura começa antes da aprendizagem das letras, quando os pais através de canções de ninar ou de histórias infantis, estimulam as crianças a gostar de ler, elas com isso descobrem a magia da leitura pelo fascínio das letras, gravuras, sílabas que habitam o livro, levando-as ao mundo da curiosidade. Todo o desenvolvimento intelectual, social e afetivo da criança desenvolverá com maior enriquecimento quando desde cedo sua habilidade de entender o mundo é trabalhada pelas leituras diversas, principalmente pelas leituras infantis que a leva outro mundo e a permite compreender a sociedade a sua volta .

Em entrevista com a aluna do 6º ano do ensino fundamental E.M.D.S constatou-se que seu hábito de leitura desenvolveu-se graças a sua mãe: “minha mãe lia todos os dias para mim e para meus irmão, era como um hábito, sabe. Ela não se cansava, lia romance, terror, tudo”

(entrevista/2012). Outro aluno revela que o gosto pela leitura se deu pela religião, “ia à igreja todo domingo e lá tinha grupo de leitura bíblica, cada um tinha que ler o trecho que quisesse e depois falar sobre o que entendeu. Eu adorava” (entrevista/2012).

Por isso, as histórias contadas, os livros lidos para uma criança formam a base do seu interesse em aprender a ler, pois desenvolve seu imaginário e o gosto pelos livros. Mais tarde o acesso à escola vai ampliar seu conhecimento de mundo através de outras fontes de leitura. Mas não basta apenas ler, é preciso saber analisar o que se lê, discutir e interpretar para dar sentido ao conhecimento que é adquirido. Significa reforçar a competência individual e coletiva no entender, utilizando os processos de escrita e de leitura desenvolvidos na escola, para interagir com a sociedade que o cerca e modificar sua realidade. As pessoas precisam saber onde localizar informações e principalmente como saber usar as diversas fontes de informações neste mundo globalizado, dominado pelo uso intensivo das novas tecnologias da informação e da comunicação. É por isso que ato de ler é imprescindível ao indivíduo, pois proporciona sua inserção no meio social e o caracteriza como cidadão participativo e atuante na sociedade.

O ato de ler proporciona a descoberta do mundo da leitura, de um mundo totalmente novo e fascinante. A sua introdução na vida do indivíduo deve ser feita de forma atrativa, propiciando uma visão prazerosa da leitura de forma que com o passar do tempo ela se torne um hábito contínuo. A leitura é capaz de desenvolver a capacidade intelectual do indivíduo, devendo pois, fazer parte de seu cotidiano incrementada pela a criatividade e pela sua relação com o meio envolvente.

Para Castro (2006), a leitura na vida de um indivíduo reflete em sua formação como cidadão ativo e consciente do seu papel na sociedade. A autora apresenta dados relevantes quanto aos índices de desenvolvimento com a leitura em exames nacionais como o SAEB³ e o ENEM⁴ que revelam o baixo desempenho dos alunos quanto à leitura. Tais desempenhos têm resultado nas escalas de reflexão seguida de interpretação. Para ela “a leitura do mundo exige o domínio de habilidades e de estratégias de processamento de informações que abrangem a linguagem matemática, científica” (CASTRO, 2006, p.58). Isso reflete nos resultados de exclusão e no abismo das desigualdades. Esses resultados revelam a necessidade de reestruturação do modo de gestão escolar com a participação dos pais, a organização curricular da escola, o projeto pedagógico e o perfil leitor dos professores.

³ Sistema de Avaliação da Educação Básica.

⁴ Exame Nacional do Ensino Médio

Outro fator relevante são os resultados negativos nas redações do ENEM, a compreensão do texto apresentado. De acordo com essa autora, a maioria dos jovens, apesar de entender o que é solicitado, apresenta dificuldades de desenvolvimento por não dominar ou sequer conhecer os assuntos apresentados. Mediante isso, precisa-se alertar os professores e as escolas para que trabalhem a leitura com a maior variedade possível de textos, a fim de conseguir que os alunos construam seus textos espontaneamente. Segundo Castro (2006,p.59).

Sensibilizar os professores das diversas áreas para a noção de que o desenvolvimento das habilidades de leitura é um objetivo a ser atingido pela escola nas várias áreas curriculares e de que a especificidade de cada área curricular oferece oportunidade singulares para o aprimoramento de diferentes habilidades de leitura.

É diante dessa diversidade disciplinar que emergem dois elementos comuns a todas elas, quiçá basilares, estruturais para que todo o conhecimento proveniente desses saberes seja edificado na vida dos alunos: a leitura e a escrita. A leitura e a escrita são fundamentais para a convivência em sociedade. São elas que dão suporte para que o indivíduo participe de situações comunicativas, de práticas sociais ou de eventos de letramentos; é por meio delas que o ser humano interage socialmente, dentro dessa concepção o analfabetismo vai além do saber não saber ler e escrever, condições estas muito relevantes para o homem exercer seu papel na sociedade contemporânea, estar ciente que é um ser ativo que interage com os seus semelhantes e que juntos têm forças para melhorar o futuro.

O exposto até aqui leva-nos à noção de letramento. Este conceito não está totalmente implementado e compreendido no Brasil. É preciso esclarecer que o **conceito de Letramento** não tem relação com ‘pessoas que não sabem ler e escrever’- analfabetismo -, mas com pessoas que têm **as práticas sociais de leitura e de escrita, partindo do contato com a variedade ilimitada de gêneros discursivos**. Por isso, concebe-se a leitura como constituinte de uma das práticas de letramento dentro de um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, como um sistema simbólico e, também, tecnológico (embora haja críticas a essa visão!) em contextos específicos, para objetivos específicos. É um processo contínuo e progressivo que se desenvolve ao longo da vida. Para participar plenamente do mundo do letramento, o indivíduo deve desenvolver habilidades variadas, complexas, diversas, que vão do domínio do código e dos instrumentos à competência comunicativa e interacional de atuação nas múltiplas práticas sociais que vão sendo constituídas historicamente.

Já a alfabetização, para Soares (2002), é uma técnica específica e fundamental de aquisição do sistema de escrita, de domínio do código alfabético e ortográfico, de acordo com

as convenções gramaticais da língua, possibilitando ao indivíduo autonomia para ler e escrever.

Ao ampliar o conceito de alfabetização, passou-se a considerar alfabetizada a pessoa que consegue ler e escrever; e letrada a pessoa que, além de saber ler e escrever consegue utilizar socialmente a leitura e a escrita, respondendo às necessidades sociais. Portanto, pode-se, definir letramento como o resultado da ação de ensinar e aprender as práticas sociais de leitura e escrita, nas quais ler e escrever também são necessários.

Letramento e alfabetização, embora sejam processos distintos, são, ao mesmo tempo, interdependentes e indissociáveis. Paulo Freire (2001) afirma que ler inclui também posturas como interpretar, questionar, criticar, inferir, ou seja, a compreensão do texto acontece por meio de uma leitura crítica, em que se percebe a relação existente entre texto e contexto, na qual o leitor crítico não é apenas um decifrador de sinais, mas aquele que se coloca como sujeito do processo de ler. Cabe, ainda, lembrar que, compreender o conceito de letramento é não confundir com os conceitos de alfabetização e analfabetização. Magda Soares (Soares, 2006) retira a definição dessas últimas palavras do dicionário Aurélio: “Analfabetismo: estado ou condição de analfabeto, que não conhece o alfabeto, que não sabe ler e escrever. Alfabetizar: ensinar a ler e a escrever; Alfabetização é a ação de alfabetizar, de tornar “alfabeto”.

Assim, apropriar-se da escrita é diferente de aprender a ler e a escrever. Tfouni (1988) apresenta a sua distinção entre letramento e alfabetização: “Enquanto a alfabetização ocupa-se da aquisição da escrita por um indivíduo ou grupo de indivíduos, o letramento focaliza os aspectos sócio históricos da aquisição da escrita por uma sociedade”. Letramento, para a autora, é uma consequência sócio-histórica.

A concepção de letramento leva em consideração que o aluno é constituído de conhecimentos que vão além da apreensão da escrita. Sabemos que todo indivíduo possui, de alguma forma, conhecimentos, segundo a linguística textual, conhecimentos de mundo e sócio-interacionista. Por isso, o ato de ler e escrever deve começar, a partir de uma compreensão muito abrangente do ato de ler o mundo, coisa que os seres humanos fazem antes de ler a palavra. Até mesmo historicamente, os seres humanos primeiro mudaram o mundo, depois revelaram o mundo e a seguir escreveram as palavras.

Diante disso, a análise dos níveis de analfabetismo e letramento com base nos censos requer se esclareça a especificidade dos censos demográficos nas dimensões do tipo de fonte e da unidade de análise. Sob o aspecto demográfico, as populações humanas podem ser

analisadas de dois pontos de vista distintos e complementares: o de seu estado ou situação e o de seu movimento ou dinâmica. Esses dois tipos de estudos se socorrem de dois tipos básicos de fontes e de estatísticas. Os censos lidam com informações relativas ao estado da população.

Na mesma linha situam-se as diversas pesquisas por amostragem, conduzidas periodicamente pelo IBGE⁵, como as PNADs⁶. O saldo ocorrido no último século do sistema educacional brasileiro nas estatísticas apresentadas pelo IBGE (2010). Conforme dados apresentados pela PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) as taxas de analfabetismo entre pessoas de 15 anos ou mais, em 2000 era de 13,63% e em 2010 passou a ser de 9,6%, isso quer dizer que caiu para 4,03 pontos percentuais em dez anos. De acordo com o IBGE hoje, há ainda 13,9 milhões de brasileiros que não sabem ler ou escrever, sendo que 39,2% são idosos. A região que continua com o maior número de analfabetos é a região Nordeste, cerca de 28% da população de 15 anos ou mais não sabem ler, já a população idosa nessa região é preocupante, a proporção de idosos que não sabem ler e escrever está em torno de 60%, apesar do aumento do mercado consumidor e do crescimento econômico. Já em outras regiões do Nordeste, como por exemplo, as regiões do Semiárido, a preocupação é quanto ao analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais. Essa redução foi apenas de 8,3 pontos percentuais de 2000 para 2010.

Na população entre a faixa etária de 15 a 24 anos a taxa nacional de analfabetismo atingiu, em 2010, 2,5%. Fica para, a região Nordeste, a maior taxa de 4,9% contra 1,1% no Sul e 1,5% no Sudeste. O quadro preocupante está, segundo o IBGE, nos municípios com até 10 mil habitantes da região Nordeste (7,2%), enquanto nas cidades com mais de 50 mil habitantes da região Sul, essa taxa é de 0,7%. Apesar do crescimento da alfabetização das pessoas, na comparação de 2000 e 2010 ter ficado entre 3,3 percentuais no Brasil ainda há um grande caminho a ser percorrido para a irradiação do analfabetismo.

Para o presidente do IBGE, Eduardo Pereira Nunes, a taxa de analfabetismo “não cai tão rápido” e esse motivo se deve à dificuldade da alfabetização de pessoas com mais idade. São 26,5% de analfabetos na faixa de 60 anos ou mais, para Nunes, à medida que se avança essa faixa etária, maior é o percentual de analfabetos, isso justificaria tal dificuldade.

De acordo com a Pnad⁷, em 2000 o percentual de crianças de 10 anos de idade que não sabiam ler e escrever era de 11,4%, caindo para 6,5% em 2010. E nos últimos anos houve

⁵ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

⁶ Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio

⁷ PNAD 2009 - Gráficos Dinâmicos

uma redução das taxas de analfabetismo no país para todas as categorias de cor e raça, porém ainda existem grandes diferenças. Vejamos:

[...]os pretos e pardos tiveram percentuais de analfabetos de 14,4% e 13,0%, respectivamente, contra 5,9% dos brancos, com destaque para os municípios de menor porte. O analfabetismo na população preta de 15 anos ou mais chegou a 27,1% nos municípios com até 5.000 habitantes e a 28,3% nas cidades entre 5.001 e 20.000 habitantes, caindo para 24,7% nos municípios entre 20.001 e 50.000 habitantes. Entre os pardos, a taxa de analfabetismo variou de 20,0% a 22,1% nos grupos de municípios desde os com até 5.000 habitantes até os de 50.000 habitantes (IBGE,2010).

Até 2015, o Brasil deve diminuir na taxa de analfabetismo em 6,7% envolvendo a população com mais de 15 anos, para cumprir a meta estabelecida com a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). Em 2000, durante a Cúpula Mundial de Educação, em Dakar, ficou acertado que a leitura seria atingida de forma mais eficaz por meio de parcerias no âmbito de cada país. Apoiada na Declaração Universal dos Direitos Humanos, e na Declaração Mundial de Educação Para Todos (Jomtien,1990), a Convenção sobre os Direitos da Criança prevê que:

Toda criança, jovem e adulto têm o direito humano de beneficiar-se de uma educação que satisfaça suas necessidades básicas de aprendizagem, no melhor e mais pleno sentido do termo, e que inclua aprender a aprender, a fazer, a conviver e a ser. É uma educação que se destina a captar os talentos e o potencial de cada pessoa e desenvolver a personalidade dos educandos para que possam melhorar suas vidas e transformar suas sociedades. (Declaração de Dakar. Educação para Todos, 2000).

A Cúpula Mundial de Educação que se reuniu em Dakar, em 2002, comprometeu-se em alcançar os objetivos e as metas de Educação Para Todos (EPT), buscando organizar um fórum em conjunto com a celebração internacional do Dia da Alfabetização que pudesse envolver mais de 40 países nos quais o nível de desafio da alfabetização é elevado, incluindo os 36 países da Alfabetização da Unesco para o Empoderamento (LIFE). Esse fórum intensificará os esforços ao longo dos próximos três anos para promover a alfabetização e enfrentar os desafios.

Para Morin (2000) os desafios são muitos, é preciso uma reforma educacional ampla, que ele denomina de “Reforma do pensamento”. Para ele esta reforma é mais que uma simples mudança de conteúdos ou uma reformulação de disciplinas é antes de tudo uma reforma paradigmática e não programática. O próprio autor resume seu raciocínio recursivo ao afirmar que “a reforma do ensino deve levar à reforma do pensamento, e a reforma do

pensamento deve levar à reforma do ensino” (MORIN 2000b p. 20), com vistas a uma educação viável.

Podemos observar que houve queda nas taxas de analfabetismo decorrente do aumento das matrículas em todos os níveis de ensino incluindo o ensino superior, apontando para a democratização da educação no Brasil. Entretanto, esses índices precisam ser relativizados visto que, de acordo com os dados divulgados pelo IBGE (2010), ao estabelecer o *ranking* de alfabetização na América do Sul, o número de brasileiros que não sabem ler e escrever é inferior somente ao da Bolívia cuja taxa de analfabetismo é de 11,7%. Sem desconsiderarmos o avanço da escola no que diz respeito à alfabetização para a inclusão social de todo cidadão brasileiro, não podemos prescindir da crítica apontando os inúmeros problemas que ainda persistem no sistema educacional brasileiro, tais como: o fraco desempenho dos estudantes brasileiros em avaliações nacionais e internacionais, as elevadas taxas de repetência e a proporção de alunos que abandonam a escola antes de concluir a educação básica. O maior desafio do país nos dias atuais é a melhoria da qualidade da educação e a promoção da leitura.

Estudos e análises sobre a qualidade da educação brasileira, por meio de exames padronizados como PISA (Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes), a Prova Brasil, que compõe o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) entre outros, têm demonstrado a baixa proficiência leitora e escritora dos estudantes brasileiros. Os dados do SAEB⁸ revelam que 95% dos estudantes que concluíram a quarta série do Ensino Fundamental apresentam desempenho em Leitura inferior ao mínimo esperado para esse grau de escolaridade, sendo que mais da metade desse contingente mal consegue ler.

Tabela 1 – Médias de Proficiência em Língua Portuguesa – Brasil - 1995 – 2005

Série	1995	1997	1999	2001	2003	2005	Dif.	Sig.
4a Série do E.F.	188,3 (1,6)	186,5 (1,6)	170,7 (0,9)	165,1 (0,8)	169,4 (0,8)	172,3 (1,0)	2,9	*
8a Série do E.F.	256,1 (1,4)	250,0 (2,0)	232,9 (1,0)	235,2 (1,3)	232,0 (1,0)	231,9 (1,0)	-0,1	
3a Série do E.M.	290,0 (1,9)	283,9 (2,1)	266,6 (1,5)	262,3 (1,4)	266,7 (1,3)	257,6 (1,6)	-9,1	*

Fonte: SAEB – 2005 - PRIMEIROS RESULTADOS: Médias de desempenho do SAEB/2005 em perspectiva comparada - Fevereiro de 2007.

⁸ As médias dos anos de 1995, 2003 e 2005 foram estimadas incluindo o estrato de escolas públicas federais. Em todos os anos, a zona rural foi avaliada e incluída para a estimativa das médias apenas na 4ª série.

Para a composição do estrato rural não foi incluída a Região Norte em 1997 e em 1999 e 2001, apenas participaram os estados da Região Nordeste, Minas Gerais e Mato Grosso.

O Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope) e o Instituto Pró-Livro revelam dados no mínimo preocupantes em relação à leitura no país. A 3ª Edição da Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, foi lançada em Brasília, no dia 29 de março de 2012. Foi aplicada uma amostra de 5.012 entrevistas domiciliares em 315 municípios de todos os estados brasileiros. Nesta pesquisa a margem de erros máxima estimada é de 1,4 p. para mais ou para menos sobre os resultados encontrados no total da amostra. A pesquisa constatou que 95 milhões de pessoas, ou seja, 55% da população são leitores, enquanto 77 milhões, 45% dos entrevistados, foram classificados como não-leitores. Com o objetivo de aprimorar o instrumento de coleta relativo ao ano de 2007 foram feitas mudanças significativas na ordem das perguntas. A primeira delas era fazer com que o entrevistado não soubesse qual era o assunto da pesquisa. Outras mudanças também foram processadas tais como perguntas que geravam Indicadores de Leitura; introdução do conceito de livro esclarecendo o entrevistado de quais livros seriam falados: os tradicionais, os digitais/eletrônicos, áudio-livros digitais-daisy⁹, livros em braile e apostilas escolares. Eram excluídos os manuais, catálogos, folhetos, revistas, gibis e jornais.

Os dados apresentados na referida pesquisa revelam que em 2007, 55% da população era leitora (por região) enquanto que em 2011 esse percentual caiu para 50% . A pesquisa apontou também que o brasileiro lê, em média, 4,7 livros por ano. Em algumas regiões o número é ainda maior, como é o caso do Sul, onde foi apurado que são lidos 5,5 livros por habitante ao ano. No Sudeste o número foi de 4,9, no Centro-Oeste 4,5, no Nordeste 4,2 e no Norte 3,9. A pesquisa confirmou também que as mulheres leem mais do que os homens, 5,3 contra 4,1 livros por ano.

Segundo a pesquisa a principal razão para se estar lendo menos do que já se lê é alarmante, 78% dos pesquisados dizem simplesmente não “ter interesse” enquanto outros 15% admitem “ter dificuldade” de ler e, por último, e mais agravante é que 4% afirmam ter dificuldade de acesso, seja pelo preço ou porque não tem onde comprar ou por inexistência de bibliotecas por perto. Ou seja, somos uma nação de não leitores.

Esses índices comprovam que as escolas no Brasil, em pleno século XXI, marcado pelo avanço tecnológico e pelo o acúmulo de informações, estão gerando um alto percentual

⁹ Áudio Livros - são livros digitais produzidos em áudio, seja por meio de voz humana ou por voz sintetizada com auxílio de computador. Esses livros têm com base o padrão DAISY, que é um padrão internacional para a produção de livros digitais que facilitam a navegação do leitor (por palavras, frases, parágrafos, páginas e capítulos) da mesma forma que nós folheamos e lemos um livro escrito em papel.

de crianças e jovens que não conseguem desenvolver de forma satisfatória e no tempo esperado a competência leitora e escritora, essenciais para que as crianças prossigam aprendendo. Porém, na linguagem demográfica, pode-se dizer que os levantamentos censitários e amostrais do IBGE, entre outros, retratam o *estado educacional* da população, por meio de dados sobre características como alfabetização, frequência ou não à escola e grau e série frequentados, anos de estudo e grau concluído. Já os dados do SEEC/MEC (Secretaria de Educação de Campinas), originados dos registros escolares, traduzem o *movimento educacional* por meio da consideração dos diferentes eventos registrados – matrícula, aprovação, reprovação, repetência, evasão e, como equivalente do movimento migratório da população, a transferência entre escolas e até entre turmas de uma mesma escola.

Essa constatação é ainda mais preocupante se recorrermos às pesquisas que envolvem as dificuldades de aprendizagem, que revelam que toda criança é capaz de aprender, salvo as que possuem comprometimento cognitivo (PATTO, 1993). Sob essa perspectiva, conclui-se que a escola, por meio de suas práticas, não tem conseguido cumprir sua função básica e fundamentalmente que é ensinar a ler e escrever.

Para Galvão e Batista, (1998, p. 20,29)

Até meados do século XIX, os livros de leitura praticamente não existiam nas nossas escolas. Várias fontes, como relatos de viajantes, autobiografias e romances indicam que textos manuscritos, como documentos de cartório e cartas, serviam de base ao ensino e à prática da leitura. Em alguns casos, a Constituição do Império (e a lei de 1827, a primeira lei brasileira especificamente sobre instrução pública, prescreve isso), o Código Criminal e a Bíblia serviam como manuais de leitura nas escolas.

Ainda de acordo com esses autores, a partir de meados do século XX observou-se na escola primária brasileira uma suposta evolução em relação ao ensino da leitura, buscando contemplar o uso social da língua escrita na diversidade dos modos de ler e nos diferentes gêneros textuais, através da introdução de todo um conjunto de textos que antes era proibido nas escolas como: quadrinhos, rótulos, listas, quadros e tabelas, placas, publicidade entre outros. Buscava-se tornar a leitura escolar algo contextualizado que tivesse um caráter prático e motivador do desejo de ler nos alunos (GALVÃO e BATISTA, 1998).

Apesar de esses autores apontarem a evolução no ensino da leitura nas escolas, nota-se que esse suposto avanço ficou mais no discurso e só foi incorporado em pouquíssimas escolas brasileiras, especialmente aquelas que adotam uma proposta de trabalho nos moldes construtivistas. As escolas que adotam a linha pedagógica tradicional continuam utilizando

prioritariamente o livro didático como o único ou principal instrumento para a sistematização das práticas leitoras.

Mesmo com a existência de fatores de mudança e transformação das práticas leitoras nas escolas, o desejo de ler ainda é algo que está bastante distanciado da maioria dos alunos, principalmente daqueles oriundos das classes subalternas que só tem a escola como instrumento de leitura e escrita.

Torna-se urgente repensar o sistema educacional brasileiro, particularmente no que se refere às práticas de leitura perpetuadas no âmbito das escolas que dependem, em grande medida, dos conhecimentos e concepções dos professores.

1.2 O lugar da leitura no cotidiano do jovem

Comunicar-se é uma habilidade adquirida e aperfeiçoada ao longo da vida. Trata-se de um talento que se desenvolve principalmente a partir da leitura, da apropriação da palavra escrita que se tornou uma prática extremamente importante aos povos. Ler é um hábito que rapidamente vem sendo substituído pela facilidade e superficialidade das informações eletrônicas, os chamados hipertextos, cada vez mais sintéticos e em linguagem cifrada no mundo dos jovens. De acordo com Petit¹⁰ (2008, p.94) “a leitura, tal como é praticada atualmente, convida a outras formas de vínculo social, a outras formas de compartilhar, de socializar, diferentes daquelas em que todos se unem, como se fossem um só homem, ao redor de um chefe ou de uma bandeira”.

Não há pesquisa que comprove, mas é fácil observar que cada vez mais a nova geração encontram entretenimentos que os distanciam da prática leitora. Tais constatações vêm dos professores. Para a professora J.L.B, professora de Língua Portuguesa do IEA, “a nova geração não costuma ter hábito de leitura devido as várias distrações tecnológicas”(entrevista/2012). O único meio de argumentação para que os jovens façam a leitura de livros clássicos, por exemplo, é recorrer a promessas de gratificações, como notas.

Apesar da pesquisa de Petit ter sido realizada na França seu contexto pode ser inserido e reconhecido em nosso país. Conforme a autora, a proporção de jovens leitores diminuiu consideradamente, quando se poderia esperar o contrário devido a maior escolarização existente naquele país. Refletir sobre a importância da leitura para a formação humana e para a inclusão social é auxiliar os jovens na compreensão do seu mundo interior, e por consequência, seu mundo exterior e isso afeta a todos os jovens em todos os lugares.

No século XXI, quando a tecnologia da informação ganha cada vez mais espaço pelos meios de comunicação, constata-se que o incentivo à leitura é tão precário. Com o grande avanço da tecnologia, obras literárias consagradas tornam-se produções cinematográficas, fazendo com que os livros cedam o seu lugar, definitivamente, ao conforto das poltronas do

¹⁰ Michèle Petit, antropóloga francesa é pesquisadora do Laboratório de Dinâmicas Sociais e Recomposição dos Espaços, do Centre National de la Recherche Scientifique, na França. Possui livros traduzidos em vários países da Europa e da América Latina. A primeira tradução da pesquisadora no Brasil é o livro Os jovens e a leitura: **uma nova perspectiva**, que trata das múltiplas dimensões envolvidas no ato de ler, baseado em entrevistas realizadas com jovens da zona rural e da periferia de grandes cidades da França.

cinema. Mas isso não quer dizer que estes jovens não estejam em uma intensa atividade psicológica. Para Morin (2001, p,114),

Essa variedade não quer dizer, entretanto, que o telespectador seja estúpido, mas simplesmente, que ele faz uma interpretação com base em sua própria experiência mental. Há uma atividade, e o simples fato de ele não compreender bem prova que está ativo; se ele compreender bem, isso prova, igualmente, que está ativo. Além disso, frequentemente essa crítica: tanto assim que, quando a imagem, mesmo a imagem de um filme que parece absolutamente autêntica, não corresponde ao que o espectador pensa ser a realidade, ele não vai aceitá-la, vai dizer “é um truque, isso foi inventado, foi tudo arranjado”.

Grande parte das gerações passadas, apesar de serem sedentas por leitura não teve condições financeiras para adquirir livros. Essa situação de baixo nível econômico das classes contribuiu para a ausência de escolarização dos membros da família, já que quase todos os filhos eram obrigados a trabalhar para ajudar nas despesas de casa. Atualmente há a obrigatoriedade de matrícula dos filhos dessas classes na escola, senão não podem receber os benefícios sociais como o Bolsa Família¹¹, mesmo assim os níveis de leitura não aumentaram. As famílias continuam não podendo comprar livros para seus filhos porque os valores de mercado ultrapassam o orçamento familiar, já gastam além do que podem com uniformes, materiais escolares e os livros didáticos.

Assim como os livros consagrados dão lugar às telas de cinema para alcançarem maior prestígio, outro fator que contribui para o declínio do hábito da leitura entre os jovens são os resumos de obras literárias que vagam na internet, trazendo resumidamente toda a história do livro que deveria ser saboreada pelo prazer da leitura.

Ler por prazer é o ponto alto da questão. Há jovens que leem, por exemplo, apenas para se informar ou por curiosidade, não importa, o importante é que esse jovem estará criando um hábito saudável que deve ser preservado e disseminado.

¹¹ O Bolsa Família possui três eixos principais focados na transparência de renda, condicionalidades e ações e programas complementares. A transparência de renda promove o alívio imediato da pobreza. As condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas **áreas de educação** e assistência social.

Para Martins (2006, p.518) ,

Em sala de aula, a leitura consolida-se cada vez mais como atividade atrelada à obrigação da rotina de trabalho, ao passo que o ato de ler como forma lúdica e prazerosa de reconstruir mundos possíveis revela-se uma prática pouco discutida e concretizada. Como já referimos, a imposição da leitura do livro didático e das leituras “prontas”, idealizadas pelo professor, sufocam a descoberta da leitura por prazer.

Como podemos observar em sala de aula a literatura sofre um processo de escolarização, o que deveria ser um prazer passa a ser um enigma a ser descoberto, tanto pelo professor que precisa valer-se de técnicas e domínio para despertar o gosto pela leitura nos alunos, quanto para o aluno que desenvolve uma compreensão mitificada e homogênea do fenômeno literário.

Todos esses percalços vêm sendo apresentados na trajetória escolar do educando, da educação infantil ao ensino médio. A leitura literária deveria ser mais valorizada como meio do alunado desenvolver a criatividade e a imaginação na interação com textos que inauguram mundos possíveis, criados com base na realidade empírica. O jovem quando descobre o prazer numa obra literária nunca mais para de ler. Quando chega ao fim de um livro já está louco para abrir o próximo.

Para Morin (2000, p,48),

Livros constituem ‘experiências de verdade’, quando nos desvendam e configuram uma verdade ignorada, escondida, profunda, informe, que trazemos em nós, o que nos proporciona o duplo encantamento de descoberta de nossa verdade na descoberta de uma verdade exterior a nós, que se acolá a nossa verdade, incorpora-se a Lea e torna-se a nossa verdade.

Na entrevista realizada na escola IEA com os alunos do ensino médio, pudemos constatar de que forma a leitura é despertada na vida desses jovens. Para L.M.S o gosto pela leitura foi despertado por seu amigo: “eu tinha um amigo que todas as vezes que ia chamá-lo para brincar ele estava sempre lendo, fiquei curioso com o que lia e resolvi ler com ele. Aí gostei.” Um outro jovem diz o seguinte: “só passei a gostar de ler depois que minha professora do 1º ano fez a gente fazer uma peça teatral, para eu fazer meu personagem tive que ler sobre ele, descobri muitas coisas e passei a ler tudo que ele escreveu. Foi legal.”(entrevista/2012) Para A.C.C o gosto pela leitura veio após o término de namoro “quando meu namorado terminou comigo fiquei louca, chorava todo dia, então peguei um livro na

biblioteca da escola para esperar minha irmã mais nova sair da aula, parecia que a história do livro era a minha história. Desde então nunca mais deixei de ler”(entrevista /2012).

Para Petit (2008, p.21), o que poderia levar esses jovens ao desgosto pela leitura é a própria leitura se tornar a vilã, a qual denominou leitura escravizada ou leitura obrigatória. Conforme suas próprias palavras,

Jeanne é aposentada e lembra do tempo em que era interna: “Tudo que estivesse fora do programa era proibido... Jamais tínhamos tempo livre...Não tínhamos o direito de falar no refeitório. Liam para nós as vidas de crianças-modelo, como Anne de Choupinet, e a vida de santos.

De acordo com os entrevistados do meio rural, a leitura solitária e silenciosa era uma exceção, de modo que o comum para essas pessoas, era a leitura compartilhada e em voz alta realizada na família, no catecismo ou na escola. Uma realidade ainda presente nos dias de hoje. Nesse segundo tipo de leitura, de acordo com a autora, percebe-se uma relação entre leitura e poder, já que é possível controlar “o que” e “como se é lido”. Em oposição a essa concepção domesticadora, essa mesma autora lembra que a leitura é, antes de tudo, um ato de liberdade, que foge a qualquer controle externo, já que “[...] os leitores apropriam-se dos textos, lhes dão outro significado, mudam o sentido, interpretam à sua maneira, introduzindo seus desejos entre as linhas: é toda a alquimia da recepção. Não se pode jamais controlar o modo como um texto será lido, compreendido ou interpretado” (PETIT, 2008, p. 26).

Esse fato pode levar a duas consequências: em alguns casos o jovem pode vir a gostar da leitura e até despertar em si o desejo de procurar outros livros, se coincidentemente gostar da obra que foi obrigado a ler. Em outros casos o ato de ler acaba se tornando enfadonho, o que produzirá no jovem uma antipatia que o distanciará ainda mais da prática e do gosto pela leitura.

O gosto pela leitura acontece quando há diálogo entre o leitor e o texto. Leitor esse que não só altera o sentido, introduzindo novas ideias, mas que é um transformador de sua identidade e dos que o cercam. Leitura e leitor se permitem a criação, trocas de experiências, compreensão mútuas. Observe nesse trecho o que diz uma leitora, Fanny de 21 anos, entrevistada por Michèle Petit: “Gosto quando existe liberdade para o leitor. Os romances que não tomam os leitores por imbecis, que não lhes explicam tudo, que nos deixam um pouco fazer nosso próprio caminho.” (PETIT, 2008,p. 30). A leitora em questão sugere que a liberdade é a chave mestra que transportará o leitor do real para o mundo imaginário, o mundo no qual interagimos e podemos modificá-lo.

E é a escola que terá o papel importante nesse processo de despertar o gosto pela leitura entre os jovens. E quem melhor que o professor para despertar o prazer da leitura? São muitas as atividades que podem ser desenvolvidas em sala de aula com esse objetivo. Mas, muitos mais que os recursos pedagógicos está o papel do educador no desenvolvimento da prática leitora, em que o docente precisa reforçar a capacidade crítica do educando. O professor precisa realmente não apenas ensinar os conteúdos mas também ensinar a pensar certo, para isso o próprio professor deve ser um leitor crítico. Para Freire (2001,p,27),

Não se lê criticamente, como se fazê-lo fosse a mesma coisa que comprar mercadoria por atacado. Ler vinte livros, trinta livros. A leitura verdadeira me compromete de imediato com o texto que a mim se dá e a que me dou e de cuja compreensão fundamental me vou tornando também sujeito. Ao ler não me acho no puro encaixe apenas de seu autor ou de sua autora. Essa forma viciada de ler não tem nada a ver, por isso mesmo, com o pensar certo e com o ensinar certo.

É nesse processo de inoperância da escola na promoção da leitura que surgem os projetos de fomento à leitura espalhados pelo Brasil. Num país que ainda sofre com deficiências no ensino público e com o alto índice de analfabetos funcionais (aqueles que, embora tenham aprendido a decodificar a escrita, não desenvolveram a habilidade de interpretação de texto), qualquer iniciativa que vise a transformar brasileiros em leitores é extremamente bem-vinda. É o caso do letramento que para Soares (2001,p,74 e 75)

(...) letramento não pode ser considerado um “instrumento” neutro a ser usado nas práticas sociais quando exigido, mas é essencialmente um conjunto de práticas socialmente construídas que envolvem a leitura e a escrita, geradas por processos sociais mais amplos, e responsáveis por reforçar *ou* questionar valores, tradições e formas de distribuição de poder presentes no contextos sociais.

Saber expressar-se –, fazer-se entender ser entendido nos mais diferentes contextos e situações é sinônimo de sobrevivência e inclusão social. Enfrentar e combater o decrescente interesse do jovem e adolescente pela leitura é um dos maiores desafios do Brasil. Uma guerra de proporções gigantescas composta de muitas batalhas que precisam ser encaradas com urgência pela sociedade como um todo e pelas instituições de ensino de modo particular. Para Morin¹² (2004,p.01),

¹² <http://www2.ufpa.br/ensinofts/artigo3/setesaberes.pdf>

Os sete saberes necessários à educação do futuro não têm nenhum programa educativo, escolar ou universitário. Aliás, não estão concentrados no primário, nem no secundário, nem no ensino universitário, mas abordam problemas específicos para cada um desses níveis. Eles dizem respeito aos setes buracos negros da educação, completamente ignorados, subestimados ou fragmentados nos programas educativos. Programas esses que, na minha opinião, devem ser colocados no centro das preocupações sobre a formação dos jovens, futuros cidadãos.

Nesse contexto, a escola, enquanto instituição social considerada democrática por excelência, torna-se o local privilegiado para viabilizar as condições propícias ao ensino e aprendizagem das práticas leitoras nos jovens, em especial, àqueles que têm menos oportunidade de vivenciar situações cotidianas de leituras, a fim de que essa carência não seja um obstáculo ao progresso educacional dessas crianças e jovens e ao consequente exercício da cidadania.

O papel da escola agiganta-se diante da importância da leitura para a educação, como espaço formal de trabalho. É preciso colocá-la em posição privilegiada e há muito tempo ela vem sendo questionada quanto ao seu conteúdo e na prática.

Para Fumaroli (2001, p. 273):

Escola secundária é a de dar aos adolescentes os elementos e as referências essenciais e não somente para a vida profissional, seja qual for em que especialidade, mas também – e essa é uma dimensão educativa que jamais devemos perder de vista – para a vida de relações pessoais, a vida íntima, o uso sensível e prudente dos lazeres.

A leitura faz parte do cotidiano, mas é na educação formal que devem ser exercitadas as práticas de maneira organizada. A utilização de textos que circulam nas ruas e em casa constitui uma opção preciosa no dia a dia escolar em todos os níveis de ensino. Na verdade, o exercício de ler é multifacetado, eclético. Importante que atenda às exigências do grupo que o executa.

Outro fator importante para o desenvolvimento pelo gosto da leitura parte do convívio em família. Os jovens que vivem em um ambiente onde os pais têm práticas leitoras estarão em constante interação com práticas sociais que envolvam leitura e escrita. Tais práticas são aplicadas com êxito em suas relações sociais, nas relações virtuais, do dia-a-dia e até mesmo nos estudos diários. Conforme Ferreiro (2001, p.19), a criança que convive com esse ambiente compreende algumas das funções da leitura e principalmente da escrita no convívio social, a saber:

As crianças que crescem em famílias onde há pessoas alfabetizadas e onde o ler e escrever são atividades cotidianas, recebem estas informações através da participação em atos sociais onde a língua escrita cumpre funções precisas [...] essa informação que uma criança, que cresce em um ambiente alfabetizado, recebe cotidianamente é inacessível para aqueles que crescem em lugares com níveis de alfabetização baixos ou nulos.

Se é sabido que ninguém consegue aperfeiçoar a habilidade de expressão e comunicação manuseando e ouvindo expressões pouco letradas, cabe à escola – ambiente da educação formal – ensinar e estimular a prática da leitura significativa e contextualizada. Lembre-se que é à escola que a sociedade deposita a responsabilidade de reverter o ciclo do analfabetismo total e funcional que vem se perpetuando no Brasil dos últimos séculos.

A pesquisa divulgada no dia 16 de agosto de 2011 pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe/USP) a pedido da Câmara Brasileira do Livro (CBL) e do Sindicato Nacional dos Editores de Livros (Snel), vai contra as revelações dos educadores que acreditam que os discentes não gostam de ler. A mesma revela um aumento de títulos voltados ao público infantil houve um crescimento de 14,02% na comparação com 2007. Revela, também, um acréscimo de 41,88% nos lançamentos de novas obras de literatura juvenil.

Para Morin (2001),

É a literatura que nos revela, como acusa o escritor Hadj Garm' Oren, que 'todo indivíduo, mesmo o mais restrito à mais banal das vidas, constitui, em si mesmo, um cosmo. Traz em si suas multiplicidades internas, suas personalidades virtuais, uma infinidade de personagens quiméricos, uma poliexistência no real e no imaginário, o sono e a vigília, a obediência e a transgressão, o ostensivo e o secreto, pululâncias larvares em suas cavernas e grutas insondáveis. Cada[...] tempestades furiosas'.

Retomando o raciocínio inicial, somos uma nação de não comunicadores. Ou seja, o Brasil é um país de jovens com dificuldade para entender e se fazer entender, que, apesar de todos os avanços já atingidos, continua transitando na contramão da compreensão exigida pela sociedade contemporânea. Não podemos esquecer que o caminho da leitura pode ser iniciado em qualquer época, basta descobrirmos que é importante e prazeroso. Seu caminho deve ser iniciado na infância, ganhar força na adolescência, pois nessa fase os jovens estão em busca de novas aventuras, querem conhecer o novo e conhecer a si próprios, até chegar à fase adulta. A inquietude da fase da adolescência é propícia para despertar o gosto pela leitura, o jovem quando motivado para a leitura, encara-a como uma aventura, com entusiasmo e paixão. Nesse período ele vê a possibilidade de contar sua história e descobrir outras e é nessa

possibilidade de inquietude, de crescimento intelectual que devemos fomentar o hábito de ler entre os jovens e facilitar o desenvolvimento de suas habilidades leitoras.

1.3 O Livro Didático : quem produz, seleciona, edita e difunde

O livro didático no Brasil, com algumas exceções, sempre apresentou qualidade duvidosa e deixa a desejar seu papel de apoio ao processo educacional. São sempre fechados e autoritários, com proposta de exercícios que pedem respostas padronizadas, apresentam conceitos com verdades indiscutíveis e não permitem a alunos e professores um debate crítico e criativo que é uma das finalidades do processo educacional.

Esses livros surpreendem pela repetitividade e monotonia dos exercícios que induzem os alunos à atividades de reprodução dos pensamentos elaborados por outros, em vez de se ocuparem no processo de construção de seu próprio conhecimento. Alguns têm vários autores, muitos sequer participaram da elaboração do livro, nunca ministraram aula, não conhecem o aluno, mas opinam sobre eles dizendo o que devem fazer. Freire (1989, p.67), adverte que,

Na visão ‘bancária’ da educação, o ‘saber’ é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. Doação que se funda numa das manifestações instrumentais da ideologia da opressão - a absolutização da ignorância, que constitui o que chamamos de alienação da ignorância, segundo a qual esta se encontra sempre no outro.

É preciso destituir a concepção bancária que se faz presente também na produção, seleção, edição e difusão do livro.

Para isso é preciso repensar a educação o ensino. Para Morin (2000 p.16),

Devemos, pois, pensar o problema do ensino, considerando, por um lado, os efeitos cada vez mais graves da compartimentação dos saberes e da incapacidade de articulá-los, uns aos outros; por outro lado, considerando que a aptidão para contextualizar e integrar é uma qualidade fundamental da mente humana, que precisa ser desenvolvida, e não atrofiada.

As editoras não são responsáveis pela má qualidade dos livros didáticos produzidos no país. Elas apenas oferecem ao mercado o produto solicitado. Muitos pesquisadores da área educacional criticam essas produções impróprias, mas os livros são produtos de uma realidade concreta que nos cerca. No caso do livro didático trata-se de uma proposta de ensino ultrapassada e massificadora, muitas vezes culpa dos próprios professores pela utilização

incorreta deste, na qual os alunos apresentam lacunas de conhecimento e os professores com uma inadequada formação (inicial e continuada) são submetidos a condições precárias no trabalho docente.

O livro didático acompanhou o desenvolvimento do processo de escolarização do Brasil, tendo registro de sua utilização por volta do século XV, antes mesmo da invenção da imprensa. Assume nas escolas, principalmente as públicas, o papel central no desenvolvimento do trabalho pedagógico escolar.

De acordo com Franco (1992, p. 85) em 1938 o livro didático, na legislação oficial brasileira, passa a ser orientado pelo Decreto- Lei 1.006, de 30/12/1938. Nesse período o livro já era tido como uma ferramenta da educação política e ideológica e o Estado era a instituição censora no uso desse material didático. As escolhas dos livros didáticos, pelo professor, aconteciam a partir de uma lista pré-determinada na base dessa regulamentação legal ancorada no Art. 208, Inciso VII da Constituição Federal do Brasil, que prevê o Livro Didático e o Dicionário da Língua Portuguesa como um direito constitucional do educando brasileiro. Figuram, ainda, na legislação nacional sobre o livro didático o decreto nº 91.542/85 de 19/08/1985 que implementou o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) em substituição ao PLIDEF¹³ e a resolução CD/FNDE nº 003, de 21 de Fevereiro de 2001¹⁴, que dispõe sobre o Programa Nacional do Livro Didático.

Atualmente é possível verificar que a qualidade dos livros didáticos vem apresentando melhorias consideráveis, principalmente, a partir das avaliações desse material pelo Ministério da Educação. Por outro lado, também, é possível deduzir que o livro didático ainda tem uma presença marcante em sala de aula e, muitas vezes, como substituto do professor quando deveria ser mais um dos instrumentos de apoio pedagógico. Os conteúdos e métodos didáticos utilizados pelos professores em sala de aula ficam na dependência dos conteúdos e métodos propostos pelo livro didático adotado. Vários fatores têm contribuído para que o livro didático dite as regras em sala de aula. Por exemplo, é muito cômodo ao professor

¹³ O Decreto nº 91.542/85 de 19/08/1985 (Publicado no Diário Oficial de 20 de agosto de 1985, Pág. 12178 Seção I) institui o Programa Nacional do Livro Didático, dispõe sobre sua execução e dá outras providências, entre elas, estabelece a participação de professores do ensino de 1º Grau, mediante análise e indicação de títulos dos livros a serem adotados. O PNLD veio em substituição ao PLIDEF - Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Fundamental. Para acessar o Decreto na íntegra, consultar http://www.abrelivros.org.br/abrelivros/01/index.php?option=com_content&view=article&id=39:decreto-no-91542-de-90885&catid=20:legislacao&Itemid=31

¹⁴ A Resolução nº 003/2001 estabelece no seu artigo 1º o provimento (Art.1º) das escolas do ensino fundamental das redes federal, estadual, do Distrito Federal e municipal de livros didáticos de qualidade, para uso dos alunos, abrangendo os componentes curriculares de Língua Portuguesa, inclusive Cartilha de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, e Dicionário da Língua Portuguesa para o Programa Nacional do Livro Didático-PNLD e no art. 2º que o PNLD será financiado com recursos do FNDE. A Resolução encontra-se disponível em <http://www.fn.de.gov.br/index.php/pnld-legislacao>.

solicitar aos alunos que abram o livro na página X e resolvam os exercícios que já vem prontos e detalhados. Na entrevista realizada no IEA a professora (C.A.S entrevista setembro/2012) nos revela que após a leitura do livro as avaliações mais comuns a serem aplicadas pelo professor são: “o resumo, o fichamento, a resenha, o relatório, sugestões do caderno de exercício” . O livro não pode ser encarado pelos professores como seu substituto em sala de aula fazendo com que a aula fique “chata” e enfadonha, além de fazer com que o livro perca a atração.

O livro didático é um instrumento de aprendizagem, não é o único meio, sua função principal é que ele seja capaz de conduzir o aluno à aprendizagem através da leitura.

Dentro do contexto de sua produção o livro didático segue programas governamentais como: os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), as Leis de Diretrizes e Bases (LDB), os currículos oficiais, entre outros documentos. Esses documentos são elaborados em seu conteúdo para contribuir na formação de um homem específico, que vive dentro de uma sociedade específica (CHAUÍ, 2001, p. 108-109),

A ideologia é um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (idéias e valores) e de normas e regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar; o que devem valorizar o que devem sentir e como devem sentir o que devem fazer e como devem fazer. Ela é, portanto, um corpo explicativo (representações) e prático (normas, regras, preceitos) de caráter prescritivo, normativo, regulador, cuja função é dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional para as diferenças sociais, políticas e culturais, sem jamais atribuir tais diferenças à divisão da sociedade em classes a partir das divisões na esfera da produção. Pelo contrário, a função da ideologia é a de apagar as diferenças como de classes e fornecer aos membros da sociedade o sentimento da identidade social, encontrando certos referenciais identificadores de todos e para todos, como, por exemplo, a Humanidade, a Liberdade, a Igualdade, a Nação, ou o Estado.

Com o livro didático não é diferente, ele tem uma intencionalidade, traz as marcas do lugar de onde fala o autor, seus objetivos, sua identidade, seus valores, enfim, sua singularidade.

Não podemos neutralizar esse material pedagógico e, também reconhecê-lo como instrumento puramente ideológico e impositor de ideologias é uma postura reducionista. Para além das ideologias nos livros didáticos é preciso preocupar-se com a formação do professor e com a intencionalidade do projeto político pedagógico escolar.

Um bom projeto educacional exige um professor atuante, com uma prática que se apropria da realidade como instrumento pedagógico e que saiba utilizar os materiais didáticos

disponíveis, incluindo o livro didático, de forma adequada e devidamente contextualizada no processo ensino-aprendizagem.

Muitas vezes o livro didático é a única referência para o trabalho do professor, passando a assumir até mesmo o papel de comando e de definidor das estratégias de ensino. Mas assim como o livro didático não é neutro, também o professor condiciona seu uso à suas crenças e valores, fazendo o uso desta ferramenta de acordo com os objetivos que estabeleceu para o seu trabalho, o que deve estar relacionado com a visão de homem e sociedade que pretende desenvolver, como afirma Forquim (1993). O livro se insere no conjunto das práticas escolares, mediadas pelo professor.

É importante ressaltar que a aprendizagem não ocorre somente mediante estratégias de leitura de livros ou exposições do professor pautada nos mesmos, mas ocorre segundo alguns cânones universais da situação de ensino¹⁵, considerada entre outros aspectos, a mobilização de si ou o desejo de aprender. O professor possui um papel importante como mediador, já que ninguém aprende pelo outro porque é necessário que haja um processo de envolvimento entre o aluno e os saberes.

A própria escola tem uma lógica de organização, racionalização e homogeneização que controla o tempo, espaço e recursos balizadores das situações de ensino. Para Charlot (2005, p.76),

Em primeiro lugar, ninguém pode aprender sem uma atividade intelectual, sem uma mobilização pessoal, sem fazer uso de si. Uma aprendizagem só é possível se for imbuída de desejo (consciente ou inconsciente) e se houver um envolvimento daquele que aprende. Em outras palavras: só se pode ensinar a alguém que aceita aprender, ou seja, que aceita investir-se intelectualmente. O professor não produz saber no aluno, ele realiza alguma coisa (uma aula, a aplicação de um dispositivo de aprendizagem, etc.) para que o próprio aluno faça o que é essencial, o trabalho intelectual. [...] O ensino não transmite —o patrimônio humano, ele transmite uma parte deste, em formas específicas.

Há um conjunto de valores, crenças e práticas, que permeiam as relações e estão entre todos os indivíduos que convivem no ambiente escolar. A cultura escolar não é um produto único e, portanto, o livro didático não poderia ser responsável pelo estabelecimento de uma cultura tradicional que comprometesse o desenvolvimento do pensar humano e da autonomia do professor. Os livros didáticos não podem veicular preconceitos e estereótipos, nem conter informações erradas ou desatualizadas. Para Magnani (2001, p.4),

¹⁵ Os universais de ensino é um fenômeno em si que deve estar relacionado com a condição humana. Nasce e entra inacabado num mundo que já existe e que, portanto, o que constitui o ser humano não é a natureza que cada um traz em si, no nascimento, mas sim o que é produzido pela espécie humana ao longo de sua história.

Nos aspectos gerais, os problemas dos livros didáticos de Língua Portuguesa são semelhantes aos dos das outras áreas. São descartáveis, o que impede sua reutilização; não há explicitação dos pressupostos teórico-pedagógicos subjacentes à proposta do autor; e apresentam ao professor respostas prontas(muitas vezes erradas), bem como modelos de planejamento e avaliações, cristalizando um estereótipo de aula e tornando professores e alunos tarefeiros do autor, e o livro, em fetiche.

O mecanismo jurídico que regulamenta legalmente o livro didático é o decreto 91 54/85 que implementou o Programa Nacional do Livro Didático, o qual, no seu artigo 2º estabelece a sua avaliação rotineira. Recentemente a Resolução CD/FNDE nº 603, de 21 de Fevereiro de 2001, passou a ser o mecanismo que organiza e regula o Plano Nacional sobre o Livro Didático. O Ministério da educação e Cultura (MEC) criou várias comissões para a avaliação dos livros didáticos, na busca de uma melhor qualidade. Em 2010, foi publicado o Decreto 7.084, de 27.01.2010, que regulamentou a avaliação e distribuição de materiais didáticos para toda a educação básica, garantindo, assim, a regularidade da distribuição. De acordo com o artigo 6º, o atendimento pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) será feito alternadamente. Conforme se vê no texto legal.

§ 2º O processo de avaliação, escolha e aquisição das obras dar-se-á de forma periódica, de modo a garantir ciclos regulares trienais alternados, intercalando o atendimento aos seguintes níveis de ensino:
I - 1º ao 5º ano do ensino fundamental;
II - 6º ao 9º ano do ensino fundamental; e III - ensino médio.(Guia de Livros Didáticos PNLD, 2012).

O MEC tem procurado um aprimoramento e melhoria da qualidade dos livros didáticos através do processo de avaliação e distribuição do PNLD – Programa Nacional do Livro Didático. Fica de inteira responsabilidade da FNDE – Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação todo o processo de prover recursos, gerenciar programas e executar ações para o desenvolvimento da educação, visando garantir o ensino de qualidade a todos os brasileiros. Destaca-se, ainda, uma peculiaridade na forma de atuação do FNDE no que se refere aos programas do livro didático que são distribuídos diretamente às escolas da rede pública. Todo o processo de prover os livros didáticos para as escolas públicas das redes federal, estadual, municipal e do Distrito Federal inicia-se pela adesão das escolas que desejam participar dos programas de material didático que deverão manifestar esse desejo mediante a adesão formal, observando os prazos, normas, obrigações e procedimentos estabelecidos pelo Ministério da Educação.

É preciso buscar maior transparência e mais interação de toda a unidade envolvida no processo de qualidade e avaliação do livro didático. Para que isso ocorra segundo Morin (2012, p 5),

É importante, também, mostrar que, ao mesmo tempo em que o ser humano é múltiplo, ele é parte de uma unidade. Sua estrutura mental faz parte da complexidade humana. Portanto, ou vemos a unidade do gênero e esquecemos a diversidade das culturas e dos indivíduos, ou vemos a diversidade das culturas e não vemos a unidade do ser humano.

Antes mesmo de isso ocorrer a FNDE edita as normais de inscrição dos detentores de direitos autorais e, depois da triagem realizada pelo IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo são enviadas à Secretaria finalística do MEC que é responsável pela avaliação pedagógica do material didático. Após tal procedimento e cumprimento das exigências para as editoras a FNDE disponibiliza o guia de livros didáticos em seu portal na internet e envia o mesmo material impresso às escolas cadastradas no censo escolar, para que os mesmos sejam analisados e escolhidos pelos diretores e professores em um processo democrático.

Todo esse processo teve início com as avaliações dos livros em 1994, com subsequentes reavaliações, gerando o que o MEC denominou “Guia de Livros Didáticos”. Hoje, essa política está consubstanciada no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

A análise dessas obras se configura em trabalho técnico que reúne professores de todo o Brasil, os quais, a partir do edital, analisam os livros submetidos pelas editoras de forma “cega” e pautada em critérios eliminatórios e classificatórios. Ressalta-se que os grupos de avaliadores têm um relativo poder em rejeitar uma coleção, não só porque contém erros substanciais (critérios eliminatórios), mas também porque apresenta uma proposta pedagógica considerada ultrapassada (critérios classificatórios). Daí a importância da leitura detalhada do Guia.

Terminado esse processo a FNDE firma contrato e distribuição com as editoras para o processo de produção, chegando às escolas em outubro do ano anterior pelo contrato firmado entre a FNDE e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) que leva os livros diretamente das editoras para as escolas.

Até 2003 os livros eram classificados com uma, duas ou três estrelas, logo após a classificação passou a ser por menções “recomendado com ressalvas”, “recomendado” e “recomendado com distinção”. Atualmente, uma variação de cores indica se a coleção

atendeu ou não aos critérios do edital. Essa análise culmina com a elaboração de um Guia com resenhas para as obras aprovadas que subsidiarão o professor quanto à escolha dos livros.

No Instituto de Educação do Amazonas o processo de escolha se faz da seguinte maneira: os representantes da escola se reúne na Diretoria de Ensino e avaliam os livros em conjunto. Depois, cada um se reúne com os professores da escola, em geral, nos HTPCs¹⁶. Duas ou três coleções são escolhidas e solicitadas ao MEC S.C.D (entrevista/2012). Nas entrevistas foram observadas que apenas 04 professores do universo de 12, conheciam o programa PNLD. Constata-se com isso que ainda não há uma efetiva participação dos professores na escolha do livro didático. As respostas parecem evidenciar que os professores sentem falta dessa participação e mesmo aqueles que participam dessa escolha não têm certeza de como ocorre todo o processo. Mais do que nunca os materiais didáticos têm se tornado um instrumento de controle. Para Apple (1995, p.82), “pouca coisa é deixada para a decisão do/a professor/a, na medida em que o Estado controla cada vez mais os tipos de conhecimento que devem ser ensinados, os resultados e os objetivos desse ensino e a maneira segundo a qual este deve ser conduzido”.

É preciso tomar cuidado para que os materiais didáticos, mesmo que bem elaborados e avaliados, não se transforme em ferramentas de legitimação de políticas governamentais de forma unilateral. É preciso, segundo Morin (2007)

A identificação global do problema é requerida e a necessidade de complementaridade é apreciada em função dos recursos exigidos para resolver ou reduzir o problema, dos meios concretos e dos saberes dos indicadores e promotores, como também das instituições e dos parceiros potenciais. Segundo a dinâmica que esta em jogo entre os iniciadores ou promotores, adota-se uma orientação voltada para uma solução já com provada, uma solução inovadora ou até mesmo uma solução revolucionária.

Com todo esse processo e cuidados em relação à aquisição dos livros didáticos espera-se que os mesmos atendam cada vez mais às demandas sociais e coerentes com as práticas educativas autônomas dos professores, atentando-se para o fato de que o universo de referências do professor e do aluno não pode esgotar-se no uso restrito do livro didático. O alerta feito por Molina (1987,p.23) continua atual ao se referir ao PNLD afirmando que “de pouco adianta escolher, quando não se sabe como escolher. Esta é uma tarefa que ainda precisa ser desempenhada pelos responsáveis nos órgãos públicos: preparar o professor para a escolha criteriosa”.

¹⁶ HTPC: Horas de Trabalho Pedagógico Coletivo

O livro deve contribuir para que o professor organize sua prática e forneça sugestões de aprofundamento das concepções pedagógicas desenvolvidas na escola. Deve oferecer uma orientação para que o professor busque, de forma autônoma, outras fontes e experiências para complementar seu trabalho. Do mesmo modo, deve garantir ao professor liberdade de escolha e espaço para que ele possa agregar ao seu trabalho outros instrumentos. Para alguns educadores os livros didáticos foram praticamente programados e aperfeiçoados para os docentes pudessem realizar um número maior de aulas, sem levar em consideração a responsabilidade com a qualidade de ensino. É o que afirma Geraldi (1993, p.94),

A tecnologia, que permitiu e permite a produção de material didático cada vez mais sofisticado e em série, mudou as condições de trabalho do professor. O material está aí: facilitou a tarefa, diminuiu a responsabilidade pela definição de conteúdos de ensino, preparou tudo – até as respostas para o manual ou guia do professor. E permitiu elevar o número de horas-aulas (com as tarefas do tempo anterior, seria impossível a um mesmo sujeito dar 40 a 60 horas de aula semanais, em diferentes níveis de ensino).

O professor não pode se transformar em refém do livro, imaginando encontrar ali todo o saber verdadeiro e a narrativa ideal. Sim, pois o livro é também instrumento de transmissão de valores ideológicos e culturais que pretendem garantir o discurso supostamente verdadeiro dos autores. O professor não pode e nem deve se limitar ao livro didático. Em um processo pouco dinâmico como o que se estabelece no sistema tradicional de ensino, cria-se um círculo vicioso: o professor torna-se um reproduzidor desses mitos e imagens errôneas e passa, ele também, a acreditar neles. Para Gregolim e Leonel (1997, p. 117)

Esse tipo de tirania da certeza e da verdade absoluta atinge a liberdade não apenas da autoria como também a do próprio aluno, na medida em que seu modo de pensar, seus hábitos cognitivos ficam acorrentados a fórmulas rígidas, desprovidas da modalidade necessária para compreender grande parte da realidade do mundo, da sociedade e de si mesmos. O resultado é a criação de uma postura passiva do aluno frente ao universo do conhecimento, a aceitação reverente da voz daquele que se apresenta como autoridade. É a exaltação do monólogo em vez do diálogo, a anulação da liberdade de discutir, do direito de discordar, da vantagem de duvidar, de desenvolver o olhar crítico e libertar-se da ingenuidade do olhar dogmático.

Para construir uma opinião própria e independente o professor é o primeiro que deve se libertar do método tradicional. É importante a leitura de textos complementares, revistas especializadas e livros disponíveis na biblioteca da escola, da cidade, dos alunos, dos amigos, dentre outros.

Também é preciso perceber que o livro didático é uma mercadoria do mundo editorial sujeito às influências sociais, econômicas, técnicas, políticas e culturais como qualquer outra

mercadoria que percorre os caminhos da produção, distribuição e consumo. Portanto, é preciso muito cuidado na escolha do livro didático. É fundamental preservar a independência do professor para que ele possa fazer uma boa escolha do livro que será utilizado em suas aulas.

Não obstante, esse processo ao longo dos anos tem sido lento, confrontando por vezes, interesses editoriais que nada tem a ver com as novas orientações para se trabalhar o ensino, conformes orientações firmadas no Guia de Livros Didáticos PNLD 2012 para o Ensino Médio.

A este fato acresce-se a limitada preparação dos professores para participar nos processos de seleção dos livros, tarefa esta muito exigente para um coletivo que pouco tem recebido apoio institucional para tal fim.

É o professor quem deve ter uma boa preparação para desenvolver essa atividade de vital importância. Embora o desenvolvimento das novas tecnologias, da mídia, dos textos digitais, numa região como a Norte do Brasil, o livro didático continua sendo o mais fiel aliado do professor e um recurso imprescindível para os alunos.

Quadro I – Trajetória do Livro Didático

Ano de implantação	Órgão	Público Alvo	Objetivo	Responsável
1929 até 1976	Instituto Nacional do Livro (INL)	Escolas públicas	- Legislar sobre políticas do livro didático; - Legitimar o livro didático e auxiliar no aumento de sua produção.	Estado
1938	Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD)	Escolas públicas	Legislar e controlar a produção e a circulação do livro didático no país.	Estado - Decreto-Lei nº 1. 006, de 30/12/1938
1945	CNLD	Escolas públicas	Consolidar a legislação sobre as condições de produção, importação e utilização do livro didático.	Estado Decreto-Lei nº 8.460, de 26/12/1945
1966 até 1971	Comissão do Livro Técnico e Livro Didático (COLTED)	Alunos do E.F.	Coordenar as ações referentes à produção, edição e distribuição do livro didático.	Acordo MEC/ USAID até 1969
1971 até 1985	Programa do Livro Didático para o EF (Plidef)	Alunos do E.F.	Implantar sistema de contribuição financeira para o Fundo do Livro Didático.	Estado / INL / COLTED Decreto nº 68,728, de 08/6/1971

1983 até 1985	FAE – incorpora o PLIDEF	Alunos do E.F.	Examinar, distribuir livros didáticos. Participação dos professores na escolha dos livros e a ampliação do programa com a inclusão das demais séries do E.F.	Estado/ MEC / I N L
1985 até 1997	Nacional do Livro Didático (PNLD) – substitui o PLIDEF	Alunos do E. F.	Distribuição de livros didáticos.	FAE - Decreto 91.542, de 19/8/1985
1992	PNLD	Alunos da 4ª série	Restrição na distribuição do livro didático	MEC/FNDE
1993	PNLD	Alunos do E.F.	Vinculação de recursos próprios Para a aquisição dos livros didáticos.	MEC/FNDER es. 06/07/1993
1995	PNLD	Alunos do E.F.	Universalização do livro didático no E.F. – Português e Matemática.	MEC/FNDE
1996	PNLD	Alunos do E.F.	Universalização do livro didático no E.F. – Ciências.	MEC/FNDE
1997	PNLD	Alunos do E.F.	Universalização do livro didático no E.F. – Geografia e História.	MEC/FNDE
1997	Extinção da FAE	1ª a 8ª séries do E.F.	Ampliação do programa de distribuição do livro didático.	Estado / MEC/FNDE
2000	PNLD	1ª a 4ª séries do E.F.	Distribuição de dicionários e livros didáticos de língua portuguesa.	Estado / MEC/FNDE
2001	PNLD	Portadores de DV	Distribuição de livros didáticos em braile	Estado / MEC/FNDE
2002	PNLD	1ª, 5ª,6ª, 8º e 9º séries do E.F.	Distribuição de dicionários	Estado / MEC/FNDE
2004	PNLD	1ª a 8ª séries do E.F.	Reposição de dicionários e distribuição de livros didáticos de todos os componentes curriculares	Estado / MEC/FNDE
2005	Implantação do PNLD para o Ensino Médio (PNLEM)	Alunos do E.M	Distribuir de forma progressiva o livro didático para o Ensino médio.	Estado / MEC / FNDE - Resolução nº 38/204
2006	Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL)		Melhorar a realidade da leitura no Brasil: democratizar o acesso ao livro; fomentar a leitura e a formação do leitor; apoiar a economia do livro.	Estado/ MEC/ FNDE

Fonte: Boletim Informativo “Notícias dos números primeiros até o presente momento; MEC: Documentos Oficiais do FNDE. Resoluções, Decretos e Portarias; Elaboração Márcia Greid Brito Moreira.

Esses dados mostram a preocupação do MEC em elaborar planos, implantações de comissões de especialistas para fixar critérios de qualidade do livro didáticos e para avaliar os

livros oferecidos por autores e editoras. O MEC presta um enorme serviço à escola pública, garantindo a qualidade dos livros entre os quais os professores possam escolher e que os alunos possam receber, por meio do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD).

Segundo esses dados a qualidade dos livros foi melhorando significativamente. É considerado pelo professores o instrumento mais utilizado nas aulas. Nas primeiras edições, por exemplo, em 1977, dos 511 livros para as primeiras séries do Ensino Fundamental apresentados pelas editoras, foram recomendados apenas 66%, nas últimas avaliações, diminuiu muito o número de livros que as editoras submetem à apreciação e também o número de livros que as comissões rejeitam como “não recomendados”, o que indica um rigor no critério quanto à seleção dos livros pelas próprias editoras, como também autores têm reformulado seus livros ou reconstruídos conforme os critérios de qualidade. Bittencourt (2004, p 72) explica que o livro didático é, entre outras definições,

Um depositário dos conteúdos escolares, suporte básico e sistematizador privilegiado dos conteúdos elencados pelas propostas curriculares; é por seu intermédio que são passados os conhecimentos e técnicas considerados fundamentais de uma sociedade em determinada época.

A fala da autora revela a condição de depositário dos conteúdos escolares intrínseca aos livros didáticos. E sua trajetória pode-se perceber que cada vez mais os conteúdos a serem trabalhados na série são as propostas curriculares e não os livros didáticos. Bittencourt (2004) esclarece, ainda, que o livro didático é um instrumento pedagógico que apresenta não só os conteúdos das disciplinas, mas como esse conteúdo deve ser ensinado. O livro didático apresenta, ainda, um conjunto de valores ideológico-sociais que codificam a obra num dado padrão de pensamento com determinadas visões de homem, do mundo e sociedade. Decodificar, pois, o livro didático, é tarefa do professor que, consciente de seus objetivos, deverá estabelecer uma mediação entre o currículo proposto pelo livro didático e a proposta curricular da escola e o aluno.

CAPÍTULO II A LEITURA COMO POLÍTICA PÚBLICA

Uma política pública reflete a vontade de diferentes setores da sociedade em avançar para uma determinada direção e representa uma articulação coerente de medidas para transformar uma situação. Sua eficácia se mede por sua sustentabilidade e sua coerência interna, que faz com que nos distintos setores envolvidos tenha repercussão positiva. Uma política pública permite garantir que os problemas não serão crônicos e idênticos aos que sempre existiram.

(Goldin)

2.1 Concepção e execução das políticas públicas de leitura.

É preciso compreender o que é uma política pública para que se possa descobrir quais são os caminhos percorridos por ela até chegar ao seu percurso final com resultados. O ideário das políticas públicas assenta-se na justiça social e na democracia participativa, voltado para a construção de sociedades iguais e mais livres. As políticas públicas não são dádivas do Estado, elas nascem e se desenvolvem como resultado das reivindicações populares, advêm das demandas sociais. Para Rodrigues (2010, p.14), “a política é entendida como uma atividade resultante de relações de poder, envolvendo o Estado e os movimentos sociais”.

Para Teixeira (2002, p.3),

As políticas públicas visam responder a demandas, principalmente dos setores marginalizados da sociedade, considerados como vulneráveis. Essas demandas são interpretadas por aqueles que ocupam o poder, mas influenciadas por uma agenda que se cria na sociedade civil através da pressão e mobilização social. Visam ampliar e efetivar direitos de cidadania, também gestados nas lutas sociais e que passam a ser reconhecidos institucionalmente.

Todas as definições partem do princípio que uma política pública é considerada como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.

O conceito de política pública é definido de diversas formas por variados autores, mas é fato que elas afetam profundamente o dia-a-dia dos indivíduos numa sociedade (THEODOLOU, 1995, p. 1). Na verdade “não existe uma única, nem melhor definição sobre o que seja política pública” (SOUZA, 2006, p. 40). Para a definição apresentada por Saraiva (2006, p.29),

Trata-se de um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade. Decisões condicionadas pelo próprio fluxo e pelas reações e modificações que elas provocam no tecido social, bem como pelos valores, ideias e visões dos que adotam ou influem na decisão. É possível considerá-las como estratégias que apontam para diversos fins, todos eles, de alguma forma, desejados pelos diversos grupos que participam do processo decisório. Com uma perspectiva mais operacional, poderíamos dizer que ela é um sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos.

Considerando que uma política pública é um conjunto articulado de ações de decisões, ela pode se desdobrar em unidades menores como programas e projetos (DRAIBE, 2001, p. 17). Esta análise procura identificar políticas e programas voltados ao incentivo da população à leitura, que abrangem as mais diversas iniciativas, desde aquelas que promovam o acesso à leitura por meio da distribuição de livros e da implantação de bibliotecas, até a valorização social da leitura e a formação de mediadores de leitura e de novos leitores.

A trajetória das políticas públicas envolvendo a leitura no Brasil como vimos anteriormente, mostrou-se fracassada de certa forma.. E, diga-se, que essa política está voltada para o livro didático. Trata-se de uma política sobre o controle, a distribuição gratuita, o incentivo à leitura, o estímulo à produção, dentre outros. Essa política não está enraizada no Estado brasileiro, é fragmentada e descontínua. Ou seja, não há comprometimento de um governo para o outro na manutenção da política implementada pelos governos anteriores. No início de um novo mandato, tudo é descartado e inicia-se novos projetos.

Foi a partir do final do século XX que diversas políticas novas surgiram, todas de caráter positivo, e que se inspiraram na chamada Lei Rouanet¹⁷ (BRASIL,1991), Lei do Direito Autoral (BRASIL, 1998) e a grande Política Nacional do Livro (BRASIL, 2003). Em 2004 ocorreu o primeiro grande acontecimento positivo vindo do Poder Executivo Federal, o qual desonerou impostos agregados à produção de livros, gerando uma expectativa boa para a

¹⁷ Concebida em 1991 para incentivar investimentos culturais. Instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), que é formado por três mecanismos: o Fundo Nacional de Cultura (FNC), o Incentivo Fiscal (Mecenato), e o Fundo de Investimento Cultural e Artístico (FICART).

leitura a médio e longo prazo, uma queda no valor do livro de 3,65% a 9,25%, na forma de contribuições para o PIS, COFINS e PASEP. Trata-se de uma Medida Provisória – a MP do Livro.

A compensação pela desoneração fiscal da MP do Livro é uma contribuição dos beneficiados igual a 1% sobre as vendas, visando constituir o Fundo Pró-leitura. Este fundo foi formado por representantes de entidades do livro, a saber: Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL), Câmara Brasileira do Livro (CBL), Associação Brasileira de Editoras de Livros (ABRELIVROS), Associação Nacional de Livros (ANL) e Associação Brasileira de Difusão do Livro (ABDL) – as quais administrariam diretamente o fundo para financiar as políticas públicas voltadas para a leitura.

Para González¹⁸, 2006, p.8)

Sem leitura não há cidadania, não é possível consolidar o capital social, dialogar com outras experiências no espaço global. O livro é a forma básica de expressão da identidade dos povos, da acumulação de uma parte importante dos conhecimentos e das experiências. Embora, atualmente, tenha perdido o monopólio que manteve até há poucas décadas como veículo de textos escritos, ele ainda é imprescindível como instrumento que garanta a coesão social. Assim, escutando as vozes que se levantam na região, a XIII Cúpula Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo proclamou 2005 como o ano Ibero-americano da Leitura.

É pois, nos marcos do ano 2000, que o país começou a caminhar satisfatoriamente na área do livro e da leitura com o ano Ibero-americano da leitura no Brasil em 2005, quando diversas ações foram discutidas em prol do livro e da leitura na América Latina. Este fato trouxe novas expectativas quanto à leitura e o livro no Brasil, reacendeu a necessidade de redefinir políticas públicas para a leitura. Mediante tal fato surgiu no Brasil, no mesmo ano, o Vivaleitura, com o objetivo principal de difundir as ideias voltadas para a criação de uma política pública destinada exclusivamente ao livro e à leitura. O Vivaleitura aglutinou os mais variados movimentos de leitura, independentemente de seus autores e engajamentos teóricos, políticos, metodológicos. (MARQUES NETO, 2006,p.23). Suas linhas de ação estão consignadas em : 1) democratização do acesso; 2) fomento à leitura e à formação de mediadores; 3) valorização do livro e da leitura; e 4) apoio à criação de livros e à cadeia produtiva do livro. De acordo com Amorim (2006, p.25),

¹⁸ Diretor do Escritor Regional da OEI no Brasil.

Mobilizados em torno dos quatro eixos centrais, cerca de 1.500 atividades foram contabilizadas pelo Vivaleitura durante todo o ano de 2005, contemplando todas as linhas de ação de todos os eixos do programa, as quais o leitor poderá conferir no *website* do movimento, agora hospedado no www.pnll.gov.br.”

Em um segundo acontecimento foi anunciado pelo presidente da CBL(Câmara Brasileira do Livro), a criação de um fundo para a leitura, a fim de incentivar o setor privado na contribuição dessa marcha rumo à produção de leitores. Todas as ações destinadas ao livro e à leitura, a fim de se fazer valer todos os esforços para alcançar o objetivo do programa Vivaleitura, foram acertadas e pactuadas com compromisso de todos os envolvidos na educação. E os três pontos acertados foram os seguintes: o primeiro reitera a prioridade do ano ibero-americano de apoiar e incentivar todos os sujeitos e autores envolvidos em projetos sobre o livro e a leitura; o segundo assenta-se no fato de que a mobilização nacional, iniciada em 2005, tem o desafio de construir um país de leitores. O terceiro e último trata da convocação de todos os envolvidos que fazem parte do Vivaleitura (empresas privadas, escolas, professores, bibliotecários, meios de comunicação, governo, etc.), a se comprometerem com a leitura e o livro visando o desenvolvimento do país, a fim de provocar um grande movimento nacional.

É fato que muitos avanços em prol da leitura ocorreram como a Secretaria Nacional do Livro e Leitura do Ministério da Cultura, extinta em 2003, a aprovada a Lei do livro, assim como também a reinstalação da Câmara Setorial do Livro e Leitura, além de Plano Nacional para o setor, dentre outras. Porém precisa-se ainda a divulgação desses avanços a comunidade escolar. Em entrevistas com os docentes do IEA foi obtido um resultado preocupante, dos entrevistados nenhum tinha conhecimento do Vivaleitura, apenas os gestores conhecem o programa.

As bibliotecas também foram alvos das discussões, elas também são instrumento de construção de cidadania e da produção de leitores. Para Buarque (2006, p. 42),

Bibliotecas domésticas ou malas de leitura podem ser instaladas em casas de bairros de baixa renda e comunidades carentes de todo o país, que assim se transformam em bibliotecas de bairro. O acervo, contendo livros infanto-juvenis, didáticos, de pesquisas, de literatura brasileira e estrangeira, deve ser substituído periodicamente.

Outro passo vital para a educação e a formação do hábito da leitura em crianças. Segundo Amorim (2006), são ações que visam orientar as mães para que elas possam ajudar seus filhos a serem alfabetizados ou seja, as políticas públicas devem contribuir-se em

subsídios a essas mães. “É preciso ainda garantir que as mães sejam também o público alvo principal de um programa de alfabetização de jovens e adultos”.(AMORIM, 2006 p.42). Outra ação necessária diz respeito à ação governamental em garantir o livro didático com distribuição gratuita destes às escolas públicas.

Não podemos esquecer que essas ações são responsáveis pela formação da identidade do povo brasileiro, pois ao nos identificarmos como indivíduos pensantes e atuantes em nossa sociedade, poderemos ser mais críticos e protagônicos, e isto exige leitura. É preciso valorizar nossa língua como instrumento de formação de identidade para não dar lugar a um meio de comunicação (televisão) na construção desta “falsa” identidade. Conforme Pereira e Piva (2006, p. 46) “não valorizamos nossa língua como instrumento primordial de expressão. Assim, organizamo-nos de tal forma que a televisão se tornou o instrumento principal de construção de nossa identidade. Essa concentração precisa diminuir”.

A construção dessa identidade que tenha a contribuição de políticas públicas que valorizem nossa cultura tem a função de superar as desigualdades existentes e construir um novo país. É assim que o Ministério da Cultura teve um avanço na política pública do Livro e da Leitura, proporcionando a ampliação do acesso aos bens culturais. Cultura que para Morin (2000, p. 48), “fornece os conhecimentos, valores, símbolos que orientam e guiam as vidas humanas”.

A biblioteca é um dos meios eficazes para desenvolver o gosto pela leitura como já abordamos anteriormente. É um local público e de não obrigatoriedade para o público, isso facilita o contato com o livro pelo prazer e não pela obrigação. Cabe ao Estado brasileiro desenvolver políticas públicas que invistam nas bibliotecas comunitárias e das escolas oferecendo diversidade de livros. Do mesmo modo, é necessário capacitar os professores para despertar nos alunos o gosto pela leitura e oferecer-lhes forma de aperfeiçoamento através de revistas específicas gratuitas, disponibilizando anualmente livros de leitura para os professores do ensino básico, a fim de que o docente possa criar sua biblioteca pessoal. É possível que, desta forma, o Brasil passa diminuir o abismo que há entre as camadas sociais de leitores e as camadas sociais dos analfabetos, em um país onde uma grande maioria é privada de acesso ao mundo letrado.

Todas essas ações foram construídas socialmente pelos governos federal e locais, instituições governamentais e não governamentais, porém são ações que não possuem continuidade.

Observemos tais fatos nos quadros abaixo.

Quadro II – Programas do governo federal em prol do incentivo à leitura no Brasil

Ano de implantação	Nome	Público Alvo	Objetivo	Responsável
1971 -1985	Programa do Livro Didático para o EF (Plidef)	Alunos do Ensino Fundamental	Implantar sistema de contribuição financeira para o Fundo do Livro Didático.	Estado / INL / COLTED Decreto nº 68.728, de 08/6/1971
1985 até os dias atuais	Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)	Alunos do Ensino Fundamental e Médio	Distribuir livros didáticos	Estado/ MEC / INL
1992 até os dias atuais	Programa Nacional de Incentivo à Leitura – PROLER	Professores, bibliotecários, pesquisadores e interessados na área da leitura	Estruturar uma rede de programas capaz de consolidar práticas leitoras;Fazer crescer a consciência e a demanda das condições de acesso variado aos bens culturais – leitura e escrita.	Estado / MEC/ Fundação Biblioteca Nacional / FNLIJ
1992 até os dias atuais	Programa PRÓ-LEITURA	Interessados na área da leitura.	Oferecer formação continuada – teórica e prática sobre a leitura.	Estado/ MEC / Fundação Biblioteca Nacional / FNLIJ
1997 até os dias atuais	Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE)	Bibliotecas das escolas Públicas de E.F.; portadores de necessidades especiais.	Promover a leitura aos alunos e professores. Apoiar projetos de capacitação e atualização do professor do E. F.	Estado/ MEC / SEDF/ FNDE
2006 até o momento	Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL)	Interessados na área da leitura.	Formar leitores, buscando o aumento do índice nacional de leitura;Implantar bibliotecas em todos os municípios do país;Assegurar e democratizar o acesso à leitura e ao livro a toda a sociedade;Criar condições e apontar diretrizes para a execução de políticas, programas, projetos e ações por parte do Estado (3 esferas) e da sociedade civil;	MEC e MinC
2006	Programa BNDS Pró-Livro	Interessados na área da leitura e editoras	Programa de financiamento para empresas da cadeia produtiva de livro por meio de créditos especiais e uso do cartão BNDS para suprimentos.	BNDS

2007	Programa Biblioteca do Professor.	Professores da rede pública de ensino.	Objetivo reforçar os programas de formação e aperfeiçoamento dos professores da rede pública brasileira de educação básica.	Ministério da Educação.
2007	Programa Livro Aberto: uma continuidade das ações propostas	Interessados na área da leitura.	Objetivo é a implantação de 600 bibliotecas públicas em municípios que não as possuem e revitalização das bibliotecas existentes, mas que se encontram com o acervo desatualizado.	Fundação Biblioteca Nacional – FNB
2007	Programa Nacional do Livro Didático no Ensino Médio - PNLEM	Interessados na área da leitura.	O objetivo é a distribuição periódica, com reposição anual, de livros Didáticos de qualidade para todos os alunos matriculados nas escolas do ensino médio público brasileiro.	Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE
2006	Leituração	Interessados na área da leitura.	Tem como objetivo desenvolver ações de concurso de literatura de cadernos de leitura para promover acesso público a obras inéditas, produzidas especificamente para jovens e adultos neoleitores.	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD/MEC

Fonte: Boletim Informativo “Notícia - dos primeiros números até o presente momento; MEC; Documentos Oficiais do FNDE: Resoluções, Decretos e Portarias; Freitag (1989); Elaboração: Márcia Greid Brito Moreira.

Na tentativa de ampliar a capacidade leitora entre crianças e jovens e de promover e divulgar o livro entre esses, o quadro II mostra como os programas governamentais de incentivo à leitura foram evoluindo. Porém é preciso mais seriedade na execução e implantação desses programas. De acordo com Oliver¹⁹ (2006, p. 14-17), “a noiva é a mesma, só mudou o vestido [...] o que deveria mudar é a ótica de análise dos processos. Há projetos bons, mas às vezes não são bem fundamentados”.

Embora a história desses programas venha apresentando a preocupação com a situação da leitura no Brasil, percebe-se, pelos resultados divulgados pelo MEC, que ainda não se conseguiu alcançar o resultado desejado que é aumentar o índice nacional da leitura.

Para Silva (2012, p.111)

¹⁹ Conselheiro da área de humanidade da CNIC do Ministério da cultura e vice-presidente do instituto Interamericano de Direito Autoral.

É interessante enfatizar que já na primeira pesquisa, realizada em 2001, uma de suas fortes recomendações era a de que o padrão educacional teria de ser elevado e muito melhorado, caso se quisesse uma evolução da leitura no Brasil; mas, pelo visto, o tempo passou, foi investido muito dinheiro na aquisição de livros para distribuição gratuita e o panorama continuou se repetindo sem que tenham surgido indicadores de mudanças substantivas na qualidade da educação escolarizada e, conseqüentemente, dos índices de leitura.

Diante de tal situação, percebe-se uma grande preocupação, por parte de algumas instituições privadas e governamentais, em divulgar e promover o acesso à leitura e de fomentar sua prática, através de projetos. Conforme quadro abaixo:

Quadro III – Projetos do governo federal em prol do incentivo à leitura no Brasil

Ano de implantação	Nome	Público Alvo	Objetivo	Responsável
1982 até 1985	Projeto “Ciranda de livros”	30 mil escolas públicas brasileiras	Distribuir livros e Incentivar a leitura de literatura infantil e juvenil.	FNLIJ / F. R. Marinho e Roechst
1986 até 1988	Projeto “Viagem da Leitura”	Bibliotecas das escolas públicas.	Distribuir livros e Incentivar a leitura de literatura infantil e juvenil.	F. R. Marinho, Ripasa– Indústria de papéis (Lei Sarney) I N L / MEC
1988	Projeto “Sala de Leitura	Bibliotecas das escolas públicas brasileiras	Distribuir livros e Incentivar a leitura de literatura infantil e juvenil.	Estado/ MEC / FAE
2001 até 2004	Projeto “Literatura em Minha Casa”	8,5 milhões de alunos de E J A, 4ª, 5ª e 8ª.	Incentivar e valorizar a leitura literária de qualidade. Doar livros de literatura para formar a biblioteca particular do aluno.	Estado/ MEC/ SEF/ FNDE / PNBE /FNLIJ
1995 até 2002	Projeto Uma Biblioteca em cada Município	Todas as crianças, jovens e adultos de área carente.	Ampliar a rede de bibliotecas públicas municipais, através da distribuição de recursos para aquisição de livros, equipamentos e mobiliários.	Secretaria do Livro e Leitura (MinC)

2007	Projeto Barca dos Livros	Comunidades ribeirinhas	Incentivar a leitura e o acesso à Biblioteca.	LEI ROUANET - Projeto Barca dos Livros – PRONAC 063793
2006	Projeto Cultura Viva	Todas as crianças, jovens e adultos de área carente.	Estabelecer convênios com entidades que promovem a mobilização social em comunidades brasileiras por meio dos livros e prevê a instalação de 1000 bibliotecas em Pontos de Cultura da rede e entidades relacionadas.	Ministério da Cultura – MinC
2009	Projeto Arca das Letras	Interessados na área da leitura.	Implantar bibliotecas rurais e formar agentes de leitura.	Ministério do Desenvolvimento Agrário.
2007	Edição de Literatura Indígena	Interessados na cultura indígena	Distribuir edição de material de ensino da leitura (livros, cartilhas, CDs e vídeos) com a participação de professores indígenas, em suas comunidades, através de laboratórios de escrita e tradução.	Universidade Federal de Minas Gerais – MG
2006	Livro Digitalizado para deficientes visuais	Todos os deficientes visuais, escolas e bibliotecas.	Tem o objetivo de atender ao deficiente visual que necessita ler determinado livro e não dispõe do exemplar em Braille ou gravado (livro falado).	Instituto Benjamim Constant

Fonte: Boletim Informativo “Notícia nº 12/2001, 4/2002, 8/2002, 11/2002, 12/2002 e 5/2003; Documentos Oficiais do FNDE: Resoluções, Decretos e Portarias”; Elaboração: Márcia Greid Brito Moreira.

Esses projetos vêm cada vez mais ganhando espaço nas instituições de ensino. No Instituto de Educação do Amazonas os projetos Pequeno Leitor e Cantinho da leitura, atraem a atenção dos alunos para obras consagradas da literatura. Essas ações desenvolvidas em torno da leitura, embora tenham reconhecido valor democrático, não chegam a constituir-se numa política de leitura. De acordo com Chartier (1996, p. 34),

A política de leitura é constitutiva de uma realidade social em um determinado período e, por isso, é construída e pensada a partir da percepção e da apreciação do real por parte de um grupo específico. Dessa forma, as estratégias e práticas estão condicionadas pelo discurso, mecanismo pelo qual uma instância – a política – imprime sua concepção e seu valor à leitura e a partir do qual tais concepção e valores se revelam.

Para que essas políticas aconteçam muito deve ser feito no sentido de desenvolver uma ação eficaz de valorização da leitura e do livro, com elementos indispensáveis ao desenvolvimento integral do indivíduo (COPEs e SAVELI, 2010). Há uma descontinuidade no desenvolvimento dessas ações de incentivo à leitura. Isso é resultado de efetivas políticas públicas para o livro e a leitura no país. Conforme Piva (2006, p. 49-50),

É preciso dar continuidade à institucionalização do setor e à ampla participação na elaboração das políticas, assim como à integração entre os diversos ministérios que tratam do assunto. Por outro lado, é preciso reconhecer a necessidade de superar as limitações orçamentárias e a pequena articulação entre a União, os estados e os municípios.

Mesmo com vários programas, projetos e discussões sobre a importância da leitura, a pesquisa trazida nessa dissertação comprova que o acesso ao livro ainda não foi possível a todos os indivíduos e que as políticas públicas para a leitura ainda precisam ser levadas a sério em um país com índices de leitura preocupantes.

A pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, realizada pelo Instituto Pró-Livro, fundado por entidades do mercado editorial e pelo IBOPE, é o único levantamento em nível nacional do comportamento leitor da população brasileira. O último resultado do índice de leitura no Brasil oscilou negativamente de 55% para 50% conforme dados da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil (2007). Para Carvalho²⁰ (2012) uma das razões para a queda no hábito de leitura entre o público infanto-juvenil é a falta de estímulos vindos da família.

Se em casa as crianças não encontram pais leitores, reforça-se a ideia de que ler é uma obrigação escolar. Se existe uma queda no número de leitores adultos, isso se reflete no público infantil”. “As crianças precisam estar expostas aos livros antes mesmo de aprender a ler. Assim, elas criam uma relação afetuosa com as publicações e encontram uma atividade que lhes dá prazer.

Para Silva (2012, p.115) além da família a penetração e a intensidade da leitura dependem de escolaridade, classe social e ambientes estimulantes (na família, na escola etc.).

Esse resultado ocorreu em quase todas as regiões com exceção do Nordeste. Já o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) apesar de sinalizar que o Brasil bateu a meta prevista para ser cumprida em 2013, a taxa de proficiência dos alunos no ensino de Língua Portuguesa variou em 0,22% enquanto que a taxa do índice de Desenvolvimento da Educação Básica subiu 0,4%.

Para Marchelli (2010, p. 567),

²⁰ Maria Carvalho supervisora da Fundação Educar DPaschoel. Trabalha com programas de incentivo à leitura. Entrevista para Revista Veja. Publicada em 28/03/2012.

Deve-se ressaltar que esses percentuais mostram que o déficit é pequeno, tendo em conta o tamanho da escala de avaliação, pouco significando para concluir que o ensino de Língua Portuguesa na educação básica seja um desastre irrecuperável. Mas é bom lembrar que em aprendizagem nenhum déficit é desejável, principalmente quando ele se apresenta de forma acumulada como no caso revelado pelo Saeb.

Apesar de legítimo, o índice foi constituído exatamente com a finalidade de medir esses indicadores. Embora seja diferente no qual os alunos realmente se esforçam para obter resultados positivos a fim de alcançar a tão desejada aprovação de seus cursos, o desempenho dos alunos ainda é insatisfatório. O que preocupa os especialistas é o desempenho médio dos alunos nas áreas de ciências humanas. De acordo com Marcuschi (2006, p. 60),

O ENEM avalia anualmente um conjunto de sete áreas (língua portuguesa, matemática, química, física, biologia, história, geografia) inter-relacionadas, que compõem um único teste de 63 itens de múltipla escolha, não identificados por campo do conhecimento, mas pela competência e habilidade que se propõem investigar.

Essa avaliação requer do aluno competências cognitivas permitindo estabelecer “as diferentes modalidades estruturais de inteligência que compreendem determinadas operações que o sujeito utiliza para estabelecer relações com e entre os objetos físicos, conceitos, situações, fenômenos e pessoais” (PERRENOUD, 1999,p.8).

Para Marcuschi (2006, p. 62),

No que se refere especificamente à leitura, constata-se que tanto o SAEB quanto o ENEM organizam sua avaliação com base em competências e habilidades. Esse consenso, na verdade, acaba se revelando como pontual, pois embora os sistemas sintonizem parcialmente quando da definição dos conceitos, as competências e habilidades selecionadas e contempladas nas provas de leitura de um e de outro exame nem sempre convergem.

Após notícia positiva²¹ no sentido de que em 2010 ocorreu uma melhora geral, em 2011 a média de ciências da natureza caiu de 502,14 em 2009 para 465,56 em 2011, e em ciências humanas a variação foi ainda maior. Em 2009, a média foi 502,44. Em 2010, subiu para 538,73 e em 2011 despencou para 472,59, uma queda de 66 pontos.

O ENEM explora significadamente a importância da leitura, por isso alguns critérios são de elevado valor para o candidato do ENEM: ter consciência da importância da leitura é o primeiro passo; saber o que é a leitura é outro fato essencial; materializar o hábito da leitura e

²¹ Informações mais detalhadas a respeito dos sistemas de avaliação podem ser encontradas no sítio www.inep.gov.br ou www.mec.gov.br.

cultivar a tolerância da diversidade textual (poesia, crônicas, charges, histórias em quadrinhos, músicas, artigos etc); além de conhecer meios diversificados de veiculação das informações (jornais, revistas, livros, internet, filmes, panfletos, outdoors, manuais etc.).

Para Marcuschi (2006, p. 75),”as capacidades de “selecionar, organizar, relacionar, interpretar dados e informações” (competência III), inclusive, podem e devem ser utilizadas no estudo que leva ao domínio da língua portuguesa e no uso de outras linguagens”.

Essa mescla de informações e conhecimentos está, indissociavelmente, condicionada à nossa existência num mundo globalizado e, que por vezes, é o caminho para a apreensão e resoluções de problemas, além de despertar o leitor para diversas áreas do conhecimento.

Para Castro (2006), a importância da leitura na vida de um indivíduo está associada à sua formação como cidadão ativo e consciente do seu papel na sociedade. A autora traz dados relevantes quanto aos índices de desenvolvimento com a leitura em exames nacionais como o SAEB e o ENEM que revelam o baixo desempenho dos alunos quanto à leitura, tais desempenhos têm resultados nas escalas de reflexão seguida de interpretação. “A leitura do mundo exige o domínio de habilidades e de estratégias de processamento de informações que abrangem a linguagem matemática, científica.” (CASTRO, 2006,p.58). Isto tem interferência nos resultados de exclusão alargando o abismo das desigualdades. Esses resultados sugerem a necessidade de reestruturação do modo de gestão escolar, com a participação dos pais, a revisão curricular dos cursos, o projeto político-pedagógico e o perfil dos professores.

Outro fator relevante são os resultados negativos nas redações do ENEM frente à compreensão do texto apresentado. A maioria dos jovens apesar de entender o que é solicitado apresenta dificuldades de desenvolvimento por não dominar ou sequer conhecer os assuntos apresentados. É preciso alertar os professores e as escolas para que trabalhem a leitura com a maior variedade possível de textos, a fim de conseguirem que os alunos construam seus textos espontaneamente. Castro (2006,p.59) chama a atenção para o fato de que é preciso

Sensibilizar os professores das diversas áreas para a noção de que o desenvolvimento das habilidades de leitura é um objetivo a ser atingido pela escola nas várias áreas curriculares e de que a especificidade de cada área curricular oferece oportunidade singulares para o aprimoramento de diferentes habilidades de leitura.

O sistema público de ensino deve incentivar e potencializar a participação democrática da sociedade intensamente nos projetos que visam sanar tais dificuldades. A eficácia desses projetos dependerá de políticas públicas educacionais que consigam reverter o quadro educacional de nosso país, fortalecendo o ensino público e oferecendo um ensino de

qualidade. Só existirá a qualidade se houver ênfase na leitura, e o espaço escolar é o espaço privilegiado onde a leitura precisa ser explorada.

Para Morin (2000, p.99), "não se pode reformar a instituição sem uma reforma das mentes, mas não se podem reformar as mentes sem uma prévia reformam das instituições".

Para que o Governo possa gerar ações eficazes faz-se necessário que sua ação produza decisões políticas que resultem de escolhas dentre as alternativas apresentadas, conforme a necessidade dos atores (professores, gestores, diretores), são eles que lidam com as dificuldades de implantação dessas políticas. É preciso que esses atores também sejam alvos de políticas públicas destinadas à leitura. Que seja viabilizado a toda comunidade escolar o acesso ao mundo da leitura.

Sabemos que muito ainda há por fazer, mas já iniciamos a caminhada. Segundo o documento final do XV Encontro Nacional do Programa Nacional de Incentivo à Leitura – PROLER, de 26 de novembro de 2010, para o período de 2011-2014, são enfocados três parâmetros de sustentação para a consolidação de uma política de reconhecimento e valorização da leitura e da escrita no Brasil quais sejam: oferta intensiva de bibliotecas escolares públicas e comunitárias; formação continuada de agentes de leitura; e estímulo à formação e homologação de planos estaduais, distrital e municipais do livro e da leitura, em seguimento ao Plano Nacional do Livro e da Leitura.

Há necessidade urgente de políticas públicas que estimulem o hábito da leitura e a aquisição de livros para os professores, diretores, agente de leitura e bibliotecários. Os investimentos em livros e em leitura devem ser priorizados pelas instituições brasileiras, pois, a leitura poderá levar o país ao desenvolvimento humano e à cidadania. O caminho percorrido será longo, mas é preciso fazer algo imediatamente para mudar essa triste realidade.

2.2 Os programas de leitura existentes na Escola IEA (Instituto de Educação do Amazonas)



Fonte: Márcia Greid Brito Moreira, Foto I 2012.

também assumem formas distintas nas diferentes áreas de políticas públicas (ALMEIDA, 2005).

Os dados do IBGE (2006) revelam que nos mais de 40% dos municípios brasileiros a cultura não está na agenda das políticas públicas. Dentre as três esferas a municipal ainda é a que mais investe em cultura proporcionalmente. Em 2006, os governos municipais foram responsáveis por 47% do investimento total em cultura.

Para Jorge Werthein, ex-representante da UNESCO no Brasil, o setor está em crescimento e irá, cada vez mais, ocupar a atenção dos gestores públicos. Vejamos:

A cultura é hoje um dos setores de mais rápido crescimento nas economias pós-industriais. Conhecer o seu funcionamento, além de ampliar o seu desempenho como um fator de ingresso para a economia, nos permitirá associar a melhoria de condições de vida como parte da mesma estratégia, favorecendo a criação endógena, melhor organização do processo de produção e acesso aos bens culturais (WERTHEIN, 2003, p. 15).

Ainda de acordo com Farah (2006,p.71), “a transferência de responsabilidades e de recursos para governos municipais nas últimas décadas tem sido acompanhada por inovações na gestão pública local”. Trata-se de inovações de cunho gerencial que destacam a eficiência, e de cunho democrático que visam a ampliação da participação e da justiça social. A tendência é que essas transformações ocorram em dois eixos: no conteúdo das políticas e nos processos políticos e administrativos. É preciso considerar, no entanto, que esse processo de

transformação não ocorre de forma homogênea entre estados e municípios, nem entre os diferentes segmentos de políticas públicas. (FARAH, 2006)

No que diz respeito ao eixo de conteúdo das políticas, as inovações envolvem a democratização de acesso à serviços públicos. Já o segundo eixo, constituído por mudanças nos processos políticos e administrativos, afeta a maneira como uma política é posta em prática envolvendo novos atores na formação e implementação, e a forma como esses atores se relacionam. Assumpção (2009, p. 25) destaca que “é preciso que os atores políticos demonstrem capacidade não só para diagnosticar e analisar a realidade social, econômica e política em que vivem, mas também para interagir e negociar de forma democrática como os diferentes atores envolvidos no processo”.

As parcerias devem prever, conforme Farah (2006), inclusão de novos atores como Organizações Não-Governamentais, movimentos sociais e associações comunitárias que passam a executar programas e gerir equipamentos públicos. Deve priorizar a participação dos cidadãos no desenho, implementação e controle de políticas públicas em instâncias formais (conselhos co-gestores e setoriais, conferências, orçamento participativo) e informais (colóquios, oitivas, fóruns não institucionalizados, mesas de negociação, redes e associações diversas). Os consórcios intramunicipais são uma nova forma de colaboração entre governos de mesmo nível, nos quais municipalidades vizinhas podem se articular para “enfrentar em conjunto problemas cuja superação ultrapassa a capacidade de um único município fazer como a destinação do lixo, preservação de recursos hídricos, entre outros” (FARAH, 2006, p. 68).

Os programas e políticas passam a ser promovidos de forma integrada por diversas instituições estatais nos diferentes níveis de governo. O novo papel dos governos municipais passa a incluir uma preocupação com a governança local, exercendo a coordenação e mobilização de atores governamentais e não governamentais, “procurando estabelecer uma ‘concertação’ de interesses e de recursos em torno de objetivos comuns” (FARAH, 2006, p. 69).

Em 2009, por exemplo, o programa O Livro e a Leitura nos Estados e Municípios²² visava fomentar a elaboração de planos estaduais e municipais do livro e da leitura. O

²² O Programa “Mais Livro e Mais Leitura nos Estados e Municípios” tem como objetivo fomentar Planos Estaduais e Municipais do Livro e Leitura, mobilizando, capacitando e assessorando Prefeituras e secretarias da Educação e Cultura para o seu desenvolvimento e implantação. Tem como principal estratégia propor uma logística que possibilite a mobilização de Estados e Municípios para o alcance dessa Meta, ainda que parcial, neste ano de 2003.

programa é realizado através de fóruns de discussão regionais e por meio da assessoria técnica do Instituto Pró-Livro.

É preciso considerar, no entanto, que antes de o governo federal iniciar sua atuação no fomento de planos estaduais e municipais de leitura, diversas localidades já possuíam alguma atuação na área. O próprio PNLL convidou governos de estados e municípios bem como organizações da sociedade civil a cadastrarem suas iniciativas no banco de dados disponibilizado em seu *site* na internet. Destaque-se que o registro no banco de dados foi voluntário, não sendo, portanto, exaustivo, é possível tecer algumas considerações gerais a respeito da atuação dos municípios brasileiros no fomento à leitura a partir desse mapa de ações.

Observe no quadro VII de que forma essas ações em prol da leitura na região Norte na esfera estadual, municipal e da sociedade civil é organizada. Tais ações são realizadas pelo Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) que é constituído por projetos e programas que integram 18 Linhas de Ações agrupadas a partir de quatro eixos: Eixo 1- Quanto a Democratização do Acesso; 2. Fomento à Leitura e à Formação de Mediadores; 3. Valorização Institucional da Leitura e Incremento de seu Valor Simbólico e 4. Desenvolvimento da Economia do Livro, além do Calendário de Eventos.

Quadro IV – Ações em prol da Leitura na esfera estadual, municipal e sociedade – Região Norte.

Ano de implantação	Nome	Nome da Instituição/Proponente	Ação	Região
2007	Lendo e Crescendo	Prefeitura Municipal de Belterra	Implantação de 8 novas bibliotecas e de ações de fornecimento do acervo, capacitação de agente de leitura, atendendo áreas polos do município próximas a comunidades ribeirinhas.	Norte/Santarém
2009	Pororocas das Letras	Nossa Casa de Cultura e Cidadania	Rede de bibliotecas comunitárias instaladas em locais com baixo IDH, contando inicialmente com um acervo de 200 livros e a oferta de um curso de formação para agentes de leitura.	Norte/Amapá

2009	Batalha	Centro Popular e Cultural Legião Franciscana - CPC LEFRAN.	Espaço de referência para crianças e adolescentes, auxiliando a elaboração de trabalhos escolares, possibilitando mais uma oportunidade de crescimento intelectual e formação integral dos cidadãos.	Norte / Manaus
2007	Biblioteca Comunitária Apolinário Dias dos Santos	Conselho de Cidadãos de Maués - Concima	Criação de uma biblioteca comunitária para assegurar o direito de acesso ao livro e à leitura em um esforço conjunto da sociedade, esferas do poder público e empresas privadas.	Norte /Maués.
2009	Quem Lê se Liberta: resgate da literatura norte-nordeste	Escola Fábrica de Asas – Biblioteca Letras Livres.	Terceiro projeto de incremento ao acervo da Biblioteca Letras Livres, que funciona juntamente a Escola Fábrica de Asas, atendendo uma clientela exclusiva de pessoas privadas de liberdade.	Norte/ Rio Branco
2009	Biblioteca Comunitária Oca do Saber	Grupo de Ação Ambiental Vila Viva	A Biblioteca Comunitária Oca do Saber garante o acesso à informação e ao lazer a toda comunidade de Alter do Chão, distrito de Santarém, PA.	Norte/ Pará
2010	Tricicloteca - Uma viagem do povo ribeirinho às margens do Rio Amazonas.	Universidade do Estado do Amazonas	As Triciclotecas são mini- bibliotecas ambulantes sobre triciclos que fazem ponto nas saídas dos barcos, emprestando livros para leitura e também com mediadores que ficam contando histórias ao longo das viagens pelos grandes rios às margens do Amazonas.	Norte/ Porto de Parintins ao vilarejo de Vila Amazônica
2010	Bibliocleta de Maués - AM	Prefeitura Municipal de Maués	Em uma iniciativa da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, uma bicicleta adaptada com suporte para livros, revistas, jornais e outros impressos faz visitas às casas das pessoas e retorna depois de 15 dias para renovar os empréstimos	Norte / Maués

2010	Cuia do Livro - uma biblioteca domiciliar	biblioteca Municipal Pedro Tavares Batalha	A “CUIA DO LIVRO” é uma biblioteca domiciliar volante que foi criada a partir da Biblioteca Municipal Pedro Tavares Batalha. Consiste em um carrinho fixo que fica na casa de um morador por 30 (trinta) dias, percorrendo as casas e levando o livro de mão em mão	Norte / Rondônia
2009	Trilhando a Leitura	Prefeitura Municipal de Tracuateua	Biblioteca itinerante que percorre todas as escolas, zonas rurais e pesqueiras de Tracuateua (PA), estimulando o hábito da leitura junto à população; o projeto prevê outras frentes de atuação.	Norte
2007	Casinha da Leitura de Belterra	Prefeitura Municipal de Belterra	Biblioteca ambulante montada em uma casinha de madeira a fim de recriar o espaço lúdico das práticas de leitura nos pronto-socorros familiares (PSF), com a presença de agentes fantasiados de personagens da literatura.	Norte
2009	Mostras Literárias do SESC-TO	Serviço Social do Comércio – SESC	Conjunto de exposições de pôsteres e livros, junto a atividades artístico-culturais: oficinas, debates, mesas redondas, sessões de narração oral de histórias, leituras, intervenções poéticas, exibição de filmes, etc.	Norte / Tocantins
2008	Triciclooteca: uma viagem de leitura do povo ribeirinho às margens do rio Amazonas	Comitê Regional do PROLER	Bibliotecas circulantes equipadas com um pequeno acervo de livros e revistas em triciclos que trafegam pelas ruas de Parintins, AM.	Norte / Parintins
2009	Lê melhor quem Lê a Vida	Centro Cultural Araçá	Projeto educativo de comunicação e tecnologia para a formação de leitores e produtores de textos para os diferentes meios de produção de linguagem	Norte

2010	Curso de Formação para Mediadores de Leitura	SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO - SESC TOCANTINS	Trata-se de um Curso de Formação para Mediadores de Leitura que forma multiplicadores para atuar em escolas, ONGs, associações e outras instituições, com capacitação para o trabalho nas rodas de leitura dentro de três áreas: 1- Contação de histórias; 2- Poesia – voz e corpo; 3- RPG Educacional	Norte
2008	A Leitura Entretendo e Construindo o Saber	E.E.E.F. Marizeti Mendes de Oliveira	Projeto pedagógico da sala de leitura escolar, com atividades complementares às aulas de língua portuguesa	Norte
2009	Cantinho da Leitura	Cantinho da Leitura	Mais de 600 crianças reúnem em torno dos livros do Cantinho da Leitura, em Portel, interior do Pará	Norte/ Pará
2010	Encontro Literário Porantim	Prefeitura Municipal de Maués	Três autores amazonenses conversam com diferentes públicos, em esquema de rodízio, na Biblioteca Pública Municipal Almir Gomes de Almeida, de Maués, AM.	Norte/ Maués
2010	FLI Floresta Maués	Prefeitura Municipal de Maués	O FLIFLORESTA é um evento que propicia um encontro literário entre escritores e professores/população em geral para incentivar a leitura. Acontecem também oficinas de formação de leitores, performances de poetas, teatrólogos e artistas. As pessoas cadastradas no projeto recebem em sua residência livros de autores amazonenses, num total de 1.000 volumes	Norte/ Maués

2009	Fogueira de Leitura	Prefeitura Municipal de Rio Branco	Fogueira de Leitura é um encontro de leitores e contadores de histórias.	Norte /Rio Branco
2007	Literatura na Floresta	Prefeitura Municipal de Maués	Literatura na Floresta é um evento que promove múltiplas atividades culturais, como um concurso de redação, a feira do livro, edição de livros de autores locais, palestras e seminários com autores de renome, além da gincana cultural, apresentações musicais e um concurso de danças típicas e folclóricas.	Norte/ Maués
2010	II Feira do Livro de Porto Velho - RO	Boto Assessoria Cultural Ltda	Feira do livro com atividades educacionais e culturais voltadas às crianças, jovens e adultos do município e região. Especial atenção às produções e atividades que envolvem a história e a cultura da região.	Norte/ Porto Velho
2007	I Feira do Livro de Porto Velho	Documenta.com Consultoria e Tecnologia da Informação Ltda.	A cidade de Porto Velho terá sua primeira feira do livro, com a participação de escritores regionais, apresentação de poesia falada, um espaço para a leitura de livros infantis, entre outras atividades, além da distribuição de vale-livros aos alunos visitantes	Norte/ Porto Velho

Fonte: PNLL – Plano Nacional do Livro e da Leitura - <http://189.14.105.211/MapaDeAcoes.aspx>; Elaboração: Márcia Greid Brito Moreira.

Como podemos observar existem desde 2007 várias ações para a leitura na região Norte, incluindo aquelas desenvolvidas por organizações não governamentais que nem aparecem no mapa de ações da PNLL. Segundo *Retratos da Leitura no Brasil*, a média de livros lidos nos últimos 3 meses na Região Norte é de apenas 1,51% dos livros no total. É preciso buscar mudanças que possibilitem avaliar e orientar políticas públicas e ações do governo, organizações não governamentais e entidades do livro para mudar o quadro atual.

Esses números apresentados pela pesquisa servem como base para diagnosticar problemas nas políticas públicas desenvolvida na região Norte. “Manaus tem só duas

bibliotecas públicas. É preciso que abram mais bibliotecas e livrarias, pois a população tem interesse é só observar a livraria existente no maior shopping da cidade”, como é cheia de gente (C.P.A, entrevista/2012).

Para Pszczol (2008, p. 28) as bibliotecas existentes na sociedade brasileira foram “concebidas como local de transformação ‘civilizadora’: idealizada por uma elite brasileira, voltada, por sua vez, a projetos nacionais, em geral europeizantes.”.

Mas se o modo de implantação foi esse (e continua sendo em muitas instituições), hoje o foco tem de se abrir para dar conta de outros problemas, muito graves, como as condições de nossas bibliotecas: a maioria com acervo defasado e desorganizado, falta de pessoal para minimizar a leitura e tornar os livros acessíveis. (PSZCZOL, 2008 p.29)

A nossa pesquisa realizada no Instituto de Educação do Amazonas, no ano de 2012, revela que essa instituição desenvolveu os seguintes programas e ações: PNLEM, PNBL, PNLD, Programa Brasil Alfabetizado, Formação continuada de profissionais da escola e da biblioteca, Produção e distribuições pelo MEC de materiais de orientação como a Revista Leitura, Implantação de centros de Leitura Multimídia (SEED), participação na Olimpíada de Língua Portuguesa, Prêmio VivaLeitura, Programas Mania de Ler, Pequeno Leitor e Cantinho da leitura, conforme nos informou a Professora R.C.N em entrevista realizada em setembro de 2012.

Não obstante, observamos que muitos docentes e discentes não têm conhecimento de tais ações, resultando no fracasso delas. Algumas medidas vêm sendo tomadas, mas pelo que observamos o alvo não está sendo atingido. Parece-nos que seria necessário um esforço significativo por parte do poder público centrado na formação e aperfeiçoamento de professores de modo geral e os de língua portuguesa, em particular, para que a eficiência dos programas tivesse maior efeito, somadas às ações em favor do hábito de leitura a toda comunidade escolar.

Para Morin (2000, p.99),

É preciso haver reformas de flexibilidade, de diminuição da carga horária, de organização, mas essas modificações sozinhas não passam de reformazinhas que acumulam ainda mais a necessidade da reforma de pensamento.

Outros fatores relevantes estão relacionados às dificuldades por parte dos docentes quanto à implantação dessas políticas na escola. Um dos docentes ouvidos nesta pesquisa afirma que é necessário “ter planejamento prévio para a inclusão da leitura como item

obrigatório”(M. I, entrevista/2012). Um outro docente revela o seguinte: “tivemos falta de incentivo por parte da coordenação de ensino; falta de espaço físico; falta de tempo por parte dos professores; conhecimento a respeito da política de leitura; descredibilidade nos programas; desinteresses por parte dos professores e falta de motivação em função do baixo salário dos professores (B.B.F, entrevista/2012).

A escola precisa refletir sobre como implementar as políticas públicas para a leitura no espaço escolar . Para Klebis(2008, p.35) “ as políticas educacionais e o sistema público de ensino, ao elegerem como meta o “desenvolvimento” de leitores hábeis, competentes e críticos, pouco têm se empenhado, pelo menos não ainda de maneira visível, no “envolvimento” dos estudantes com os livros, com a biblioteca, enfim, com a leitura”.

É pertinente buscar alternativas para que os docentes superem essas dificuldades e possam realmente valer-se das ferramentas de desenvolvimento da leitura em sala de aula. Em entrevista com a gestora Rosa foi apurado também que “ o investimento para serem desenvolvidas as políticas públicas vêm do governo estadual e federal” S.M.S (entrevista/2012) e que “as dificuldades encontradas pela instituição na implantação dessas políticas estão relacionadas à falta de acompanhamento dos pais dos alunos” (Rosa, entrevista/2012). Está relacionado também “à descredibilidade nos programas, à falta de tempo dos professores e à falta de motivação em função do baixo salário dos professores” (S.C.R entrevista/2012. Para tanto faz-se necessário políticas públicas voltadas não só para a implementação dessas ações, mas principalmente para capacitar o professor e a comunidade escolar para desenvolvê-las. Conforme O Guia para elaboração e implantação dos Planos Estadual e Municipal do Livro e Leitura (PELL e PMLL/2012),

O programa O Livro e a Leitura nos Estados e Municípios tem por objetivo fomentar Planos Estaduais e Municipais do Livro e Leitura mobilizando, capacitando e assessorando prefeituras e secretarias da educação e cultura para o seu desenvolvimento e implantação. Para isso, oferece aos dirigentes públicos, como ferramentas nesse processo, um Portal para informações, credenciamento e acompanhamento; formação presencial e a distância dos agentes.

Esse guia orienta só as prefeituras e secretarias, havendo também um portal para informações, credenciamento e acompanhamento. Não há apoio ao docente e à comunidade escolar.

Os desafios enfrentados pelos educadores no cotidiano escolar têm se chocado com as aspirações dos governantes em elevar o índice de proficiência leitora dos educandos, é preciso que mudanças ocorram, agora, tais como: melhores salários, planos de cargos e carreira,

espaço físico para o desenvolvimento dessas ações e principalmente o despertar do gosto pela leitura do próprio professor como leitor os quais não são inseridos nessas políticas públicas. Para que isso aconteça é fundamental que os professores sejam, antes de tudo, leitores.

Na escola, a leitura tem lugar certo: as aulas de Português e Literatura. Professores de outras disciplinas também podem fazer uso do recurso para desenvolver aspectos cognitivos em seus alunos. Um professor de Matemática pode, por exemplo, usar um poema para ensinar sequência e ritmo. Para isso, é preciso que a escola promova a formação de professores leitores. Há hoje professores recém-formados que não produzem textos e não desenvolveram o gosto pela leitura durante a sua formação. O que é reservado aos professores de hoje, é só a visita aos livros, a decifração de significados, a intermediação e a necessidade de consumo de textos impressos.

Em suas pesquisas, Silva (2002, p. 86), expõe três pontos preocupantes em relação ao professor:

Formação precária e empobrecimento contínuo de suas condições para a prática de leitura e para a participação na cultura em geral; apego quase exclusivo ao procedimento lousa em função da inexistência de bibliotecas escolares e/ou tecnologia de apoio ao trabalho; negação da história pessoal construída ao longo da experiência docente - ideologia tecnicista que leva o professor a cultivar receitas prontas para problemas de ensino e aprendizagem, sufocando a autonomia e piorando a mentalidade do magistério brasileiro.

Na entrevista com a docente N.A.S, professora de história, dentre os programas nacionais desenvolvidos em sua escola estão: “PNBL, PNDL e o PNLEM” (A.C.M entrevista/2012). Em contrapartida a professora de matemática diz “não sei informar nada sobre esses programas, quais programas estão sendo desenvolvidos” (entrevista/2012). Mediante tal fato é notório perceber que os outros programas aqui relatados pelos docentes e gestores só alcançam uma parcela pequena dos alunos dos professores. Os que sabem ler e escrever têm dificuldade para compreender textos curtos e localizar informações, inclusive aqueles que estão explícitas. Quanto à Matemática, lidam com os números que lhes são familiares, como os de telefones e os preços, ou realizam cálculos simples. A compreensão do que observam ou produzem é limitada e emperra seu desenvolvimento pessoal e profissional.

Para Castro (2006, p.58) ,

A 'leitura do mundo' exige o domínio de habilidades e de estratégias de processamento de informações que abrangem a linguagem matemática, científica, textos com diagramas, gráficos, tabelas, charges, enfim, os vários tipos de códigos sociais complexos que cada vez mais são incorporados e manifestados na linguagem.

Uma das mudanças primordiais que devem ser processadas diz a respeito à atuação do professor que, uma vez que ele se interesse pela leitura, tudo pode mudar. A primeira postura positiva por parte do professor é a preparação de qualquer aula. O educador pode organizar situações simples de estímulo como a leitura em voz alta e em grupo, e a leitura com o objetivo de localizar dados para compará-los. Pode, ainda, chamar a atenção para a importância dos resumos como prática de estudo, ensinando as crianças e os jovens a sublinhar e listar as principais informações de cada texto. Mostrar-se um bom leitor para o aluno, é também, algo determinante para que ele goste e aprenda a ler. Há que se fazer uso de atividades contextualizadas para que estas se tornem atrativas e significativas, e para que o aluno consiga entender o seu uso na vida cotidiana.

Além disso, a leitura deve ser usada como fonte de recreação, de 'passaporte' para todos os destinos, para a descoberta das mais diferentes culturas e para as mais infinitas possibilidades criadas pela imaginação. Não basta apenas que os alunos conheçam os códigos, mas que os utilizem de maneira a acercar-se de toda a mensagem, explorando-a e compreendendo-a.

Para Morin (2000, p.50),

No âmago da leitura ou do espetáculo cinematográfico, a magia do livro ou do filme faz-nos compreender o que não compreendemos na vida comum. Nessa vida comum, percebemos os outros apenas de forma exterior, ao passado que na tela e nas páginas do livro eles nos surgem em todas as suas dimensões, subjetivas e objetivas.

Portanto, criar nas escolas um ambiente que estimule a leitura, equipar as bibliotecas com livros e com profissionais habilitados que contribuam para o desenvolvimento de leitores, deve ser papel das políticas públicas para a leitura comprometidas com a qualidade do ensino público no país. Estabelecer um diálogo mais próximo entre os municípios e o governo federal, entre os gestores e os professores, entre a escola e a família e principalmente entre o docente e o discente é o que falta para o sucesso das políticas públicas de leitura.

2.3 O livro e a leitura no setor editorial.

A prova ABC aplicada em 2011 revelou que 48,6% dos alunos alcançaram os níveis de alfabetização esperados para o 3º ano do Ensino Fundamental, segundo o Instituto EcoFuturo. Já a pesquisa Retratos da Leitura do Brasil, realizada no mesmo ano dá conta de que crianças e adolescentes estão lendo menos. A leitura é uma atividade social que nasce da mediação de um adulto educador, pais e professores com a criança, e, fato alarmante, a grande maioria das escolas brasileiras não tem bibliotecas (cerca de 106 mil!).

Esses indicadores, no campo do livro e da leitura, são preocupantes. Ou seja, é preocupante o baixo nível de compreensão da leitura de textos entre os alunos e o consumo anual de livros por habitantes que é de apenas 1,85% no total. Reafirma os dados dos índices de leitura impressa que estão em queda em praticamente todo o mundo. Aqui no Brasil o setor editorial estima um faturamento de R\$ 4,8 bilhões informa a pesquisa Produção e Vendas do Setor Editorial Brasileiro 2011²³, no entanto, o crescimento comparado ao ano de 2010 foi mínimo, de apenas 0,81% “já descontada a inflação e somadas as vendas das editoras para livrarias e leitor final e também para o Governo”, (O Estado de S. Paulo, 2012). Para Karine Pansa, presidente da CBL (Câmara Brasileira do Livro), 2011 foi um ano ruim para o setor “Livro não é produto de primeira necessidade como o arroz e o feijão, e vai ser o primeiro item a deixar de ser comprado” (PANSA, 2012). Ela ressalta ainda que o mercado está seguro.

Segundo a pesquisa Produção e Vendas do Setor Editorial Brasileiro em 2011 houve um crescimento de 23,10% no segmento de livros científicos, técnicos e profissionais (CTP) e esse fato pode ser relacionado à grande demanda de jovens ingressos ao nível superior. Como de rotina os didáticos ainda são os responsáveis pela maior fatia deste mercado “e o setor teve um crescimento de 7,87% em relação a 2010, quando o faturamento foi de R\$ 1,1 bilhão. O setor fechou em 2011 com R\$ 1,18 bilhão” (Estadão de S.Paulo, 2012).

²³ A pesquisa é realizada anualmente pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE/USP) sob encomenda do Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL) e Câmara Brasileira do Livro (CBL), mostra um crescimento de 7,2% no total de exemplares vendidos pelas editoras brasileiras.

Os dados apresentados revela que o crescimento é positivo para o setor livreiro. Esse crescimento pode ser atribuído a aprovação do projeto de lei que cria o Fundo Pró-Leitura²⁴ e a contribuição social do setor produtivo do livro. Para Alquéres²⁵ (2011, p.16),

Essa é uma questão bastante polêmica. É claro que a desoneração do pagamento do PIS/COFINS da cadeia produtiva do livro a partir de 2004 representou certo alívio e permitiu a diminuição do preço final do livro ao consumidor. É também uma boa ideia, na teoria, o repasse de 1% da receita do mercado de livros para um fundo que financie as ações previstas no Plano Nacional do Livro e Leitura. O problema, porém, é ter garantia de que esses recursos de fato serão utilizados para ações que incentivem a leitura. Todos conhecemos o desvirtuamento feito pela CPMF que trouxe grande ônus para a sociedade brasileira

Nem sempre foi assim, só a partir do século XIX quando ocorreu a expansão do sistema escolar e o desenvolvimento das camadas médias interessadas em conhecimento é que o setor editorial desenvolveu-se. Para alguns autores a história da indústria editorial no Brasil ainda é um desafio a ser compreendido Conforme assinala Lajolo (2008, p.32),.

São assim, múltiplas e insubstituíveis as lições dos catálogos. Estudá-los e discuti-los não conduz, evidentemente, a traçar armas contra a indústria editorial. Trata-se, sim e urgentemente, de entendê-la e de aprender a lidar com ela, entre outras razões porque ela é já agora necessária. Esfinge de nossos dias, ele nos espreita em cada uma das muitas dobras e dos muitos avessos dos generosos projetos que engendramos, em que nos envolvemos, que reivindicamos em prol da leitura e dos livros. A indústria nos espreita e nos desafia, como a esfinge: ‘ou me decifras, ou te devoro’.

É preciso tratar o desempenho do mercado editorial como um problema para o país, afinal transformar o Brasil em um país de leitores não é tarefa fácil, principalmente no contexto da sociedade de informação, em que novos suportes de informação direcionam muito pouco para as práticas de leitura, são voltadas mais para o domínio das novas tecnologias. É imperativo que a leitura seja tratada no diálogo com as diversas tecnologias de gravação como defende Ribeiro (2011, p.21),

²⁴ Art. 3ª Será constituído o Comitê Gestor do Fundo Pró-Leitura com a finalidade de estabelecer as normas e critérios de aplicação do plano anual de investimentos, acompanhar a implementação das ações e avaliar, anualmente, os resultados alcançados na área de livro e leitura.

²⁵ Hulberto Alquéres é especialista em educação pública, tendo sido secretário adjunto estadual da educação entre 1995 e 2002. Foi eleito Presidente do Conselho Estadual da Educação em 2010 e reeleito em 2011. Atuante também na área da cultura é vice-presidente de Comunicação da Câmara Brasileira do Livro.

A maneira adequada de difundir a leitura no Brasil não é a de sua “tradição”, mas aquela que considera que o sujeito contemporâneo só consegue ser interativo com a mídia sendo, ele mesmo, “ multimeios”, necessitando da leitura para lê-lo; no mundo de hoje, não apenas a prática leitora deve passar pelo uso das tecnologias de informação e comunicação , mas o usuário dessas tecnologias deve desenvolver, por intermédio da família, da escola e de uma sociedade leitora, a prática de leitura.

Nesse contexto é preciso que políticas públicas de promoção da leitura e do livro busquem meios de defender a prática leitora como prioritária. Só assim o domínio dessas tecnologias serão realmente produtivas para ampliação do conhecimento.

O primeiro órgão responsável pela gestão das políticas públicas para o desenvolvimento do livro e da leitura foi a extinta INL (Instituto Nacional do Livro), criada em 1929, durante o Estado Novo, até sua extinção em 1990. Uma primeira tentativa tímida de uma política voltada para o livro no país ocorreu em 1930 na era Vargas, quando nasceu o Ministério da Educação e Saúde Pública. Logo surgiram programas destinados ao rádio e ao cinema todos de caráter educativo e é nesse contexto que o Estado brasileiro inicia sua tardia ação na área do livro e da leitura.

Além de ficar encarregado de editar a Enciclopédia Brasileira, herdada do Instituto Cayru, o INL também fica encarregado de criar e editar “o Dicionário da Língua Portuguesa, revendo as sucessivas edições” (BRAGANÇA, 2009, p.226).

Outra crítica quanto às ações do instituto é a oferta de livros que não garantiu a formação de práticas de leitura. Para Oticica, a transferência da linha editorial do INL para o setor privado não privilegiou a difusão do livro nem o estímulo à leitura, questão que se manteve insolúvel. Ou seja, “o alvo imediato [...] não era necessariamente o público, mas a iniciativa privada, que além da exclusividade do mercado e da subvenção de seus custos, ganhava ainda o redimensionamento das compras de parte da edição pelo Estado [...] (OTICICA, 1997, p.7).

O Instituto também foi responsável em promover as medidas necessárias para “aumentar, melhorar e baratear” (BRAGANÇA, 2009, p.227) a edição de livros no país bem como facilitar a importação de livros estrangeiros e “incentivar a organização e auxiliar a manutenção de bibliotecas públicas” (BRAGANÇA, 2009, p.227) em todo o território nacional.

Promoveu também assistência técnica especializada oferecida por bibliotecários que trabalhavam no sentido de que fossem alcançados os objetivos das próprias bibliotecas, assim como a boa utilização das doações recebidas pelo Instituto. Para Cunha (1967, p. 95),

O INL não se contentou com o registro passivo de bibliotecas já existentes. Desenvolveu um esforço ininterrupto junto às Prefeituras Municipais, no sentido de que fossem criadas bibliotecas públicas ou de que estas fossem reabertas ou reestruturadas, oferecendo para isso novos volumes e assistência técnica.

As ações do INL não devem ser tomadas apenas nos seus pontos negativos. Ela contribuiu para o desenvolvimento da biblioteca pública no Brasil, bem como no desenvolvimento da biblioteconomia para a formação de recursos humanos especializados.

Logo depois, o mercado do livro trouxe outro papel importante, o livro escolar. Nele o governo autoritário do Estado Novo teve forte presença. Pouco depois do surgimento do INL, foi criado o Conselho Nacional da Cultura pelo decreto-lei nº 526, de 1º de julho de 1938 (DOU,1938:13385), com a função de coordenar as atividades concernentes ao desenvolvimento cultural. Depois surgiu a necessidade de estabelecer as condições, importação e utilização do livro didático e para isso, nasce a Comissão Nacional do Livro Didático, com sete membros designados pelo Presidente da República, com a missão de examinar, estimular, indicar e promover os livros didáticos.

Em 30 de dezembro de 1938, pouco mais de um ano, o governo decreta a lei nº 1.006, que estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático. Começa assim uma preocupação quanto à confecção do material adequado para atender as demandas com assinala Magnani (2001, p.57):

As editoras se incumbiram de confeccionar e adequar rapidamente o material necessário para a implantação de Lei. Consolida-se a figura de um novo profissional, o autor de livro didático (que em alguns casos chega a ser tão polivalente quanto o professor), e se consolida também o modelo de livro didático.

Com o objetivo de discutir os problemas do setor editorial e buscar forma de atuação conjunta e organizada, em 20 de setembro de 1946, surgiu a CBL (Câmara Brasileira do Livro). Com sua primeira campanha “Livro, presente de amigo” iniciou-se o trabalho de divulgação e promoção do livro. Promoveu o 1º Congresso de Editores e Livreiros do Brasil, reunindo em São Paulo, entre os dias 22 e 26 de novembro em 1948, mais de uma centena de delegados e 56 editoras, livrarias, gráficas, agências literárias, sindicatos e outras entidades. Entre as questões discutidas estavam os “direitos autorais, tarifas postais, importação de papel e outras” (BRAGANÇA,2009 p.233).

Em 1956, ano que Juscelino Kubitschek assumiu a presidência da República, foi realizado no Rio de Janeiro, o Terceiro Congresso de Editores e Livreiros do Brasil promovido pelo Sindicato Nacional das Empresas Editoriais de Livros e Publicações Culturais

chamada atualmente de SNEL (Sindicato Nacional dos Editores de Livros), cujo objetivo é de estudar e coordenar as atividades editoriais no Brasil. Já quase no final do governo de Juscelino foi instituído a “Campanha Nacional do Livro” com o objetivo de organizar congressos, festivais e exposições de livros.

Sucedeu a Juscelino Kubitschek o presidente Jânio Quadros, que em seu mandato criou o Conselho Nacional de Cultura, ligado diretamente à Presidência da República. Após sessenta dias de sua criação o governo, através do decreto lei nº 51223, cria o Ministério de Educação e Cultura com a importante missão de,

a) Incentivar as diferentes formas de intercâmbio bibliográficos entre as bibliotecas do País; b) Estimular a criação de bibliotecas públicas e, especialmente, de sistemas regionais e bibliotecas; c) Colaborar na manutenção dos sistemas regionais de bibliotecas; d) Promover o estabelecimento de uma rede de informações bibliográficas que sirva a todo o Território Nacional (DOU, 1961, p. 7670).

Em 1987, por meio da lei nº 7.624, o Instituto Nacional do Livro e a Biblioteca Nacional passaram a integrar a Fundação Nacional Pró-Leitura, sendo suas atribuições transferidas para a Fundação Biblioteca Nacional.

A partir da década de 80, surgiu as chamadas leis de incentivo: Lei Sarney criada em 1986 pelo então presidente José Sarney e substituída em 1991 pela atual Lei Rouanet elaborada pelo diplomata, ensaísta e cientista político Sérgio Paulo Rouanet, secretário de Cultura da Presidência no Governo Fernando Collor. Instituiu políticas públicas para a cultura nacional, como o PRONAC – Programa Nacional de Apoio à Cultura.

Outras leis foram surgindo como é o caso da Lei do Direito Autoral, Lei 10.753/2003, e programas governamentais como o Pró-Leitura, Fome do Livro e Vivaleitura. Foi criado também programas mais específicos voltados para o livro didático e a biblioteca escolar, tais como: Programa Nacional de Biblioteca Escolar (PNBE) e o Programa Nacional de Livro Didático (PNLD), O Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL), Diretoria do Livro, da Leitura, da Literatura e das Bibliotecas (DLLL) vinculada ao Ministério da Cultura – MinC, a DLLL tem entre suas atribuições a implantação e modernização de bibliotecas e a implantação de Pontos de Leitura e o Instituto Pró-Livro criado em outubro de 2006 com o objetivo de fomento à leitura e à difusão do livro.

Nesse contexto foi importante a criação desses programas governamentais direcionados ao livro e à leitura. O mercado livreiro não é o dos melhores, apresenta sérios problemas como o preço final do livro fora do poder de compra dos brasileiros, *marketing*

sobre livros regionais praticamente inexistente, campanhas, congressos, festivais mal executados.

No IEA, segundo os professores entrevistados faltam mais campanhas destinadas ao livro e a leitura nas escolas. Para C.H.S “as únicas campanhas em prol do livro e da leitura na escola é quando temos acontecimento importantes como o aniversário da escola, visita de celebridades na educação, entre outros”(entrevista/2012) . A professora A.M.C afirma que “as campanhas acontecem, porém, o único objetivo é favorecer as editoras quanto à venda de livros no interior da escola” (entrevista/2012). Segundo a gestora S.M.S “nosso objetivo em trazer essas campanhas e exposições é incentivar não só o aluno a ler, mas também divulgar os escritores locais. Sorteamos livros, fazemos competições literárias.”(entrevista/2012).

É preciso buscar soluções imediatas e trazer para dentro das escolas a efetivação concreta desses programas.

Para Morin é preciso uma reforma completa no sistema educacional começando de “maneira periférica e marginal. Como sempre, a iniciativa só pode partir de uma minoria, a princípio incompreendida, às vezes perseguida. Depois, a ideia é disseminada e, quando se difunde, torna-se uma força atuante (MORIN, 2000,p.101).

Ana de Hollanda, então Ministra da Cultura, anunciou em 2012, no Dia Mundial do Livro e dos Direitos do Autor, investimentos de R\$ 373 milhões do Ministério da Cultura no Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL). Ao todo seriam desenvolvidos 42 projetos com o objetivo de promover o livro, as bibliotecas e a leitura, a criação e difusão da literatura brasileira. De acordo com a Ministra o foco são os programas de construção e modernização de biblioteca, dentre os quais destacam-se:

Ampliação do Programa Agentes de Leitura, com criação de 4 mil agentes, junto com o Ministério da Educação, para apoiar as bibliotecas escolares/comunitárias e a fomentar a leitura entre as famílias no campo. Com os novos convênios e desembolsos, serão, no total, 7.672 agentes atuando em 2012; Apoio à implantação de Planos Estaduais e Municipais de Livro e Leitura; Projeto Livraria Popular, com a criação de 700 pontos de venda de livros de baixo preço e formação de 1.300 micros e pequenos varejistas do livro em cursos de educação à distância; Lançamento de coleção com 100 Clássicos Brasileiros no formato *ebook*, para disponibilização para as bibliotecas digitais. (PNLL, 2012)

Outra novidade anunciada pela, ex Ministra está na publicação de editais específicos para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. “Em um desses editais, do chamado Custo Amazônico, que prevê a transferência de 30% de recursos para os estados da Amazônia Legal” (Hollanda, 2012).

Como podemos observar a política pública para o livro, leitura e biblioteca tem sido discutida e avaliada por todo o segmento da denominada cadeia produtiva do livro e com a sociedade em geral, porém é preciso ser mais objetivo, a fim de se chegar a ações concretas que de fato revertam os quadros atuais. Observe-se que dentre as propostas e leis as universidades não são contempladas. Como assinalamos anteriormente, o universitário apresenta uma proficiência de leitura e de escrita abaixo do esperado, tal fato é percebido pelo seu pouco interesse pelas idas a biblioteca e principalmente pelas cópias de livro por eles realizadas. É preciso a criação de órgãos específicos voltados para o desenvolvimento do livro e da leitura, capazes de irradiar, através de ações diretas, a descontinuidade dessas políticas públicas.

CAPÍTULO III PROMOÇÃO DA LEITURA NOS DOCUMENTOS OFICIAIS.

Um leitor competente é alguém que, por iniciativa própria, é capaz de selecionar, dentre os trechos que circulam socialmente, aqueles que podem atender a uma necessidade sua. Que consegue utilizar estratégias de leitura adequada para abordá-los de formas a atender a essa necessidade.(PCN de Língua Portuguesa de 5ª a 8ª Série, 1998; p. 15).

3.1 O lugar da leitura no PCN's

Vivemos em um contexto denominado era da informação que possibilita o acesso rápido à leitura de diferentes textos. Não obstante a isto, constata-se nos dados do Inep (2011), o alto índice de analfabetos funcionais. Para a UNESCO o analfabeto funcional é toda pessoa que sabe escrever seu próprio nome, lê e escreve frases simples, efetua cálculos básicos, porém, é incapaz de interpretar o que lê e de usar a leitura e a escrita em atividades cotidianas, impossibilitando seu desenvolvimento pessoal e profissional. O analfabeto funcional não consegue extrair o sentido das palavras, colocar ideias no papel por meio da escrita, nem fazer operação matemáticas mais elaboradas. No Brasil, 75% das pessoas entre 15 e 64 anos não conseguem ler, escrever e calcular plenamente. Esse número inclui os 68% considerados analfabetos funcionais e os 7% considerados analfabetos absolutos, sem qualquer habilidade de leitura ou escrita. Apenas 01 entre 04 brasileiros consegue ler, escrever e utilizar essas habilidades para continuar aprendendo (Inaf²⁶, 2011-2012). O estudo do Mapa do analfabetismo no Brasil feito pelo (Inep) são realizados todos os anos. Trata-se de avaliações oficiais de leitura cujo objetivo é colocar informações à disposição de todas as instâncias administrativas, tendo em vista a formulação das políticas públicas para a área e ampliar a reflexão sobre o tema.

Para se constituir numa ferramenta de avaliação eficaz do sistema educacional como todo é preciso que esses resultados estabeleçam parâmetros para a correção dos rumos no

²⁶ Instituto Paulo Montenegro - O Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf) revela os níveis de alfabetismo funcional da população brasileira adulta. Seu principal objetivo é oferecer informações qualificadas sobre as habilidades e práticas de leitura, escrita e matemática dos brasileiros entre 15 e 64 anos de idade, de modo a fomentar o debate público, estimular iniciativas da sociedade civil, subsidiar a formulação de políticas públicas nas áreas de educação e cultura, além de colaborar para o monitoramento do desempenho das mesmas.

processo educativo. Para isso “as generalizações realizadas a partir dos resultados divulgados pelos exames devem ser cuidadosamente dimensionados para não incursionarem em seara indevida” (MARCUSCHI 2006, p.62).

Todo indicador tem o mérito de considerar direta e conjuntamente dois fatores que interferem na qualidade da educação: as taxas de rendimento escolar (taxas de aprovação, reprovação e abandono) aferidas pelo Censo Escolar da Educação Básica e as médias de desempenho extraídas a partir do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e da Prova Brasil, realizados pelo INEP para diagnosticar a qualidade dos sistemas educacionais. Para Fernandes (2007, p. 8). “há informações mais reveladoras e que dependem do aprofundamento desse estudo, para, de fato, avaliarmos o que tem sido feito e buscarmos novos caminhos ou o aperfeiçoamento das ações que vem sendo adotadas pelos governos federal, estaduais e municipais, além da sociedade civil”.

Tais informações podem ser melhor retratadas quanto à formação do indivíduo para o exercício da cidadania, fundamentado na prática leitora que estão igualmente pressupostas no encaminhamento adotado pelos sistemas de avaliação educacional em andamentos no país, tais como:

- Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (BRASIL, 1998): constituem um referencial de qualidade para a educação no Ensino Fundamental em todo o País. Demarcam a visão de leitura como interação, vendo-a como processo, no qual autor-texto-leitor dialogam.
- Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE (BRASIL, 2009a): refere-se a um dos documentos do Saeb, desenvolvido a fim de melhorar a educação oferecida às crianças, 37 jovens e adultos do país. Cria uma base sobre a qual as famílias podem se apoiar para exigir uma educação de maior qualidade. O plano prevê, ainda, acompanhamento e assessoria aos municípios com baixos indicadores de ensino.
- Orientações para professor – SAEB/Prova Brasil (BRASIL, 2009b)6: mais um documento do Saeb. Tem por objetivo envolver docentes, gestores, entre outros profissionais da educação no conhecimento e apropriação do que são a Prova Brasil e o SAEB.

Trataremos aqui, especificamente da relação ao ensino-aprendizagem da leitura, nos PCN's. Há muitas discussões acadêmicas, quantidade de publicações e de divulgação, debates na mídia em geral, tematizando os programas de formação de professores e a sua influência nas políticas de edição de livros didáticos e até mesmo de livros de literatura infantil e juvenil.

Tudo isso aponta para a importância que o documento Parâmetros Curriculares Nacionais tem atualmente na comunidade educacional brasileira. “Os Parâmetros Curriculares Nacionais, ao reconhecerem a complexidade da prática educativa, buscam auxiliar o professor na sua tarefa de assumir, como profissional, o lugar que lhe cabe pela responsabilidade e importância no processo de formação do povo brasileiro.(PCN’s, 1997,p.9)”

Na tentativa de mobilizar o ambiente educacional (solicitando pareceres de pessoas e instituições sobre versões do documento) é que foi lançado, em meio a debates o PCN, cujo objetivo veio atender às exigências da Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional (LDB²⁷). Trata-se da reforma do ensino médio e profissionalizante e do desenvolvimento de equipamentos de educação à distância, produção de livros e de materiais didáticos, sistemas de avaliações do ensino fundamental e médio em nível nacional, dentre outras.

Os PCN’s são referências para a educação brasileira que tem a função de dar suporte à área educacional na elaboração de novas propostas e adequações curriculares, visando aproximar o ensino da sociedade. Neles, há conhecimentos essenciais que os alunos, ao final de um determinado ciclo escolar – fundamental e/ou médio – precisam dominar.

Estamos nos referindo às habilidades e competências que devem ser desenvolvidas durante a estada do sujeito na escola. Cabe a esta propiciar ao aluno o desenvolvimento de um conjunto de habilidades e competências que o habilitem a viver em sociedade, enfrentando e resolvendo problemas e participando de forma democrática na vida política. Fica claro que nos PCN’s o aluno deve adquirir habilidades que o possibilite ler, entender e interagir com os vários suportes de leitura, de modo a poder provocar inclusive, mudança em sua atitude. As competências leitoras devem ser dominadas pelos alunos em sua vida escolar e fora dela. Vejamos algumas delas:

²⁷ LEI n° 9,394, de 20 de dezembro de 1996. Art 1º

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

Domínio da leitura e da escrita. Para sobreviver é necessário cada vez mais o domínio da leitura e escrita. Saber ler e escrever não é mais um simples problema de alfabetização, mas um autêntico problema de sobrevivência. *Capacidade de fazer cálculos e de resolver problemas.* Na vida diária ou social é necessário calcular, ou seja, fazer conta e resolver problemas que incide tomar decisões fundamentadas em todos os domínios da existência humana. *Capacidade de analisar, sintetizar e interpretar dados, fatos e situações.* Expor seu próprio pensamento oralmente ou por escrito exige do indivíduo a capacidade de descrever, de analisar e de comparar. Para participar ativamente da vida em sociedade devemos ser capazes de manejar símbolos, dados, signos, código e outras formas de expressão (PCN's, 1997, p.51-53).

Essas habilidades e competências visam formar os estudantes no que se refere a sua capacitação para a aquisição e desenvolvimento de novas competências, de acordo com os novos saberes que se produzem e que, por isso mesmo, demandam novo tipo de profissional preparado para poder lidar com novas linguagens e tecnologias, capaz de responder a novos processos, desafios e ritmos.

É preciso para Morin (2000, p. 24) que,

Todo conhecimento constitui, ao mesmo tempo, uma tradução e uma reconstrução, a partir de sinais, signos, símbolos, sob a forma de representações, ideais, teorias, discursos. A organização dos conhecimentos é realizada em função de princípios e regras que não cabe analisar aqui, comporta operações de ligação [conjunção, inclusão, exclusão] e de separação [diferenciação, oposição, seleção, exclusão].

Com a perspectiva de realizar uma reforma curricular que correspondesse à proposta de uma escola democrática, de qualidade, voltada para a realidade do aluno e de suas habilidades leitoras o IEA baseou-se no Art. 13º que define as formas para organização curricular, a saber:

§ 2º Na organização da proposta curricular, deve-se assegurar o entendimento de currículo como experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, permeadas pelas relações sociais, articulando vivências e saberes dos estudantes com os conhecimentos historicamente acumulados e contribuindo para construir as identidades dos educandos (RESOLUÇÃO Nº 4, DE 13 DE JULHO DE 2010).

Nas entrevistas realizadas junto aos professores do IEA as expectativas são outras. Para a professora R.M.S “o que falta realmente é uma formação maior dos educadores para podermos lidar com o ensino usando os PCN's, pois têm que adaptar os conteúdos à realidade dos alunos e isso não é simples” (entrevista/2012). Já para C.A.S “nem todos os professores leem os PCN's de suas disciplinas isso dificulta a prática em sala de aula”(entrevista/2012). O professor A.D.B assinala que “a realidade em sala de aula muitas vezes não possibilita tempo, estrutura e outros para fazerem um trabalho direcionado”(entrevista/2012).

Observe-se que há uma distância entre o que está proposto nesses documentos com a prática escolar, cuja superação tem se mostrado difícil. As dificuldades apresentadas pelos professores do IEA vão desde problemas com a formação inicial e continuada até a pouca disponibilização de material didático-pedagógicos. Vai desde a estrutura verticalizada dos sistemas de ensino à incompreensão dos fundamentos. As novas relações entre conhecimento e trabalho decorrentes deste processo exigem capacidades de inovação e iniciativa e a máxima “aprender a aprender” parece se impor a máxima “aprender determinados conteúdos”.

Quanto ao conhecimento Morin (2000, p. 22) discorre que,

O desenvolvimento das aptidões gerais da mente permite o melhor desenvolvimento das competências particulares ou especializadas. Quanto mais desenvolvida é a inteligência geral, maior é sua capacidade de tratar problemas especiais. A educação de favorecer a aptidão natural da mente para colocar e resolver os problemas e, correlativamente, estimular o pleno emprego da inteligência geral.

Temas locais, orientação sexual, ética, meio ambiente, pluralidade cultural, saúde, são sugestões apresentadas nos volumes do PCN's para serem tratadas transversalmente pela escola brasileira. No que tange à leitura este documento traz o seguinte entendimento:

[..] é desejável que [o aluno] saiba apreciar esteticamente a sonoridade de uma canção que ouça no rádio, os efeitos de sentido de uma frase lida em um *outdoor*, as entrelinhas de um texto publicitário publicado em uma revista, e assim sucessivamente. (BRASIL, 1997, p. 65).

Todo o processo que envolve a prática da leitura reflete o uso da linguagem de quem a pratica. A leitura é concebida por esses documentos como “uma atividade que implica estratégias de seleção, antecipação, inferência e verificação, sem as quais não é possível proficiência” (PCN 1998, p. 49).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais sustentam que “o trabalho com a leitura tem como finalidade a formação de leitoras competentes”(BRASIL, 1998,p.40). “Cabe mencionar que a leitura em si é um processo no qual o leitor realiza um trabalho ativo de construção do significado do texto, a partir dos seus objetivos, do seu conhecimento sobre o autor, de tudo o que sabe sobre a língua, características do gênero, do portador, do sistema de escrita”. (BRASIL, 1998, p.41).

Nesse processo de leitura ocorrem concomitantemente quatro etapas, a saber: decodificação, compreensão, interpretação e retenção (MENEGASSI, 1994). De acordo com (MENEGASSI (2010,p. 65), “entre todo o processo, perpassando por todas as etapas, está o trabalho com a inferência, que se apresenta como um processamento próprio que se realiza em

todas as fases”. É necessário que o aluno passe pelas fases de formação lendo diferentes textos, até alcançar o desenvolvimento em leitura, momento em que se apropria daquilo que lê, trazendo à sua realidade, realizando inferências entre as outras atividades de letramentos sociais, não apenas o escolar, para a formação do leitor competente. Como diz Lajolo (1991,p.59),

Ler não é decifrar, como num jogo de adivinhações, o sentido de um texto. É, a partir de um texto, ser capaz de atribuir-lhe significação, conseguir relacioná-lo a todos os outros textos significativos para cada um, reconhecer nele o tipo de leitura que seu autor pretendia e, dono da própria vontade, entregar-se a esta leitura, ou rebelar-se contra ela, propondo outra não prevista.

A decodificação referente ao primeiro conceito de leitura é apenas um dos procedimentos que o indivíduo utiliza ao ler, pois a leitura fluente envolve outras estratégias, como seleção, antecipação, inferência e verificação (BRASIL, 1998).

A leitura é tida como um processo na qual o leitor realiza um trabalho ativo de construção de significados do texto. O leitor tem objetivos de leitura e ele não apenas extrai informações do texto, mas também as compreende. A leitura constitui-se num processo de interação entre leitor e texto, promovendo a atitude ativa do sujeito diante daquilo que lê, o que possibilita a formação e o desenvolvimento do leitor competente.

Em entrevistas com os professores do IEA foi constatado que o aluno apresenta dificuldades em extrair informações explícitas e implícitas de um texto nas avaliações e em situações de interação com a leitura em sala de aula. Para a professora R.S.P “os alunos não conseguem atingir o mínimo de compreensão exigida para o entendimento do texto, como por exemplo, identificar a relação entre as partes do texto” (entrevista/2012). Para L.C.J “é preciso que se desenvolva no aluno habilidades leitoras desde cedo pois só assim o aluno será capaz de abstrair do texto os pontos mais importantes” (entrevista/2012).

Mesmo sendo a leitura um processo de interação os PCN’s preveem que é importante superar alguns obstáculos no processo da leitura. Vejamos:

A principal delas é a de que ler é simplesmente decodificar, converter letras em sons, sendo a compreensão consequência natural dessa ação. Por conta desta concepção equivocada a escola vem produzindo grande quantidade de “leitores” capazes de decodificar qualquer texto, mas com enormes dificuldades para compreender o que tentam ler (BRASIL, 1998, p. 43).

Observe-se que o ato de ler vai além da decodificação, confirmando a importância de responder às perspectivas de leitura com focos no texto e no leitor, a fim de alcançar a

interação entre eles. Faz-se necessário oferecer ao leitor “a oportunidade de aprender e ler a partir da antecipação de ideias, da realização de inferências e da retomada de conhecimentos prévios, ultrapassando o nível de decodificação tão presente nos materiais produzidos exclusivamente para ensinar a ler na escola” (BRASIL,1998 p.43). Compreende-se a leitura como uma prática social, uma forma de possibilitar a realização de novos diálogos entre sujeitos envolvidos no processo: o autor, representado pelo texto, e o leitor, uma resposta a uma necessidade, em práticas de letramentos socialmente determinados “fora da escola, não se lê só para aprender a ler, não se lê de uma única forma, não se decodifica palavra por palavra, não se responde a perguntas de verificação do entendimento preenchendo fichas exaustivas, não se faz desenho sobre o que mais gostou e raramente se lê em voz alta. (BRASIL, 1998, p.44).

É preciso que a leitura na escola seja trabalhada com a diversidade de objetivos, modalidades e textos. Ela deve permitir várias leituras, desvinculando-se do mito da interpretação única, fruto do pressuposto de que o significado está dado no texto, correspondendo à perspectiva do texto: “O significado, no entanto, constrói-se pelo esforço de interpretação do leitor, a partir não só do que está escrito, mas do conhecimento que traz para o texto” (BRASIL, 1998, p. 44). Informações são extraídas do texto e também atribuídas pelo leitor, durante o processo da leitura, construindo-se o processo de interação de diálogo.

Nas entrevistas com os professores do IEA dados relevantes foram detectados. Dos 10 professores entrevistados 06 não responderam as questões sobre qual livro sugeriria como leitura imprescindível para um colega, a fim de que ele tenha oportunidade de contato com outros autores sem ser aqueles de sua área de estudo. É verdade que todo professor exige do seu aluno o envolvimento com vários textos, mas para isso é preciso que o próprio professor tenha acesso a eles.

Outro aspecto destacado pelos PCN's é que a escola “deve organizar-se em torno de uma política de formação de leitores. Todo professor, não apenas o de Língua Portuguesa, é também professor de leitura”.É importante destacar que as duas atividades mais comuns relacionadas à leitura em sala de aula, ler em voz alta e fazer perguntas de compreensão do texto, não ensinam de fato a ler. Algumas tarefas específicas podem ajudar e cabe ao professor planejar suas aulas de acordo com a realidade e a necessidade dos seus alunos para maior aproveitamento no processo de ensino-aprendizagem. Para formar um leitor competente faz-se necessário que ele compreenda o que lê e que saiba posicionar-se na busca de

informações implícitas, ancoradas nos dados não fornecidos pelo autor. Para isso, esse leitor precisa de práticas constantes de leitura de textos diversos que circulem socialmente.

E para Morin (1999) esse homem precisa contextualizar cada acontecimento, pois segundo ele as coisas não acontecem separadamente. É preciso acordar o conhecimento que se encontra adormecido. Para assim haver compreensão.

Queremos conhecer separando, ou desunindo, a ciência, a filosofia, a cultura literária, a cultura científica, as disciplinas, a vida, a matéria, o homem, etc. Desunimos, separamos o inseparável, sem lembrar que o homem tem um espírito, mas este espírito está ligado ao cérebro: tudo está relacionado. (MORIN, 1999, p.33)

Outro fator importante é o trabalho com o livro didático, segundo os PCN's, o tratamento didático que a leitura precisa dentro de sala de aula refere-se à maneira como a leitura foi e está sendo exercitada. Se for usada como objeto de aprendizagem é necessário que ela faça sentido para o aluno, afastando-se assim daquele ensino em que o aluno/leitor não vê referência e nem sentido naquilo que lê. Os PCN's fazem uma ressalva em relação à formação do leitor: "Se o objetivo é formar cidadãos capazes de compreender os diferentes textos com os quais se defrontam, é preciso organizar o trabalho educativo para que experimentem e aprendam isso na escola [...]". (PCN de Língua Portuguesa de 5ª a 8ª Série, 1998; p. 15). Ao perceber que esses leitores não possuem referências de leitores em casa, esse foco deve ser muito mais explorado. O trabalho com a diversidade textual permitirá formar leitores competentes.

Para os PCNs, o leitor deverá perceber que a leitura está presente em todas as esferas sociais e que a mesma como prática social corresponde a um objetivo delimitado. A leitura não deve e nem pode ficar restrita a uma atividade presa à esfera escolar, mas sim como catalisador de suas relações sociais.

Uma prática constante de leitura na escola deve admitir diversas leituras, contrariando a antiga ideia de leitura única. Cabe ao professor permitir e incentivar diferentes leituras no mesmo texto, ou seja, realizar um trabalho que faça o aluno consolidar as estratégias de leitura, confirmando ou refutando suas hipóteses. A verificação dessas estratégias possibilitará ao professor avaliar o sentido constituído pelo aluno. De acordo com os PCNs,

Para tornar os alunos bons leitores — para desenvolver, muito mais do que a capacidade de ler, o gosto e o compromisso com a leitura —, a escola terá de mobilizá-los internamente, pois aprender a ler (e também ler para aprender) requer esforço. Precisar fazê-los achar que a leitura é algo interessante e desafiador, algo que, conquistado plenamente, dará autonomia e independência. Precisar torná-los confiantes, condição para poderem se desafiar a "aprender fazendo". Uma prática de leitura que não desperte e cultive o desejo de ler não é uma prática pedagógica eficiente.” (PCN de Língua Portuguesa de 5ª a 8ª Série, 1998 p. 17).

Enfim, formar leitores é uma tarefa árdua, mas necessária para que o leitor competente possa construir sentidos e estabelecer relações com os mais diversos gêneros textuais. Somente práticas de leitura favoráveis consolidarão essa tarefa. Por isso, não se deve restringir a leitura somente aos recursos disponíveis dentro da sala de aula. Condições de leitura precisam ser adequadas ao público e à necessidade requerida.

Para os professores do IEA é preciso mais investimentos em espaços que privilegiem a leitura. O professor M.B.S diz que “o problema é que quando temos espaço, não temos tempo”(entrevista/2012). Outro fator relevante, segundo a professora A.M.B “o que realmente falta nas escolas é que o espaço para prática de leitura ofereça oportunidades de ser frequentada por toda a comunidade escolar e não só pelo aluno. Por exemplo, os professores vão pouco a biblioteca, os responsáveis pelas disciplinas devem também usar a biblioteca da escola.

Bons textos podem ter o poder de provocar momentos de leitura junto com outras pessoas da casa, principalmente quando se tratarem de histórias tradicionais já conhecidas. Quando houver oportunidade de sugerir títulos para serem adquiridos pelos alunos, optar sempre pela variedade: é infinitamente mais interessante que haja na classe, por exemplo, 35 diferentes livros — o que já compõe uma biblioteca de classe — do que 35 livros iguais. No primeiro caso, o aluno tem oportunidade de ler 35 títulos, no segundo apenas um. É preciso “construir na escola uma política de formação de leitores na qual todos possam contribuir com sugestões para desenvolver uma prática constante de leitura que envolva o conjunto da unidade escolar” (PCN de Língua Portuguesa de 5ª a 8ª Série,1998;p.17).

Para a formação de leitores são necessárias propostas didáticas orientadas especificamente para torná-los leitores. É certo que os PCN’s preveem a formação de sujeitos críticos para atuarem nas sociedades nas quais eles estão inseridos. A escola oferece o convívio do aluno com a linguagem tratando-se de oferecer-lhe o convívio com práticas sociais de compreensão e produção de textos e de análise linguística, nas modalidades oral e escrita, de maneira constante e progressiva em sua diversidade. Mas, é preciso partir das

possibilidades de aprendizagem do aluno, de suas necessidades para a ampliação do seu universo de referências, propiciando-lhe familiaridade crescente com expressões culturais e científicas cada vez mais complexas.

3.2 Promoção da leitura pelo Instituto Educacional do Amazonas



Fonte: Márcia Greid Brito Moreira, Foto II 2012.

O Instituto Educacional do Amazonas (IEA) é uma das mais importantes e tradicionais escolas de Manaus, hoje a escola atende 1,1 mil estudantes do ensino fundamental (6º ao 9º ano) e o ensino médio funciona com a modalidade de educação em tempo integral, sendo administrada pelo Governo do Estado do Amazonas por meio da Secretaria de Estado de Educação. Conforme documentos oficiais, o IEA teve uma ampla

trajetória de atendimento à educação pública no Amazonas, passando de Grupo Escolar à escola de formação do Magistério, escola regular, e hoje, escola estadual de Tempo Integral. De acordo com Rossieli Soares da Silva²⁸ “pelo último resultado do ENEM o IEA firmou-se como uma das escolas com maior pontuação no Amazonas. Como o índice é resultado do talento e esforços coletivo de toda comunidade escolar, o fato também merece ser destacado²⁹”.

Esse resultado se deve também ao apoio do Governo Federal no que tange à promoção da leitura nesta instituição. Para a gestora do IEA, o desempenho de destaque de sua escola se deve ao fato de o Instituto procurar corresponder de forma intensa, corresponder às expectativas da sociedade. Vejamos:

Trabalhando com o ensino de tempo integral desenvolvemos uma série de ações que vão além do currículo escolar e que influenciam diretamente no desempenho do aluno. Destaco, por exemplo, o projeto ‘De olho no futuro’, por meio do qual auxiliamos os jovens na preparação para o Exame Nacional do Ensino médio (Enem) e para concursos e vestibulares convencionais³⁰(entrevista 10/11/2012).

Outro fator importante é a escolha do livro didático. Para os gestores essa escolha se realiza seguindo as orientações do programa PNL (Programa Nacional do Livro) com a participação dos professores e da comunidade escolar. É preciso que a equipe gestora tenha

²⁸ Novo secretário estadual de Educação. Anunciado dia 30/08/2012 pelo governador Omar Oziz como novo titular da Seduc. Reportagem do Jornal *acrítica.com* do dia 01/09/2012.

²⁹ Notícia online SADEAM - <http://www.sadeam.caedufjf.net>

³⁰ Notícia online SADEAM - <http://www.sadeam.caedufjf.net>

clareza de seu papel em todo o processo, verificar junto ao professor se os exemplares usados nos anos anteriores atingiram os objetivos. Para uma utilização efetiva do livro didático nas escolas, torna-se imprescindível reforçar o vínculo dos conteúdos com as práticas sociais na busca do atendimento às novas orientações dos PCN's. É necessário, conforme Batista (2003, p.43), que esse material

seja um instrumento que favoreça a aprendizagem do aluno, no sentido do domínio do conhecimento e no sentido da reflexão na direção do uso dos conhecimentos escolares para ampliar sua compreensão da realidade e instigá-los a pensar em perspectiva, formulando hipóteses de solução para os problemas atuais.

Nesse contexto, o livro didático é visto como um recurso disponibilizado à escola para a promoção da cidadania, estando conectado à sua proposta pedagógica. Trata-se de um projeto coletivo necessário à constituição da identidade escolar e aos resultados significativos nos exames nacionais.

Os resultados significativos nos exames nacionais advém, segundo a gestora do IEA, de estratégias que viabilizam as práticas leitoras dentro da unidade escolar. “O Estado vêm apoiando projetos e programas que visam desenvolver e consolidar o hábito da leitura dentro do IEA, são eles: Programa Mania de Ler³¹, Pequeno Leitor³², Cantinho da Leitura³³, formação continuada de profissionais da escola e da biblioteca, implantação de centros de Leitura Multimídia, programa Brasil Alfabetizado e o Prêmio Vivaleitura. R.C.S (entrevista/2012)

Por meio de experiências e práticas de leituras oferecidas pelos professores e proporcionadas pela escola, a relação entre estudantes e a leitura ora se aproxima, ora se afasta dos livros. Em entrevista com os professores do IEA constatamos que a maior dificuldade é incentivar os alunos a realizarem pequenas práticas leitoras em sala de aula. Os professores do ensino fundamental destacam que para eles os meios mais eficazes para estimular a leitura dos alunos é utilizar estratégias que estimulem a curiosidade e o interesse dos alunos pelo assunto apresentado. Para a professora A.T.S) “ as práticas que eu uso em sala de aula são: ler, marcar debates/discussões, contar histórias, improvisação teatral, seminários, desenhos, trabalho escrito além das avaliações” (entrevista/2012. Observe que tais práticas

³¹ Tem como objetivo despertar o hábito da leitura, nos diversos gêneros textuais, em promover a formação educacional, a circulação de edições locais e o conhecimento e contato com escritores.

³² Tem como objetivo incentivar o interesse dos pequenos pela leitura.

³³ É um lugar reservado à leitura de contos, de gibis, de revistas, além de livros de pintura, de desenho, dentre outros.

pedagógicas não resultam em condições positivas quanto ao desenvolvimento da leitura nos discentes. Conforme Silva (2008,p.35),

As políticas educacionais e o sistema público de ensino, ao elegerem como meta o ‘desenvolvimento’ de leitores hábeis, competentes e críticos, poucos têm se empenhado, pelo menos não ainda de maneira visível, no ‘envolvimento’ dos estudantes com os livros, com a biblioteca, enfim, com a leitura.

Para Pszczol (2008,p.27) “aprender a ler exige não somente um deslocamento da ideia restrita da alfabetização para a ideia ampliada da formação do leitor, mas também a garantia de uma continuidade nas práticas formadoras”. Observamos certo distanciamento entre o professor e seu aluno, e principalmente, o próprio afastamento do docente com a leitura. A maior parte dos entrevistados não soube relatar quais foram os últimos livros que trabalharam em sala de aula, outra parte nem sequer soube descrever qual o último livro lido. Um dos docentes entrevistados afirma que “os alunos se pudessem escolher seus próprios livros, sentiriam maior prazer no ato da leitura” (M.P.C, entrevista/2012). Para os professores, as leituras com os paradidáticos e até mesmos com os didáticos, são obrigatórias e a perda pelo gosto da leitura é inevitável. O que mais nos chamou a atenção foi que mesmo existindo programas e projetos desenvolvidos dentro da escola, não há mudanças concretas quanto ao hábito de leitura. Os professores são resistentes quanto às mudanças oferecidas.

Para Nóvoa (1996, p. 26,27)

[...] os professores são por vezes profissionais muito rígidos, que têm dificuldades em abandonar certas práticas, nomeadamente quando elas foram empregues com sucesso em momentos difíceis da sua carreira profissional. Muitas vezes nos interrogamos sobre as reformas educativas e o modo como elas mudaram as escolas e os professores, e, no entanto, esquecemo-nos de referir que foram quase sempre os professores que mudaram as reformas, selecionando, alterando ou ignorando as instruções emanadas de “cima”.

É preciso investimento na formação dos educadores, não apenas formação continuada, mais uma formação sistemática, contínua e integrada cujo objetivo é levá-los a discutir e refletir sobre sua prática de formar as novas gerações de forma interdisciplinar. O professor lê pouco, é um carente de leitura na opinião de Silva (1997). Essa suposição partiu de circunstâncias estruturais (históricas econômicas e culturais). Para essa autora “o [seu] salário é insuficiente para comprar livros e enriquecer o acervo de sua biblioteca profissional; o número excessivo de aulas bloqueia os momentos para a leitura; não existe biblioteca especializada nas escolas; os cursos de licenciatura tocam por alto a pedagogia da leitura (SILVA, 1997, p.42).

A formação deficiente do professor foi confirmada por estudos como o de Gatti (1994, citado por Silva, 1997, p.126-127)³⁴. Os entrevistados citaram esses mesmos fatores como dificultadores para o não avanço na prática de leitura. A pesquisa apontou o déficit, mostrando que eram raras as práticas de leitura para o aprimoramento profissional dos professores.

Outros estudos como os de Kramer e Oswald realizados em três escolas de formação de professores partiu da premissa da impossibilidade de os professores contribuírem para que seus alunos se tornem leitores, porque eles próprios não gostam de ler. Confirmou que os professores geralmente não têm acesso “aos cursos de formação inicial, a bons textos de literatura nem às ações voltadas para o incentivo de práticas leitoras [...]” (KRAMER; OSWALD, 2001 apud SOUZA; SILVA, 2004, p. 168).

Como não poderia deixar de ser os resultados dessa soma de carências com relação à prática leitora desenvolvidas pelos docentes são catastróficas. Nas entrevistas realizadas com os docentes do IEA constatamos como o repertório de leitura desses profissionais é desolador, constituído na maior das vezes, por *best-sellers*³⁵ tão antigos quanto “O menino do dedo verde”, “O caçador de pipas”, “O pequeno príncipe” ou pelo que se poderia chamar de clássicos escolares como “A moreninha” e “Dom Casmurro”. É preciso que os professores tenham contato com uma quantidade de textos que os façam gostarem de ler e de perceber a importância da leitura para sua vida pessoal, social e profissional. Para Lajolo (1994, p. 108) “e a gravidade aumenta quando se sabe que, para muito além do conhecimento da leitura, a formação de uma leitor exige familiaridade com grande número de textos. É preciso, pois, que haja espaço para leitura nos cursos destinados a profissionais de leitura”.

Um outro professor ouvido nesta pesquisa afirma que “ a leitura deve ser bem trabalhada nas séries iniciais, caso não ocorra, a leitura no ensino médio fica sendo uma obrigação e não um prazer” (J.N.M entrevista/2012).

O Ensino Médio é uma etapa importante na vida do educando, é nela que o discente se projeta para uma carreira sólida. É importante que o docente e a escola saibam qual cidadão querem formar.

Para Morin (2000, p. 104)

³⁴ Pesquisou o perfil de professores de 1º ano do ensino médio.

³⁵ É um livro considerado extremamente popular entre os leitores, além de ser incluído na lista dos mais vendidos no mercado editorial. Best sellers são normalmente considerados como literatura de massa, ou seja, para um público chamado pelos críticos de semicultos.

A reforma de pensamento é uma necessidade histórica fundamental. Hoje somos vítimas de dois tipos de pensamento fechados: primeiro, o pensamento fracionário da tecnociência burocratizada, que certa, como fatias de salame, o complexo tecido do real; segundo, o pensamento cada vez mais fechados, voltado para a etnia ou a nação, [...]. Precisamos, pois, estar intelectualmente rearmados, começar a pensar a complexidade, enfrentar os desafios da agonia/nascimento de nosso-dois-milênios e tentar pensar os problemas da humanidade na era planetária.

Para a nossa surpresa a entrevista com os alunos nos revelou dados importantes. Todos admitem que a leitura de livros por obrigação é um fardo, não obstante, constatamos que a maioria dos discentes leram em média de 02 a 10 livros ao ano por prazer e todos sem exitar, souberam responder quais os três últimos livros que leram, que livros ficcional/literário indicariam a um colega e quais critérios elencaram para a escolha de um bom livro. Para o aluno C.A.L) seus critérios para escolha de um bom livro correspondem “um bom livro popular, bastante comentado, com assuntos que possam interferir no nosso dia a dia ou apenas levar à reflexão”(entrevista/2012. Outro aluno ouvido nesta pesquisa revela que seus critérios são: “o que o livro aborda (temática), o autor, opinião de meus colegas sobre o livro” (A.T.B (entrevista/2012).

Em um enfoque amplo sobre o gosto pela leitura as falas dos sujeitos desta pesquisa nos revelam que gostar de ler deve ser compreendido como uma dinâmica presente na vida dos jovens e que o ato de ler possibilita posicionar o indivíduo no universo das palavras e na sociedade onde está inserido.

Conforme Martins (2006,p.20),

A experiência de leitura é de natureza dialógica, coloca o texto com um desafio para o leitor, inapelavelmente enraizado em suas vivências anteriores, orientado pelo seu horizonte de expectativas. E sua realização se desenvolve no fluxo do diálogo da novidade com o conhecimento, circunstanciado por sensações, emoções, ideias efêmeras, mas com mil desdobramentos.

Consta-se que o gosto pela leitura é concretizado por um sujeito-leitor inserido num contexto sócio-cultural, com a sua trajetória de vida e expectativas. Daí, conclui-se que a leitura para os alunos deve ser incluída no contexto de sala de aula e fora dela em suas variadas formas.

Para Lajolo (1994, p. 108),

É importante frisar também que a prática de leitura patrocinada pela escola precisa ocorrer num espaço de maior liberdade possível. A leitura só se torna livre quando se respeita, ao menos em momentos iniciais do aprendizado, o prazer ou a aversão de cada leitor em relação a cada livro.

Esta pesquisa revela que os alunos do IEA possuem hábitos de leitura, mas seus livros não correspondem ao solicitado pela escola. Os livros lidos pelos alunos vão desde os clássicos ao *best-sellers*: A última música, O livro amargo, Rangens: a ordem dos arqueiros, A tormenta, Amanhecer, Crepúsculo, O escaravelho do Diabo, Anjos e Demônios, O Doce Veneno do Escorpião, A menina que roubava livros, Só as mães são felizes, David Cooperfield, Como lidar com pessoas explosivas, entre outros (pesquisa de campo / 2012). Para o aluno do 3º do ensino médio D.T.P.R) os três últimos livros lidos foram: “Laços de Família de Clarice Lispector, Perto do Coração Selvagem de Clarice Lispector e David Cooperfield de Charles Dickens”(entrevista/2012. Já outra entrevista, a aluna J.A.K do 7º do ensino fundamental, prefere os de romances e suspenses atuais: “O escaravelho do diabo, Amanhecer e Crepúsculo” (entrevista/2012).

Uma das prioridades da escola é oportunizar aos alunos o aprendizado da leitura e da escrita, valorizando-as igualmente, pois ambas estão interligadas. Logo, deve propiciar todos os instrumentos e condições para que a criança tenha um contato positivo com os livros, colocando à sua disposição materiais de leitura de diversas fontes. O professor e a escola não devem obrigar toda classe à leitura de um mesmo livro, é preciso adotar livros que realmente desperte o interesse dos alunos.

Para Lajolo (1994, p. 109)

A justificativa de que tal livro é apropriado para faixa etária daqueles alunos, ou que se trata de um tema que interessa àquele tipo de criança: a relação entre livros e faixa etárias, entre faixas etárias, interesses e habilidades de leitura é bem mais relativa do que fazem crer pedagogias e marketing.

As contradições são visíveis nas entrevistas. Os professores revelam que há um grande desinteresse por parte dos alunos quanto às práticas leitoras, mas o que constatamos nas entrevistas com os alunos foram discentes com um leque de livros lidos. É certo que as políticas públicas para a promoção da leitura são desenvolvidas na escola, o que falta é o envolvimento de todos nessas políticas e principalmente a preparação dos docentes.

Na visão de Macedo (1987,p.32),

O professor de ‘ontem’ é muito diferente do professor de ‘hoje’ quanto às exigências que lhe eram e são feitas. O antigo professor atuava no contexto da lógica da exclusão, sendo suas competências de ensinar dissociada de suas competências de aprender, ou seja, de sua necessidade de continuar se atualizando como profissional. Hoje, espera-se que o professor ensine segundo a lógica da inclusão, o que implica que ensinar e aprender na perspectiva desse profissional sejam considerados indissociáveis.

O grande desafio é que as políticas de formação de professores precisam ser concebidas, consideradas e implementadas no interior e como parte de uma efetiva política cultural e como condição de efetivação de uma também urgente política científica.

Para Boldarine³⁶ “seria necessário um esforço significativo por parte do poder público na formação e aperfeiçoamento de professores de modo geral e os de língua portuguesa, em particular”.

Segundo SILVA (2009, p. 23),

O cerne do desenvolvimento da identidade de um professor é, sem dúvida, a leitura. Para ele, a leitura constitui, além de instrumento e/ou prática, uma ‘forma de ser e de existir’. [...] Professor, sujeito que lê, e leitura, conduta profissional são termos indicotomizáveis – um nó que não se pode nem se deve desatar.

O reflexo de jovens com dificuldade de leitura é notório. Segundo o Instituto Paulo Montenegro e a ONG Ação Educativa³⁷ durante os últimos 10 anos houve uma redução do analfabetismo absoluto e da alfabetização rudimentar e um incremento do nível básico de habilidades de leitura, escrita e matemática. Não obstante, a proporção dos que atingem um nível pleno de habilidades manteve-se praticamente inalterada, em torno de 25%. Esses resultados evidenciam que o Brasil já avançou, mas não conseguiu progressos visíveis no alcance do pleno domínio de habilidades que são hoje condição imprescindível para a inserção plena do aluno na sociedade letrada.

Torna-se pertinente a implementação de políticas públicas voltadas não só para a leitura, mas principalmente para mobilizar a comunidade escolar sobre a importância da leitura na vida social do indivíduos, políticas estas que saiam do papel e que ganhem concreticidade com resultados realmente positivos. Torna-se necessário capacitar os professores para despertarem nos alunos o prazer pela leitura. O docente deve ser considerado um alvo preferencial de uma política de leitura eficiente e duradoura, é preciso sim garantir

³⁶ Professora Rosária Boldarine concedeu esta entrevista ao portal aprendiz (20/04/2012). . <http://portal.aprendiz.uol.com.br>.

³⁷ Parceiros na criação e implementação do Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf).

recursos para a aquisição e a distribuição de periódicos para as escolas públicas brasileiras, mas também é preciso disponibilizar ao docente horário de qualidade para eles mesmos possam desfrutar do prazer da leitura. Deve-se produzir revistas específicas para os professores, assim como sua distribuição e produção gratuita pelo poder público, e por fim, fornecimento anual de livros de leitura selecionado de um catálogo fornecido às escolas, para todos os professores, principalmente para os docentes do curso de alfabetização, possibilitando assim que cada professor forme sua biblioteca pessoal.

3.3 Perspectivas futuras da leitura no Brasil

Mudanças no hábito de leitura é uma conquista da sociedade brasileira. A realidade do ensino brasileiro, como revela Machado de Assis em sua obra Memórias Póstumas de Brás Cubas, (2010) ainda é precária, e isso reflete na realidade sobre a leitura nos dias de hoje. Podemos observar, por exemplo, que os índices de leitura no Brasil são extremamente desiguais nas diversas faixas etárias, de acordo com a região e o estrato social, (IBOPE/2011). Isso certamente, merece atenção especial dos governantes, pois aí estão os indicadores que apontam a necessidade de criação de programas para enfrentar a baixa leitura nesses grupos sociais.

É claro que essas pesquisas não refletem 100% a realidade da leitura em nosso país, em primeiro lugar, porque o ato de ler está relacionado só à leitura ler livros. Essas pesquisas ignoram que a leitura é muito mais que ler livros. Muita gente diz que não lê livros, mas lê jornais, revistas, quadrinhos entre outros. Precisamos ser otimistas, devermos pensar que a prática da leitura é mais frequente, importante e necessária do que poderia indicar uma pesquisa sobre livros lidos. Além disso, os mais recentes indicadores sobre leitura no Brasil revelam que o comportamento do leitor brasileiro mudou consideravelmente de 02 (dois) livros anuais para 04 (quatro), o que nos permite afirmar que a faixa atual é duas vezes maior do que aquela que por longos anos foi justamente tratada como um padrão vergonhoso da leitura entre os brasileiros. De acordo com o ex-Ministro da Educação,

Os desafios da educação brasileira são muitos e superá-los exige, necessariamente, uma política consistente que promova o domínio da leitura e da escrita ao longo da vida escolar. Nosso país ainda sofre as consequências de históricos processos de exclusão que afastaram milhões de brasileiros dos bancos escolares.(Fernando Haddad, 2001, p.8)

Sabemos que a educação é o instrumento principal de construção da identidade e da igualdade social. Por causa da desigualdade no acesso à escola com qualidade, o Brasil continua um país com uma sociedade desigual, 15 milhões de analfabetos, só 15 milhões terminam o ensino médio (IBGE/2012). O caminho principal para reverter esse quadro é uma educação de qualidade para todos. O primeiro passo é o combate ao analfabetismo, isso já vem sendo uma realidade, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/2012), a taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais caiu de 9,7 para 8,6. O segundo passo é continuar firme no ensino formal, a fim de que as pessoas possam cursar as

primeiras quatro séries do ensino fundamental ou continuar seus estudos até aonde puderem. Por último, o país precisa investir em políticas que garantam o desenvolvimento da leitura aos chamados alfabetizados e aos analfabetos funcionais³⁸, além de procurar despertar nas pessoas o gosto pela leitura, para assim termos não só um país de alfabetizados, mas também um país de leitores.

Várias propostas para melhorar o índice de leitura no Brasil vêm sendo desenvolvidas, em todas há consenso básico não só em relação ao valor da leitura e do livro, mas também em relação à necessidade de aprofundar, ampliar e continuar o trabalho realizado com propostas que, naturalmente, diferem, porém têm pontos em comum. Para Amorim (2006, p. 6) é preciso respostas urgentes, ou seja,

A urgência de disponibilizar os livros nos espaços locais por meio de bibliotecas públicas em todos os municípios em todos os municípios do país a necessidade de promover a competência leitora dos professores, com atividades de formação específica a consolidação de espaços de concertação entre a esfera pública e a privada para o estabelecimento e o seguimento de políticas a criação de informação confiável para a avaliação das ações e subsídios dos decisores.

O Brasil já possui programas de incentivo à leitura. Como políticas de distribuição de livros e de estímulo à leitura, tais programas necessitam de criatividade e agilidade para atingir o maior número de brasileiros possíveis. É preciso garantir a todos a oportunidade de desenvolver as habilidades leitoras, garantir o acesso aos livros dentro da faixa etária apropriada, principalmente naquelas populações mais carentes, com o objetivo não só de que milhões de pessoas aprendam a ler, mas que todos leiam mais e mais. Uma ideia criativa são os agentes de leitura criado em 2005 pelo governo do Ceará que cresceu, desde então, em todos os estados brasileiros. Esse programa tem parceria entre Governo Federal e Governo Estadual cujo objetivo é levar o livro e a leitura a mais de 15 mil famílias em 41 municípios do Brasil. De acordo com o Senador Cristovam Buarque,

³⁸ Analfabeto funcional é a denominação dada à pessoa que mesmo capacitada a decodificar minimamente as letras, geralmente frases, sentenças, textos curtos e os números, não desenvolve habilidade de interpretação de textos e de fazer operações matemáticas. Também é definido como **analfabeto funcional** o indivíduo maior de quinze anos possuidor escolaridade inferior a quatro anos letivos, embora essa definição não seja muito precisa, já que existem analfabetos funcionais detentores de nível superior de escolaridade.

Bibliotecas domésticas ou malas de leitura podem ser instaladas em casas de bairros de baixa renda e comunidades carentes de todo o país, que assim se transformem em bibliotecas de bairro. O acervo, contendo livros infanto-juvenis, didáticos, de pesquisas, de literatura brasileira e estrangeira, deve ser substituído periodicamente. (BUARQUE, 2006, p.42)

O projeto, já anunciado por Cristovam Buarque, é uma das estratégias do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) que visa a democratização do acesso ao livro e formação leitora. As bolsas concedidas têm duração de um ano, podendo ser prorrogado por igual período.

Esperamos também que políticas públicas para o envolvimento da família com o despertar do gosto pela leitura nas crianças sejam uma meta do governo, afinal a família acompanha o desenvolvimento da criança pelas tarefas escolares, pelo rendimento escolar e nas reuniões que envolvam escola e comunidade. Campanhas de mobilização e orientação da família, utilizando meios de comunicação formais e informais (rádio, folhetos, mídia alternativa) podem constituir-se numa grande vitória para o desenvolvimento do gosto da leitura nos pequenos desde cedo.

É preciso que tais políticas atinjam a todos os brasileiros independente de raça, cor ou religião. Para Buarque (2006, p.41-42),

Uma ideia é montar um programa que inclua um livro em cada cesta básica distribuída pelos programas assistenciais governamentais ou não-governamentais, de modo a despertar nas famílias mais pobres o prazer de ler, garantindo-lhe acesso a um bem que não deveria ser exclusividade de gente rica. Uma solução criativa é a elaboração de um programa de agentes de leitura que levam o livro à casa das pessoas.

Políticas públicas para o livro didático devem apresentar características pedagógicas em que o professor e o aluno sejam críticos e reflexivos em relação aos conteúdos ali abordados. O professor é outro alvo importante no futuro da nova geração quanto aos índices favoráveis de leitores no Brasil. É preciso uma atenção maior a esse profissional, assim como os mediadores da leitura, bibliotecário e outros. Veja o que diz Buarque (2006, p.43).

E considerando que o professor é um público-alvo preferencial de uma política de leitura eficiente e duradoura, é preciso garantir recursos para a aquisição e a distribuição de periódicos para as escolas públicas brasileiras. A produção de revistas específicas para professores, com a produção regular e gratuita garantida pelo poder público, é essencial para a permanente formação dos professores do ensino público do nosso país.

Na terceira edição da pesquisa de Retratos da leitura no Brasil (2011), o fator apontado como mais relevantes no âmbito da leitura é o capítulo sobre as bibliotecas públicas que devem ser encaradas como questão central para a sociedade. O Retratos da Leitura no Brasil surge como uma força na tentativa de mudar esse quadro, seu objetivo é provocar novas reflexões, críticas e propostas, para que possa influir nos planejamentos e rumos das políticas públicas. Além de gerar teses e estudos qualitativos a pesquisa vem sendo amplamente utilizada como instrumento para o poder público qualificar suas ações e para pautar os nossos dirigentes.

As ações em favor da educação e da leitura é que garantirá um futuro realmente promissor para um país desenvolvido em todas as instâncias. Há, nas mais diferentes gestões, uma preocupação maior em formar leitores, independentemente da orientação política e ideológica. O momento é favorável e otimista para aqueles envolvidos nessa área. Isso faz crescer a certeza de que o Brasil pode, finalmente, modificar sua história de exclusão que também se repete na questão do acesso à leitura, pois esta é uma estratégia fundamental para o homem compreender de forma crítica, os seus anseios cotidianos.

Para Morin (2001, p. 491),

Quando nos limitamos às disciplinas compartimentadas – ao vocabulário, à linguagem própria a cada disciplina -, temos a impressão de estar diante de uma quebra-cabeças cujas peças não conseguimos juntar a fim de compor uma figura. Mas, a partir do momento em que temos um certo número de instrumentos conceituais que permitem utilizar uma causalidade feita de interações e de retroações incessantes, temos a possibilidade de começar a descobrir o semblante de um conhecimento global.

Várias ações em prol da leitura têm apresentado resultados positivos, nos últimos anos, tanto da parte do Estado como das organizações da sociedade civil. Podemos, por exemplo, fazer uma breve retrospectiva dos últimos 10 anos. Em 2003, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou a lei do Livro que assegurava ao cidadão o pleno exercício do direito de acesso e uso do livro. No ano seguinte desonerou o mercado editorial e tornou o Brasil um dos raros países nos quais os livros tem imunidade fiscal e não pagam tributos. No ano de 2005, na comemoração do Ano da Leitura na Ibero-América, foi criada o Vivaleitura, iniciativa de governos e sociedade que mobilizou o país. Dessa iniciativa resultou a criação do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), em 2006. O PNLL foi responsável pelos surgimento de projetos e programas do governo e da sociedade para promover mais acesso aos livros, o fomento e a valorização da leitura, assim como apoio às cadeias criativas e produtivas. Foram criadas, no mesmo ano, o Instituto Pró-Livro e o Observatório do Livro e

da Leitura e, também, a Câmara Setorial do Livro e Leitura, mais tarde convertida em Colegiado Setorial, a Coordenação Geral do Livro e Leitura do Ministério da Cultura e, em seguida, no lugar desta, a Diretoria do Livro, Leitura e Literatura (DLLL).

Para Neto (2006, p.28) ,

Que o brado Vivaleitura continui inspirando a todos, governo e sociedade, para o dever de transformar em Política de Estado, em sua perenidade republicana determinada pelo interesse comum, a inclusão do cidadão brasileiro, como leitor pleno, na cultura letrada. Esta diretriz deverá estar vinculada a políticas que garantam maior e melhor acesso à escola, às bibliotecas e aos livros, em todo os seus suportes materiais (papel e tela), reconhecendo o valor social da leitura e o papel central que ele exerce no desenvolvimento humano, socioeconômico e cultural de uma nação.

Menos de dez anos depois, o que se vê é um investimento anunciado pelo Ministério da Cultura no patamar de R\$ 373 milhões para o Plano Nacional do Livro e Leitura em 2012 (CRB8/2012)³⁹ . Sem falar que o MinC implantará R\$ 254 milhões em ações como a implantação de bibliotecas com telecentros(CRB8/2012. Os estados e municípios não ficaram de fora, perceberam que precisam conferir às suas iniciativas na área a dimensão de política de Estado. Por exemplo, o Mato Grosso do Sul, saiu na frente, ao criar o Plano Estadual do Livro e Leitura (PELL). Outros também estão caminhando para fazer a lição de casa como o Mato Grosso do Sul, o que reforça o otimismo de que em 2014, mais da metade dos estados talvez já tenham seu PELL (Retratos da Leitura no Brasil 3/2012).

Não podemos nos esquecer das prefeituras, que também, se orgulham de seus planos e várias outras buscam lograr êxito. Espera-se, com isso, que no final desta década, a totalidade das unidades da Federação esteja com planos prontos e que, em 2022, quando o Brasil comemorará os 200 anos de Independência, boa parte das cidades brasileiras tenha feito o dever de casa.

Como disse Monteiro Lobato “um país se faz com homens e livros”. Quando chegarmos a isso, aí sim, o Brasil será um país que tem a política do livro e da leitura enraizada na sua cultura. Só assim poderemos dizer que somos um país de leitores. Por enquanto teremos muito trabalho pela frente. O governo, é claro, já está fazendo a sua parte, agora depende da sociedade unir forças para que este sonho se concretize. Conforme dados da pesquisa Retratos da leitura no Brasil 3 (2012, p. 163), “no âmbito do Ministério da Cultura,2012 entrará para a história como o ano em que se deu um dos maiores avanços do

³⁹ Boletim Eletrônico do Conselho Regional de Biblioteconomia do Estado de São Paulo 8ª Região.

Plano desde sua criação, representado pela inédita sistematização de 42 ações da pasta nos quatro eixos do Plano.

Apesar de todo esse esforço deve-se reconhecer, forçadamente, que os impactos das políticas sobre os índices de leitura da população brasileira sempre serão em um ritmo muito águem das necessidades do país. Afinal, não se cria um país de leitores na velocidade e na dimensão necessárias em curto espaço de tempo. Mas, o futuro da leitura está lançado indicando que estamos no rumo certo, que todos unidos, chegaremos lá.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

É um revolucionário conceito de tecnologia de informação: não tem fios, circuitos elétricos, pilhas. Não necessita ser conectado a nada, nem ligado. É tão fácil de usar que até uma criança pode operá-lo. Basta abri-lo. Seu nome provém das iniciais de Local de Informações Variadas, Reutilizáveis e Ordenadas – L.I.V.R.O..
(Millor Fernandes)

Esta pesquisa constata que a leitura não é só uma fonte de prazer, é também uma fonte de sabedoria e ascensão no mundo. Não basta ao indivíduo saber ler e escrever, é preciso exercer essas competências e destreza a fim de que possa transitar pela sociedade como cidadão consciente de seus direitos e deveres. A prática da leitura e da escrita tornou-se uma necessidade prioritária.

A instituição escolar tem sido o espaço privilegiado para romper a barreira dos não letrados e desenvolver as habilidades leitoras, implementando práticas eficazes de leitura que possam contribuir para que os estudantes estabeleçam uma relação significativa com os livros e a leitura, possibilitando-lhes uma educação libertadora e permanente, o aprender a aprender. Não obstante a isto a escola não tem obtido resultados esperados, conforme revelam os exames nacionais encarregados de aferir a proficiência leitora e escritora dos estudantes.

Em decorrência disto, inúmeros programas têm sido desenvolvidos pelos governos municipal, estadual e federal com vistas ao desenvolvimento de um comportamento leitor. Entre eles constam o Vivaleitura, PROLER, programa Pró-Leitura, PNBL, PNDL , PNLEM, entre outros, cujo objetivo é melhorar a qualidade do trabalho escolar por intermédio da inserção formal das crianças no universo da leitura e da escrita.

Constatamos a existência de um entrave já endêmico nas escolas brasileiras que é a falta de políticas públicas destinadas a desenvolver habilidades leitoras e escritoras nos estudantes, como também há falta de espaços propícios para a leitura, *déficit* de biblioteca escolar, e principalmente a falta de apoio ao docente no desenvolvimento dessas habilidades.

Saber ler é uma exigência das sociedades. Há uma importante diferença entre saber ler e a prática efetiva da leitura. Na França, cada pessoa lê, em média, 25 livros por ano. Isso não diminuiu os problemas relacionados à formação leitora naquele país. Para Michèle Petit os desafios para combater o não gosto pela leitura nos jovens franceses está na forma como o tema costuma ser abordado (“Certos discursos de glorificação da leitura dão vontade de jogar

videogame!”, brinca). Já os brasileiros leem em média 04 livros por ano, segundo a 3ª edição da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, divulgada em março de 2012. A pesquisa revelou uma queda no número de leitores no país, o índice representa uma inflexão de 9,1% no universo de leitores ao mesmo tempo em que a população cresceu 2,9% neste período. O Brasil precisa mudar. É difícil tornar um adulto não leitor em leitor. Mas, é fácil tornar uma criança em leitora. As crianças costumam gostar de livros com suas histórias ilustrações, têm sede de conhecimento, de fantasias, de descobertas, estão em fase de formação enfim, de adquirir o gosto e hábitos que as acompanharão por toda a vida.

A política pública permite garantir à sociedade qualidade de vida, neste caso de leitura. Ou seja, garante o desenvolvimento humano. Não temos ainda, uma política pública editorial capaz de difundir o livro, embora hoje haja estímulo à leitura. Na história do Brasil os vários órgãos, decretos, leis de difusão e de uso da informação no mercado editorial cujo não garantiu a formação de práticas leitoras. Não temos ainda uma política eficaz de popularização do livro, os preços são muito elevados e isto dificulta a aquisição do livro.

A leitura é a mola propulsora na libertação do sujeito possibilitando-o a realizar reflexões e desenvolver ações para a construção da cidadania e desenvolvimento humano. A leitura é um direito de todos, independente da classe social, permite o exercício pleno da cidadania. É na fase da adolescência que se deve despertar o gosto pela leitura, o jovem quando motivado para a leitura encara esta aventura com entusiasmo e paixão, pois nesse momento ele vê a possibilidade de contar sua história, reinventar-se, vivendo suas inquietudes rumo ao seu crescimento intelectual. Para isso cabe a escola, aos professores, aos gestores realizar a seleção de bons livros que remetam para o desenvolvimento das habilidades leitora e escritora na criança.

No Instituto de Educação do Amazonas, locus da nossa pesquisa, os desafios enfrentados pelos educadores no cotidiano escolar quanto à realização de ações em sala de aula, têm se mostrado aquém frente às aspirações dos governantes em elevar o índice de proficiência leitora dos educadores. É preciso que mudanças ocorram agora, tais como: garantir melhores salários, planos de cargos e espaço físico para o desenvolvimento dessas ações e principalmente o despertar do gosto pela leitura no próprio professor, os quais não são inseridos nessas políticas públicas. Para que os estudantes gostem da leitura é fundamental que os professores sejam, antes de tudo, leitores. Várias ações envolvendo o livro, leitura e as bibliotecas têm sido discutidas e avaliadas por todo o segmento da denominada cadeia

produtiva do livro e com a sociedade em geral. As políticas públicas devem priorizar o educador.

Para tornar o aluno um bom leitor, cabe ao professor mobilizá-lo para ler, construindo significados para a leitura de seus textos levando em consideração o repertório do aluno e a mediação que é efetuada. Essas aulas de leitura deverão deixar de ser parte de um método tradicional, em que o aluno apenas decodifica as palavras presentes no texto. Ou seja, as aulas de leitura não devem ser simples aulas de alfabetização (ensinar a ler e escrever) devem tornar-se em aulas de leitura (construção de sentidos). O aluno precisa perceber a necessidade diária da leitura nas suas relações sociais.

A nossa pesquisa realizada no Instituto de Educacional do Amazonas revela que há pouca vivência dos alunos com a leitura. Mostra que há má formação inicial dos professores, havendo pouca compreensão por parte dos docentes que entre os alunos há níveis diferentes de habilidades e isto contribui para cristalizar formas mecânicas de se relacionar com a leitura; há crenças arraigadas segundo as quais os alunos não gostam de ler, enfim, há falta de recursos físicos e humanos no interior da escola, principalmente na biblioteca escolar, desconhecimento das políticas públicas destinadas à leitura na escola, só conhecidas pela gestora.

Em todos os projetos, programas e campanhas em favor da leitura não percebemos ênfase na escrita. Sabemos que há programas de incentivo à produção textual como é o caso da Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro, uma iniciativa da Fundação Itaú Social que foi transformada em política de educação do Governo Federal, em 2008. O domínio do código escrito vai determinar, em primeira instância, se o aluno deve continuar ou estacionar sua escolarização até que seja possível constatar sua habilidade de ler e escrever consoante ao modelo de leitura e escrita que a escola possui. Tantas crianças deixam de aprender a ler e principalmente a escrever porque a escola considera, como ponto de partida, que as práticas letradas de diferentes comunidades são muitas vezes distantes do enfoque que ela costuma dar à escrita. Essa ideia no que concerne às políticas públicas de apropriação da tecnologia da escrita para a sala, remete para o repensar das práticas de ensino e aprendizado sobre a escrita “errada” do aluno. Não deve ser tomada como erro, mas como ponto de diálogo entre ele e o professor na perspectiva do letramento. Isto poderá levar a uma escrita que o permitirá se comunicar eficientemente nos mais variados contextos de interação social.

Não se pode esquecer que, atualmente, as exigências sociais não dão oportunidade a uma pessoa sem um mínimo de escolarização formal e domínio da leitura e da escrita. Se

estamos comprometidos com o sujeito social que é o aluno, não podemos simplesmente atestar sua incapacidade de se apropriar de uma certa escrita e abandoná-lo à sua própria sorte.

Por fim, devo dizer que este estudo de mestrado exigiu muito de mim e, ao mesmo tempo, reorientou enormemente a minha vida profissional como professora de uma escola de excelência em nossa cidade que é o Colégio Militar de Manaus. Valeu muitíssimo a pena.

REFERÊNCIAS

ACRITICA.COM. Disponível em: <http://acritica.uol.com.br/vida/Levantamento-melhora-indices-leitura-Brasil_0_673732631.html>. Acesso: em 28 out. 2012.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. **Recentralizando a federação**. Rev. Sociol. Polit., nº 24, p. 29- 40, junho de 2005.

ALQUÉRES, Humberto. <<http://www.camara.leg.br/internet/plenario/notas/ordinari/V201005.pdf> - >. Acesso: 09 fev 2011.

AMORIM, Galeno (organizador) – **Políticas Públicas do Livro e Leitura**. Brasília, Brasil: OEI; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006.

APPLE, M. W. **Trabalho docente e textos: economia política das relações de classe e de gênero em educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

HOLLANDA, Ana. < <http://www2.cultura.gov.br/site/2012/04/23/plano-nacional-do-livro-e-leitura--> >. Acesso: 09 fev 2011.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE LIVRARIAS. disponível em <http://www.anl.org.br/web/pdf/revista/informativo_ed43.pdf>. Acesso em: 01 fev.2012.

ASSUMPCÃO, Raiane (org.). **Educação Popular na perspectiva freiriana**. São Paulo: Editora Instituto Paulo Freire, 2009

AVISBRASILIS. Disponível em: <<http://www.avisbrasilis.com.br/lei-rouanet>> Acesso em: 05 fev.2012.

BRASIL. Decreto nº 51.223 de 22 de agosto de 1961. Cria no Ministério da Educação e Cultura o Serviço Nacional de Bibliotecas. Diário Oficial da União - Seção 1 - 22/08/1961, p. 7.670. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-51223-22-agosto-1961-390882-publicacao-1-pe.html>>. Acesso em: 26 maio 2011.

_____. Ministério da Cultura. Diagnóstico dos Investimentos em Cultura no Brasil. v.1. Gastos públicos com cultura no Brasil: 1985-1995. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 998. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2005/06/15/os-gastos-publicos-em-cultura-no-brasil-1985-1995>>. Acesso em: 4 jun.2011.

_____. Ministério da Cultura. Nova lei de fomento à cultura. Brasília, 2009c. Disponível em: <<http://blogs.cultura.gov.br/blogdarouanet/2009/03/23/faca-download-do-projeto-em-pdf>> Acesso em: 2 jun.2011.

_____. Ministério da Cultura; Ministério da Educação; PNLL; Instituto Pró-Livro. Guia para elaboração e implantação dos Planos estadual e municipal do livro e da leitura, 2009b. Disponível em: <<http://189.14.105.200/pdf/Guia%20para%20elaboração%20e%20implantação%20dos%20Planos%20estadual%20e%20municipal%20do%20livro%20e%20leitura.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2011.

_____. Ministério da Educação. Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE): leitura e bibliotecas nas escolas públicas brasileiras / Secretaria de Educação Básica, Coordenação-Geral de Materiais Didáticos; elaboração Andréa Berenblum e Jane Paiva. – Brasília: Ministério da Educação, 2008. Disponível em: <<http://189.14.105.200/pdf/Guia%20para%20elaboração%20e%20implantação%20dos%20Planos%20estadual%20e%20municipal%20do%20livro%20e%20leitura.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2011.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988. <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=75529>>. Acesso em: 11 set. 2008.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. **Decreto-Lei nº 1.006**. 30 dez. Brasília: Senado, 1938. <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=75529>>. Acesso em: 11 set. 2008.

_____. Decreto nº 99.678 de 8 de novembro de 1990. Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 09/11/1990, Página 21.345. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1990/decreto-99678-8-novembro-1990-342203-publicacao-1-pe.html>>. Acesso em: 25 maio 2011.

_____. Decreto-Lei nº 93 de 21 de dezembro de 1937. Cria o Instituto Nacional do Livro. Diário Oficial da União - Seção 1 - 27/12/1937, p. 25.586. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-93-21-dezembro-1937-350842-publicacao-1-pe.html>> Acesso em: 12 maio 2011.

_____. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei nº. 4.024**. 20 dez. 1961. <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=75529>>. Acesso em: 11 set. 2011.

_____. Lei nº 10.753 de 30 de Outubro de 2003. Institui a Política Nacional do Livro. Ministério da Cultura. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil/Leis/2003/L10.753.htm> Acesso em: 21 nov. 2011.

_____. Ministério da Cultura. Cadeia Produtiva: MinC inicia tramitação do Fundo Setorial de Livro, Leitura e Literatura dentro do Governo Federal, 30 de julho de 2009 (2009a). Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2009/07/30/fundo-setorial>>. Acesso em: 22 nov. 2011.

_____. Ministério da Cultura. Linhas de Ação para a Política Nacional do Livro. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2006a. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2009/07/30/fundo-setorial>>. Acesso em: 22 nov. 2011.

_____. Ministério da Cultura. Mais cultura para mais brasileiros: Governo Federal cria Fundo Pró-Leitura para garantir livros nas mãos de mais brasileiros. Brasília, 26 de nov. de 2009 (2009d). Disponível em: <<http://blogs.cultura.gov.br/pro-leitura/tag/cadeia-produtiva-do-livro>>. Acesso em: 20 jun. 2011.

_____. Ministério da Cultura. Nova iniciativa: MinC elabora o Programa Nacional de Financiamento e Fomento à Cultura. Brasília, 4 de jun. de 2008. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2008/06/04/programa-nacional-de-financiamento-e-fomento-a-cultura/>>. Acesso em: 20 jun.2011.

_____. Ministério da Cultura; Ministério da Educação; PNLL. Plano Nacional do Livro e Leitura. 2006b. Disponível em: <http://www.vivaleitura.com.br/pnll2/images/pnll_download.pdf>. Acesso em: 28 out.2011.

_____. Ministério da Educação. Disponível em <www.mec.gov.br>.: Acesso em: 22 nov 2011.

_____. Decreto nº 6.835 de 30 de abril de 2009 (2009e). Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Cultura, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6835.htm> Acesso em: 21 nov.2011.

_____.Ministério da Educação e Cultura do Brasil. Resolução/CD/ FNDE. Nº 003 de 21 de fevereiro de 2001. Disponível em : <<http://fnde.gov.br>>. Acesso em: 21 nov.2011.

_____.Ministério da Educação. Sinaes. Orientações gerais para o roteiro da autoavaliação das instituições. Brasília, 2004b. <<http://fnde.gov.br>>. Acesso em: 21 nov.2011.

BIBLIOTECA VIRTUAL DOS DIREITOS HUMANOS DA USP. Disponível em: <<http://www.odai.org/img/producto2s/docs/enlace138.pdf>>. Acesso em 25 jul.2012.

BITTENCOURT, Circe Maria F. **Em foco: história, produção e memória do livro didático**. Revista Educação e Pesquisa. vol. 30, nº3, São Paulo: Setembro./Dezembro. 2004.

_____. **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2010.

BRAGANÇA. Aníbal. **As políticas públicas para o livro e a leitura no Brasil: O Instituto Nacional do Livro (1937- 1967)**. MATRIZES . Ano 2 – No 2 primeiro semestre de 2009.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura do Brasil. Livro didático- PNLD. MEC.Disponível em: < <http://www.fnde.gov.br/programas/pnded.htm>>. Acesso em 28 nov.2011.

BUARQUE, Cristovam. Caminho mágico. *In*: AMORIM, Galeno (organizador) – **Políticas Públicas do Livro e Leitura**. Brasília, Brasil: OEI; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em: <[http://www2.camara.gov.br/internet/legislacao/legin.html/textos/visualizarTexto.html?ideNorma=398059&seqTexto=1&PalavrasDestaque="](http://www2.camara.gov.br/internet/legislacao/legin.html/textos/visualizarTexto.html?ideNorma=398059&seqTexto=1&PalavrasDestaque=)>. Acesso em 05 nov. 2012.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant (orgs). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001.

CASTRO, M. H. G. de. **Avaliação do sistema educacional brasileiro: tendências e perspectivas**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2006.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia?** 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

CHARTIER, R. (Org.). **Práticas de leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996

CORACINI, Maria José. **Interpretação, autoria e legitimação do livro didático**. Campinas – SP: Pontes, 1999.

CRUZ, V. **Dificuldade de aprendizagem**. Porto. Porto Editora, 1999.

CUNHA, Fausto (1967). INL – 30 anos. **Revista do Livro**, nº 31, ano X. Rio de Janeiro INL.

Diário Oficial da União (DOU), Seção 1 – 15/01/1937, p. 1210, Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L378.pdf>. Acesso em 5 jul. 2011:

_____. Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Plano Nacional de Educação. **Diário oficial da União**, Brasília, 10 de jan. 2001. p. 3-5, Seção I. CURY, Carlos Roberto Jamil; BORDIGNON, Genoíno; CAMPOS, Maria Antonieta. (Coord.). **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE: memória e documentação**. Brasília: Unesco/FNDE, 2006.

_____. Presidente da República. **Decreto n.º 91.542**. 19 ago. 1985. **Diário Oficial**, p. 12178, seção I. 1985.

_____. Presidente da República. **Portaria n.º 1.130**, 06 ago, 1993. **Diário Oficial**, p. 12178, seção I. 1993.

_____. Seção 1, 27/12/1937, p. 25586. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legislacao/legin.html/visualizarNorma.html?ideNorma=350842&PalavrasDestaque=>>. Acesso em 5 jul. 2011.

_____. Seção 1, 5/01/1939, p. 277. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legislacao/legin.html/visualizarNorma.html?ideNorma=350842&PalavrasDestaque=>>. Acesso em 5 jul. 2011.

_____. Seção 1, 5/07/1938, p. 13385. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/internet/legislacao/legin.html/textos/visualizarTexto.html?ideNorma=358396&seqTexto=1&PalavrasDestaque=>>. Acesso em 7 jul. 2011.

_____. Técnico e do Livro Didático (COLTED). Decreto n.º 59.355, de 4 de outubro de 1966. Brasília, 5 de Outubro de 1966. 145º da Independência e 78º da República.

DRAIBE, Sonia M. **Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas**. In: BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre.

ESTADÃO.COM.BR/CULTURA. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/artelazer,mercado-editorial-brasileiro-cresce-pouco-e-preco-do-livro-diminui,898889,0.htm>>. Acesso em 06 ago. 2012.

FARAH, Marta F. S. **Inovação e governo local no Brasil contemporâneo**. In: JACOBI, Pedro; PINHO, José Antonio (Org.). *Inovação no campo da gestão pública local: novos desafios, novos patamares*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006

FERNANDES, Reinaldo. **Índice de desenvolvimento da educação básica**. Brasília: INEP, 2007a. Disponível em: <<http://portaldeb.inep.gov.br/>> . Acesso em: 10 jul. 2007.

FERREIRO, Emília. **Alfabetização em processo**. 14^o ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FORQUIN, Jean-Claude. **Escola e Cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar**. Trad. Guacira Lopes Louro. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FRANCO, M. L. P. B. **O livro didático e o Estado**. ANDE, ano I, nº 5, 1992, p. 19-24.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler em três artigos que se completam**. 23^a ed. São Paulo, SP. Autores Associados: Cortez Editora. 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia – Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura).

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 2001.

FUMAROLI, Marc. **A Literatura: Preparação para tornar-se pessoa. A religião dos saberes: o desafio do século XXI** / idealizadas e dirigidas por Edgar Morin tradução e notas, Flávia Nascimento. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

FUNDAÇÃO INSITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS. Disponível em <http://anl.org.br/web/pdf/pesquisa_cblsnel_2012.pdf> . Acesso em: 01 fev. 2012

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira, BATISTA, Antônio Augusto Gomes, (1998). **A leitura na escola primária brasileira**. Presença Pedagógica, Belo Horizonte, nov./dez., p. 20-29.

GATTI, B. et al. Características de professores (as) de 1o. grau no Brasil: perfil e expectativas. **Educação e Sociedade**, n. 48, p. 248-260, ago. 1994 citado por SILVA, S. A.

GERALDI, João Wanderley. Possíveis alternativas para o ensino da Língua Portuguesa. Revista ANDE, N^o4, 1982.

_____. **Portos de Passagem**. São Paulo – SP: Martins Fontes, 1993.

GOLDIN, Daniel. **En torno a las políticas públicas del libro y la lectura.** In: PASAJES de la edición: hablan los profesionales. Guadalajara: Cerlalc: Universidad de Guadalajara, 2003. p. 162-168.

GONZÁLEZ, Daniel. Cadernos da Ibero-América. Editora Cultura Academica. Sao Paulo,

GREGOLIN, Maria do Rosário; LEONEL, Maria Célia M. **O que quer o que pode esta língua?** Araraquara – SP: FCL – Unesp, 1997.

GUIMARÃES, Tânia Braga (Orgs.). **Leitura: compreensão e interpretação de textos em Língua Portuguesa.** Maringá: Eduem, 2010, no prelo

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - Disponível em <<http://www.ibge.gov/home/estatistica/população/trabljoerendimento/pnad2009/comentarios2009.pdf>>. Acesso em 06 jan. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em 06 jan. 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS ANÍSIO TEIXEIRA – Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/>>. Acesso em: 01ago.2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS ANÍSIO TEIXEIRA. Inep. Avaliação externa das instituições de ensino superior: diretrizes e instrumento. Brasília, 2005a. <<http://www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/Sinopse/sinopse.asp>>. Acesso: 18 fev.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS ANÍSIO TEIXEIRA. Inep. Sinopses estatísticas da educação básica (1991–2006). Brasília, 2007a. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/Sinopse/sinopse.asp>>. Acesso: 18 fev. 2011a.

INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. Disponível em: <http://www.ipm.org.br/ipmb_pagina.php?mpg=4.02.00.00.00&ver=por>. Acesso em: 12 ago.2012.

LAJOLO: Marisa. **Do mundo da leitura para a leitura do mundo.** 6ª ed. Editora Ática. São Paulo, 2006.

LAJOLO & ZILBERMAN: Marisa e Regina. **A Leitura rarefeita. Leitura e livro no Brasil.** Editora e Gráfica Vida & Consciência. 2002, São Paulo.

LEITURA: UMA PORTA ABERTA NA FORMAÇÃO DO CIDADÃO - Disponível em: <<http://www.educacao.salvador.ba.gov.br/site/documentos/espaco-virtual/espaco-autorias/artigos/leitura%20-%20uma%20porta%20aberta....pdf>>. Acesso em 13 dez.2012.

KLEBIS, Carlos Eduardo de Oliveira. **Leitura na Escola: problemas e tentativas de solução.** In: SILVA, Ezequiel Theodoro da (organizador). **Leitura na escola.** São Paulo. Global: ALB – Associação de Leitura do Brasil, 2008.

KLEIMAN, Angela B. **Sobre o ensino de língua materna no ensino médio e a formação de professores: introdução dialogada.** In: BUNZEN & MENDONÇA, Clecio e Márcia (organizadores). Português no ensino médio e formação do professor. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

KRAMER, S.; OSWALD, M. L. **Didática da linguagem: ensinar a ensinar ou ler e escrever.** Campinas, Ed. Papyrus, 2001.

MARCUSCHI, Beth. **O que nos dizem o SAEB e o ENEM sobre o currículo de língua portuguesa para o ensino médio.** . In: BUNZEN & MENDONÇA, Clecio e Márcia (organizadores). Português no ensino médio e formação do professor. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

MARCHELLI, Paulo Sérgio. **Expansão e qualidade da educação básica no Brasil.** Cadernos de Pesquisa, v.40, n.140, p. 561-585, maio/ago.2010. <http://www.scielo.br/pdf/cp/v40n140/a1340140.pdf>. Acesso em: 03/08/2012.

MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura.** Editora Brasiliense, 2006.

MAGNANI, Maria do Rosário Mortatti. **Leitura, literatura e escola.** 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MARQUES NETO, José Castilho. **Ano Ibero-americano da Leitura, o Ano que não Deve Acabar.** In: AMORIM, Galeno (organizador) – Políticas Públicas do Livro e Leitura. Brasília, Brasil: OEI; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006.

MENEGASSI, R. J. **Compreensão e interpretação no processo de leitura: noções básicas ao professor.** Revista Unimar, Maringá, v. 17, n. 1, p. 85-94, 1995.

MENEGASSI, R. J. **O leitor e o processo de leitura.** In: GRECO, Eliana Alves;

MINISTÉRIO DA CULTURA. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2012/08/01/leia-mais-seja-mais-sera-lancada-pelo-minc/>>. Acesso em 10 abr 2012.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Índice de qualidade da educação. Brasília: 2007. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=content&task=view&id=6687&FlagNoticias=1&Itemid=6837>>. Acesso: 27 mar. 2011.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/>>. Acesso em: 01 ago.2012.

MOLINA, O. **Quem engana quem? Professor x Livro Didático.** 2ª ed. Campinas: Papyrus, 1988.

MOREIRA, Nanci Saraiva (2000) **Construção escolar - desenvolvimento, políticas e propostas para a escola rural visando à democratização do campo.** Dissertação de Mestrado, PO. SCHIFFER, Sueli Terezinha Ramos.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Disponível em: <<http://www2.ufpa.br/ensinofts/artigo3/setesaberes.pdf>>. Acesso em 11/09/2012.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar e reforma, reformar o pensamento** / Edgar Morin; tradução Eloá Jacobina. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

MORIN, Edgar. **A religião dos saberes: o desafio do século XXI** / idealizadas e dirigidas por Edgar Morin tradução e notas, Flávia Nascimento. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

MORIN, Edgar. **Saber, ciência, ação** / André Morin, Gilles Gadoua, Gérard Potvin; tradução Michel Thiollent. – São Paulo: Cortez, 2007.

MORIN, Edgar. **O pensar complexo: Edgar Morin e a crise da modernidade**/ organizadores Alfredo Pena-Veja e Elimar Pinheiro de Almeida. – Rio de Janeiro: Garamond, 1999. 204,; 14x21cm.

NÓVOA, Antonio. Relação escola – sociedade: “**Novas respostas para um velho problema**”. Disponível em: <<http://www.acervodigital.unesp.br/handle/123456789/24?mode=full>> Acesso em 12 out. 2012.

OLIVER, Paulo. **O Incentivo**. Editora EDUVAL, Maceió, 2007.

O INCENTIVO à cultura. Panorama Editorial, São Paulo, v. 2, n. 19, p. 14-17, maio 2006.

OITICICA, Ricardo. **O Instituto Nacional do Livro e as ditaduras: academia brasileira dos rejeitados**. 270 f. Tese (Doutorado em Literatura: literaturas de língua portuguesa) Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, [s.d.].

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1993. 385p.

PERRENOUD, P. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens; entre duas lógicas**. Porto Alegre: Arte Médicas. 1999.

PETIT, Michèle. **Os Jovens e a Leitura: uma nova perspectiva**. Tradução de Celina Olga de Souza – São Paulo: Ed. 34, 2008. 192p.

PIVA & PEREIRA, Glauber & Hamilton. **Um Estado de palavra**. Cadernos da Ibero América. In: AMORIM, Galeno (organizador) – Políticas Públicas do Livro e Leitura. Brasília, Brasil: OEI; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006.

PLANO NACIONAL DO LIVRO E LEITURA. Disponível em: <http://www.oui.es/fomentolectura/pnll_brasil.pdf>. Acesso em 02 maio 2012.

PORTAL APRENDIZ. Disponível em <<http://portal.aprendiz.uol.com.br>> . Acesso em 05 jul. 2012.

PROLER - Disponível em <<http://www.bn.br/proler/>>. Acesso em 08 mar.2012.

PROLER – Disponível em: <<http://www.bn.br/proler/>>. Acesso em: 05 mar.2012.

PSZCZOL, Eliane. **O papel do Proler em uma Política Nacional de Leitura**. Leitura na escola. In: SILVA, Ezequiel Theodoro da (organizador). Leitura na escola. São Paulo. Global: ALB – Associação de Leitura do Brasil, 2008.

REUNIÕES internacionais de políticas nacionais de leitura: América Latina, Caribe–Mercosul, pacto amazônico e grupo dos três. [S.l.: s.n.], 1994. 56 p

RODRIGUES, Marta M. Assumpção. **Políticas públicas**. São Paulo. Publifolha, 2010.

SARAIVA, Enrique; FERRAREZI, Elizabeth. **Políticas públicas: coletânea**. Brasília: ENAP, 2006. 2v.

SAVELI, Esméria de Loudes & COPES, Regina Janiaki. **Leitura no Brasil-Programas, Projetos e Campanhas**. Revista Leitura Crítica. 2010. <http://www.leituracritica.com.br/rev10/julga/julga02.htm>. Acesso em: 12/10/2011.

SILVA, Ivanda Maria Martins - **LITERATURA EM SALA DE AULA: DA TEORIA LITERÁRIA À PRÁTICA - ESCOLAR**. - Anais do Evento PG Letras 30 Anos Vol. I (1): 514-527 - V – Melhores Teses e Dissertações.

SILVA, E. T. **Leitura e realidade brasileira**. 5. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997. 160p.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. **A escola e a formação de leitores**. In: FAILLA, Zoara (organizadora). Retratos da leitura no Brasil 3. Instituto Pró-livro. Imprensa oficial. Governo do Estado de São Paulo. 2012.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. **A produção da leitura na escola: Pesquisas x Propostas**. 2. ed. São Paulo: Editora Àtica, 2002.

SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA. Saeb – 2010 primeiros resultados: médias de desempenho do Saeb/2010 em perspectiva comparada. Brasília: Inep, 2007b. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=content&task=view&id=6687&FlagNoticias=1&Itemid=6837>>. Acesso: 27 mar. 2011.

SOARES, Magda. **Novas Práticas de Leitura e escrita: Letramento na Cibercultura**. Educ. Soc., Campinas, vol. 23, n. 81, p. 143-160, dez. 2002

SOARES. Magda. **Letramento. Um Tema em Três Gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SOARES, M. B. **Livro didático: Uma história mal contada**. Fazendo Escola. Editora Moderna, 2001. Disponível em: <<http://www.moderna.com.br/escola/professor/arto2>>. Acesso em: 25 out. 2012.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez. de 2006, p. 20-45.

SOUZA, G. M. A.; SILVA, L. M. S. **Leitura compartilhada: um momento de prazer na formação de professores-leitores**. In: PAIVA, A. et al. Democratizando a leitura: pesquisas e práticas. Belo Horizonte: CEALE/Autêntica, 2004. p.167-176. Campinas: Papyrus, 2001.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade. 2002

TFOUNI, L.V. **Letramento e alfabetização**. São Paulo: Cortez, 1995.

THEODOULOU, Stella Z.; CAHN, Matthew A. Public policy: the essential readings. *In*: THEODOLOU, Stella Z. The contemporary language of public policy: a starting point. Prentice Hall, Upper Saddle River, New Jersey, 1995.

VEJA ABRIL – Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/educacao/habito-de-leitura-no-brasil-cai-ate-entre-criancas>>. Acesso em 10 out. 2012.

VIVA LEITURA NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS – Disponível em: <<http://maisleituramaislivro.ciotech.com.br/livreApresentacao.aspx>>. Acesso em 13 dez.2012.

ANEXOS

ANEXO A - ENTREVISTA ALUNOS

Entrevista com os alunos do Instituto de Educação do Amazonas

ANEXO B – ENTREVISTA PROFESSORES

Entrevista com os professores do Instituto de Educação do Amazonas

ANEXO C – ENTREVISTA GESTORES

Entrevista com os gestores do Instituto de Educação do Amazonas

Entrevista semi-estruturada dirigida a alunos de duas escolas públicas de Manaus para coleta de dados do projeto de mestrado “A formação de leitores a perspectiva de políticas públicas para a leitura em Manaus” da Universidade Federal do Amazonas.

I- Identificação:

Idade: _____

Naturalidade: _____

Sexo: _____

II- Escolaridade:

Ensino Fundamental: Estadual Municipal Particular

Ensino Médio: Estadual Municipal Particular

Série _____

Repetente: sim não

Transferido: sim não

Escola Pública sim não / Escola Particular sim não

Há quanto tempo estuda nesta escola: [.....anos]

Sempre estudou em escola Pública sim não / Particular sim não

1- Você conhece algum desses programas relacionados a baixo para a promoção da leitura, desenvolvido na sua escola?

Formação continuada de profissionais da escola e da biblioteca – professores, gestores e demais agentes responsáveis pela área da leitura.

Produção e distribuição pelo MEC de matérias de orientação como a revista leitura.

Implantação de centros de Leitura Multimídia (SEED – Secretária de Educação à Distância.)

PNBL- Programa Nacional Biblioteca da escola.

PNDL – Programa Nacional do Livro Didático.

PNLEM – Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio.

Programa Brasil Alfabetizado – Destinados aos jovens e adultos.

Prêmio Vivaleitura – visa reconhecer e premiar boas experiências de formação de leitores.

outros: _____

Não sei informar

2- Que meios utilizados pelos professores você considera mais eficazes para estimular a sua leitura. Enumere.

- ler marca debates/discussões através de seminários
 contar histórias aplicar avaliações através de trabalho escrito
 ler para outros alunos improvisação teatral desenho
 outros: _____
 Não sei informar

3- Por ordem de frequência de uso, que apoios didáticos seu professor mais utiliza no trabalho com os textos?

- lousa Internet/computador filmes retroprojektor
 baú com objetos música biblioteca estudo dirigido
 outros: _____
 Não sei informar

4- Você gosta de ler? Em caso positivo quem despertou em você o gosto pela leitura. Como isso ocorreu?

- Sim Não

5- Você gostaria de poder escolher seus próprios livros? Justifique.

- Sim Não

6- Na sua opinião a leitura de livros é um prazer ou uma obrigação, para a maioria dos alunos? Justifique.

7- Você fica motivado (a) pelo professor antes de qualquer leitura? Justifique.

8- Se possível, gostaríamos de saber quais foram os três últimos livros que você leu?

9- Quantos livros, em média, você lê no decorrer do ano?

10- Que livros ficcional/literário você sugeriria ao um colega?

11- Quais são seus critérios para escolha de um bom livro? Cite-os.

Agradecemos sua contribuição. Qualquer dúvida no preenchimento desta entrevista contatar Prof^a. Márcia Greid via e-mail mgreid@hotmail.com

Entrevista semi-estruturada dirigida a alunos de duas escolas públicas de Manaus para coleta de dados do projeto de mestrado “A formação de leitores a perspectiva de políticas públicas para a leitura em Manaus” da Universidade Federal do Amazonas.

I- Identificação:

Idade: _____

Naturalidade: _____

Sexo: _____

Filhos/Idade _____

II- Escolaridade:

Ensino Superior: Qual? _____

Especialização: [] sim [] não Qual? _____

Mestrado: [] sim [] não Qual? _____

Doutorado: [] sim [] não Qual? _____

III- Área de Ensino: _____

Série que atua: _____

Tempo de atuação como professor [.....anos]

Tempo de atuação na escola estadual no qual você trabalha atualmente: [.....anos]

1. Dentre as políticas públicas para a promoção da leitura oferecida pelo MEC, quais são desenvolvidas na sua escolas?

[] Formação continuada de profissionais da escola e da biblioteca – professores, gestores e demais agentes responsáveis pela área da leitura.

[] Produção e distribuição pelo MEC de matérias de orientação como a revista leitura .

[] Implantação de centros de Leitura Multimídia (SEED – Secretária de Educação à Distância.)

[] PNBL- Programa Nacional Biblioteca da escola.

[] PNDL – Programa Nacional do livro Didático.

[] PNLEM – Programa Nacional do Livro Didático para o ensino Médio.

[] Programa Brasil Alfabetizado – Destinados aos jovens e adultos.

[] Prêmio Vivaleitura – visa reconhecer e premiar boas experiências de formação de leitores.

[] outros: _____

[] Não sei informar

2. Quais as maiores dificuldades encontradas na sua escola para a implantação da política de leitura?

- Espaço físico conhecimento a respeito da política de leitura
 Desinteresse por partes dos professores Desinteresse por parte dos alunos
 Descredibilidade nos programas Falta de tempo por parte dos professores
 Falta de motivação em função do baixo salário dos professores
 Falta de incentivo por parte da coordenação de ensino
 outros: _____
 Não sei informar

3. Que meios você utiliza e/ ou considera mais eficazes para estimular a leitura dos alunos. Enumere.

- ler marca debates/discussões através de seminários
 contar histórias aplicar avaliações através de trabalho escrito
 ler para outros alunos improvisação teatral desenho
 outros: _____
 Não sei informar

4. Na sua opinião, para incentivar os alunos a lerem o maior número possível de livros, seria interessante que:

- cada aluno adquirisse um livro diferente e tivesse início o rodízio
 cada grupo de alunos adquirisse o mesmo livro
 todos os alunos adquirissem o mesmo livro
 outros: _____
 Não sei informar

5. Em sua escola

- os alunos não têm condições de adquirir um único livro
 os alunos não adquirem livros de literatura porque emprestam da biblioteca
 outros: _____
 Não sei informar

Na sua escola quem participa da escolha dos livros didáticos e paradidáticos?

- Gestores Professores Pedagogos Supervisores
 Comunidade. Secretaria de Educação
 outros: _____
 Não sei informar

7. Como são implementadas os PCN's em sua escola?

8. Já fez a leitura dos PCN's de sua disciplina. Justifique.

9. Há momentos em que os alunos são deixados livre para fazer a escolha de leitura na biblioteca escolar ou de classe? Qual sua avaliação sobre estes momentos? É produtivo ou não? Justifique.

10. Na sua opinião para a maioria dos alunos a leitura de livros paradidáticos é um prazer ou uma obrigação? Explique.

11. Após a leitura do livro quais avaliações você costuma aplicar? Enumere.

12. Após as leituras realizadas pelos alunos das leituras obrigatórias, dos enunciados das questões, há entendimento pelos alunos do assunto apresentado no texto? Justifique.

13-Você realiza algum tipo de sensibilização antes da leitura? Justifique.

14. Se possível, gostaríamos de saber quais foram os últimos textos que você trabalhou com os alunos.

15. Que livro(s) texto(s) teórico-acadêmico você sugeriria como leitura imprescindível para um colega professor?

16. Que livro ficcional/literário você sugeriria para um colega professor?

17. Há na sua escola algum espaço para práticas leitoras? Em caso positivo qual o local?

Sim Não

18. Sua escola promove campanhas em favor do livro? Em caso positivo qual seria o objetivo.

Sim Não

Agradecemos sua contribuição. Qualquer dúvida no preenchimento desta entrevista contatar Prof^a. Márcia Greid via e-mail mgreid@hotmail.com

Entrevista semi-estruturada dirigida a alunos de duas escolas públicas de Manaus para coleta de dados do projeto de mestrado “A formação de leitores a perspectiva de políticas públicas para a leitura em Manaus” da Universidade Federal do Amazonas.

I- Identificação do Informante

Idade: _____

Sexo: _____

II- Escolaridade:

Ensino Superior: Qual? _____

Instituição em que estudou: _____

Especialização: sim não Qual? _____

Mestrado: sim não Qual? _____

Doutorado: sim não Qual? _____

III- Função atual: _____

Tempo de atuação na função [.....anos]

Forma de contratação: concurso contrato carteira assinada

1. Dentre as políticas públicas para a promoção da leitura oferecida pelo governo, quais são desenvolvidas nas escolas públicas de Manaus?

Formação continuada de profissionais da escola e da biblioteca – professores, gestores e demais agentes responsáveis pela área da leitura.

Produção e distribuição, pelo MEC de matérias de orientação como a revista leitura .

Implantação de centros de Leitura Multimídia (SEED – Secretária de Educação à Distância.)

PNBL- Programa Nacional Biblioteca da escola.

PNDL – Programa Nacional do livro Didático.

PNLEM – Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio.

Programa Brasil Alfabetizado – Destinados aos jovens e adultos.

Prêmio Vivaleitura – visa reconhecer e premiar boas experiências de formação de leitores.

outros: _____

Não sei informar

7. Quais programas de leitura você conhece que tiveram boa aceitação pela comunidade educacional? Discorra sobre esse programa.

8. Existem projetos de promoção da leitura desenvolvidos por algumas escolas? Você conhece algum? Cite-os.

9. Como são implantados os PCN's em sua escola?

10. Os professores fazem a leitura dos PCN's?

Sim Não

11. Há na sua escola algum espaço para práticas leitoras? Em caso positivo qual o local?

Sim Não

12. Sua escola promove campanhas em favor do livro? Em caso positivo qual seria o objetivo.

Sim Não

Agradecemos sua contribuição. Qualquer dúvida no preenchimento desta entrevista contatar Prof^a. Márcia Greid via e-mail mgreid@hotmail.com